



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**AS MÃES DOS “FILHOS DA MÃE” EM TEFÉ/AM: A ILUSÃO DOS IMPACTOS DA
AUSÊNCIA**

RÔNISON DE SOUZA DE OLIVEIRA

Manaus - AM
2014

RÔNISON DE SOUZA DE OLIVEIRA

**AS MÃES DOS “FILHOS DA MÃE” EM TEFÉ/AM: A ILUSÃO DOS IMPACTOS DA
AUSÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PPGS como requisito parcial à obtenção de título de mestre em sociologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Ferreira

Manaus – AM
2014

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

O48m	<p>Oliveira, Rônisson de Souza de. As mães dos “filhos da mãe” em Tefê-Am: a ilusão dos impactos da ausência / Rônisson de Souza de Oliveira. - 2014. 139 f. : il. color.. Dissertação (mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora de Souza Ruiz. Coorientadora: Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Ferreira</p> <p>1. Mãe solteira 2. Paternidade – ausência 3. Figura paterna I. Ruiz, Maria Auxiliadora de Souza, orientador II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p>CDU (1997): 347.63 (811.3) (043.3)</p>
------	--

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

RÔNISON DE SOUZA DE OLIVEIRA

**AS MÃES DOS “FILHOS DA MÃE” EM TEFÉ/AM: A ILUSÃO DOS IMPACTOS DA
AUSÊNCIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de mestre.

Defesa: Manaus/AM 28, de Maio de 2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora de Souza Ruiz
(Orientadora, PPGS/UFAM)

Prof^a. Dr^a. Marilene Corrêa da Silva
(Membro, PPGS/PPGSCA/UFAM)

Prof^a Dr^a Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
(Membro, PPGAS/UFAM)

A minha mãe, **Nezimar de Souza de Oliveira** que, mesmo não entendendo os *ritmos* e *ritos* acadêmicos, acreditou mais em mim do que eu.

AGRADECIMENTOS

O caminho foi trilhado por mim, porém com a ajuda de muitas e de muitos, pois ninguém consegue caminhar só na vida. Nesse sentido, não posso deixar de agradecer nominalmente todas as pessoas, que me ajudaram na *trilha* antes, durante e na pós-graduação que, me traz ao resultado deste trabalho dissertativo.

Desse modo, gostaria de primeiramente agradecer a minha família pelo apoio moral e financeiro que, me permitiu sempre estudar e trilhar novos caminhos. Sou eternamente grato a Nezimar e Manoel (meus pais), Geisse, Nelma, Nely e Romilsson (minhas irmãs e irmão).

As ilustres professoras, que me ajudaram nos primeiros passos do caminho científico na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, o começo com Dr^a Maria de Fátima Ferreira foi fundamental, não menos significativo foi à contribuição da Msc. Cláudia Regina e Dr^a Cristiane da Silveira, minhas orientadoras de Iniciação Científica.

As minhas colegas do grupo de Iniciação Científica, Creusiane Moraes, Fabiana Saquiray e Eunice Sezário, pelo companheirismo nos momentos que choramos e rimos de nossas *dores*.

Aos tabeliães dos cartórios da 1^a e 2^a Vara da Comarca de Tefé, Léa France e Osvaldo Simas Nôvo, pela liberação da coleta de dados para a pesquisa de IC, que compõe parte desse trabalho.

A Marluce Lima secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por toda sua delicadeza e compromisso em seu trabalho, que recai no respeito e carinho das alunas e dos alunos que fizeram/fazem parte do PPGS.

Aos professores com quem tive a oportunidade de estudar nas disciplinas para cumprimento de crédito do mestrado: Kátia Helena, Benedito José, Iraildes Caldas, Marilene Corrêa, Antônio Carlos, Luiz Fábio e Auxiliadora Ruiz, pelo esforço em ministrarem suas aulas com o olhar sobre os objetos de pesquisa de cada aluno. Aqui já reitero o agradecimento às professoras Kátia e Marilene, que fizeram parte do exame de qualificação e grandes contribuições deram ao novo caminhar d este trabalho.

A professora Auxiliadora Ruiz, por ter aceitado me orientar depois de um ano do mestrado, mesmo sabendo dos desafios que poderíamos enfrentar com orientação, devido o tempo e a temática da pesquisa.

Ao professor Benedito José, pela orientação no primeiro ano. Apesar dos desacordos que levaram ao desligamento da orientação, foi fundamental seu ponto de vista e contribuição para esse trabalho.

Aos colegas de turma, Álvaro, Silvia, Allison, Ricardo, Alberto, Luciana, Marcello e Sarah pelo companheirismo e compartilhamento das *dores* e das *flores* da sala de aula e fora dela.

Aos colegas, que tive o prazer de conhecer além-fronteira sociológica, alunos do Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Maria Oliveira (H-Neves), Maria Joseilda (Branca), Patrício Ribeiro, Antônia Cosmo, Karina Freire, Ingrid Areque, Aria Carvalho, Andresa Furtado, Jeffeson Pereira e Alcione Teles, pelo companheirismo que, me fez sentir mais doce o *gosto amargo* de fazer ciência.

A minha colega Solange Nascimento, que contribuiu com o a realização do meu estágio docente realizado na disciplina de Sociologia da Educação, na UEA de Tefé.

A Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela oportunidade de poder cursar um mestrado do meu interesse nessa região da Amazônia.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela concessão de Bolsa de estudo que, foi fundamental nesses dois anos.

Por fim, serie eternamente grato as oito pessoas que voluntariamente se dispuseram a dar entrevistas em que, narraram *coisas da vida privada* para um estranho, com toda a atenção possível. Por questões éticas da pesquisa com seres humanos, seus nomes não podem ser divulgados, mas por mim jamais serão esquecidos.

A tod@s minha eterna gratidão.

“Muito melhor é cusar grandes feitos, ganhar gloriosos triunfos, mesmo salpicados de falhas, do que se alinhar com aqueles pobres espíritos que nem se alegram muito nem sofrem muito, porque eles vivem no crepúsculo cinzento que não conhece vitória ou derrota”.

Theodore Roosevelt

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a ausência do genitor biológico na função de pai, sob a concepção de mães solteiras na cidade de Tefé/AM. Para tal análise nos embasamos com dados teóricos de diversas temáticas, como gênero, família, gravidez na adolescência, etc. e com o suporte de dados quantitativos e qualitativos. Com dados quantitativos mostramos a realidade da ausência a partir do registro, porém vamos além deste documento na discussão da paternidade enquanto função que, pode ser exercida por outros sujeitos. Com a análise qualitativa feita a partir da coleta das entrevistas com 06 mulheres e os pais de uma dessas mulheres descrevemos o contexto do acontecimento da geração de um *filho da mãe* e chegamos à conclusão que a ideia sustentada nos mais diversos segmentos da sociedade sobre a mãe solteira e sua prole, como abandonados, marginalizados, coitados, etc. é uma ilusão para o interior da Amazônia, pois na verdade a ausência do genitor não significa a de pai. A explicação que damos a esse fato se embasa no entendimento da Amazônia profunda na sua forma de organização familiar, os laços de parentesco, de vizinhança e os sentidos dados à sexualidade.

Palavras-chave: Ausência, Mãe Solteira, Paternidades, Família Amazônica.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est d'analyser l'absence du parent biologique dans le rôle de père dans la conception des mères célibataires dans la ville de Teffé/AM. Pour cette analyse, les données avec embasamos théoriques et avec l'appui de données quantitatives et qualitatives . Des données quantitatives montrent la réalité de l'absence du dossier, mais nous allons au-delà de ce document dans la discussion de la parentalité comme une fonction qui peut être exercé par d'autres personnes. Grâce à une analyse qualitative de la collection d'entrevues avec 06 femmes et les parents de ces femmes décrivent le contexte de l'événement à un fils de pute et nous avons conclu que l'idée soutenue dans divers secteurs de la société sur la mère simples et leur progéniture, comme abandonnés, marginalisés, les pauvres, etc. est une illusion dans l'Amazone, pour effet l'absence de la mère ne veut pas le père. L'explication que nous donnons à ce fait la base de la compréhension de la profondeur Amazon en forme d'organisation familiale, les liens de parenté, de voisinage et les significations données à la sexualité.

Mots-clés: absence, mère célibataire, de paternité, de la Famille Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEST** – Centro de Estudos Superiores de Tefé
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- DNA** – Ácido Desoxirribonucleico
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FAPEAM** – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
- FIV** – Fecundação *in vitro*
- FIVETE** – Fecundação *in vitro* e transferência de embrião
- IAC** – Inseminação Artificial Intraconjugal
- IAD** – Inseminação Artificial com doador de esperma
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICSI** – Injeção intracitoplasmática de espermatozoide
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- PAIC** – Programa de Apoio a Iniciação Científica
- PPGS** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
- RA** – Reprodução Assistida
- TCs** – Tecnologias Reprodutivas
- UEA** – Universidade do Estado do Amazonas
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Município de Tefé/AM.....	66
Figura 02 – Vista do alto da cidade de Tefé.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Registros sem reconhecimento paterno na oportunidade do Registro Civil de nascimento, reconhecimentos posteriores e cancelados. 1998 a 2008.....	71
Tabela 02 – Quantidade por faixa etária a partir das idades indicadas no registro civil de nascimento e quantidade das idades não declaradas. 1998 a 2008.....	74
Tabela 03 - Local de moradia das mães indicado pelas mesmas na ocasião do registro por áreas dos municípios. 1998 a 2008. Tefé (AM).....	76
Tabela 04 – Perfil das entrevistadas.....	85
Tabela 05 – Características da questão do <i>pai</i>	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: PENSANDO NO QUE ESTRUTURA AS AUSÊNCIAS	21
1.1 – A família: metamorfoses e os papéis sociais	21
1.2 – A construção da função de maternidade e paternidade	29
1.2.1 – Gênero: pressupostos teóricos e a concepção sobre construção da identidade... 29	
1.2.2 – A invenção da maternidade e paternidade: embate entre o biológico e o social 33	
1.2.3 – A paternidade sustentada em outros pilares..... 37	
1.3 – As mães solteiras: questão histórica e novos dilemas	40
1.4 – Os pais e genitores, onde se encontra a ausência?	45
1.4.1 – Pensando a ausência na história	46
1.4.2 – Pensando o presente da ausência..... 48	
CAPÍTULO II: O CENÁRIO DE ONTEM E DE HOJE DA AMAZÔNIA SOB O REFLEXO DA AUSÊNCIA DO GENITOR BIOLÓGICO..... 54	
2.1 – Os <i>filhos da mãe</i> da Amazônia	54
2.1.1 – De <i>invenção</i> a realidade das mulheres amazônicas..... 55	
2.1.2 – A mulher <i>inventada</i> pelo colonizador	59
2.1.2.1 – Amazônia <i>sem pai</i> : os filhos da Fortuna e do Boto..... 61	
2.3 – Os <i>filhos da mãe</i> encontrados em Tefé/AM	66
2.3.1 – Aspectos históricos, demográficos e sociais..... 66	
2.3.3 – A maternidade e juventude em Tefé: os caminhos para a ausência	71
2.3.4 - Ser <i>filho da mãe</i> , a configuração em registro	72
2.4 – Transformação da intimidade e a Amazônia	79
CAPÍTULO III: MULHER, MÃE E SOLTEIRA: OS DESAFIOS E A ILUSÃO DOS IMPACTOS..... 86	
3.1 – As mães solteiras, no contexto do vivido e do acontecido	86
3.1.1 – A maternidade: fatalidade, escolhas e desafios..... 89	
3.2 – O genitor biológico ausente para mãe: o acontecimento e o que isso significa? ... 95	
3.2.1 – Ser ausente como pai: a escolha dos genitores	96
3.2.2 – As <i>marcas</i> da ausência e as escolhas das mães..... 100	
3.3 – A vida com maternidade solteira: estratégias e soluções para a ausência..... 105	
3.3.1 – Uma família e dois casos	113
3.3.2 – A ausência e a ilusão	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS.....	134

INTRODUÇÃO

O interesse por um campo de estudo não ocorre por acaso na vida de um pesquisador. Muitas vezes, a escolha de uma problemática nasce e se desenvolve por uma razão eminentemente prática, principalmente quando estamos envolvidos com questões sociais que têm relações profundas com o que estamos estudando e vivenciando.

O processo do envolvimento com esse objeto de pesquisa caminha junto com minha história acadêmica. Assim que entrei na graduação conheci a professora Maria de Fátima Ferreira, sendo esta a professora na disciplina *Metodologia do Trabalho Científico*. A seu convite fui participar no 1º período como voluntário do grupo *Saúde e Direitos Reprodutivos no Médio Solimões* coordenado pela mesma, na orientação de alunos de nível médio e graduação, bolsistas de iniciação científica. Juntos, debatíamos os projetos do grupo, estes tinham como pano fundo as questões de gênero e o contexto de Tefé/AM.

Esses momentos foram fundamentais para a construção do objeto, com pesquisa e resultado, que agora apresento. O primeiro projeto que desenvolvi como bolsista junto ao grupo pelo Centro de Estudos Superiores de Tefé/CEST/UEA com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM¹, denominado de *Ausência de Paternidade na Adolescência no Médio Solimões* entre 2009/2010, teve justamente o objetivo de fazer os levantamentos quantitativos dos registros civis de nascimento sem o nome do genitor biológico que, agora compõe parte dessa dissertação (ver mais em capítulo II). A temática começava a fazer parte das minhas discussões acadêmicas, os projetos procedentes foram todos desdobramentos do primeiro.

O envolvimento com a questão não foi pessoal, as influências iniciais de orientação me levaram a esse objeto e conseqüentemente o gosto pela sua investigação. Contudo, a questão fez parte da minha vida de outras formas, pois meus avós maternos criaram um neto e adotaram uma menina, esta última a mãe dizia não ter condições financeiras para sustentar, a mãe dos dois, sabemos quem são, os genitores biológicos *desapareceram no mundo* para usar uma expressão da minha avó. Desse modo, todas essas questões após as reflexões da iniciação científica foram importantes para a visibilidade de um objeto de pesquisa sociológico que pudesse ser expandido em um curso de pós-graduação *stricto sensu*.

¹ O apoio da FAPEAM foi com bolsa na modalidade Sênior através do Programa de Apoio da Iniciação Científica - PAIC.

Diante da explanação, destaco que o local onde foi desenvolvida a presente pesquisa foi no município de Tefé/AM, com enfoque especial para o seu núcleo urbano, que hoje concentra um significativo número de habitantes, com características diferenciadas de sua área rural (ver mais informações sobre o município e a cidade no capítulo II). O foco central de nossa pesquisa diz respeito a uma questão específica nas relações de gênero: maternidade e paternidade configurada em ausência e a reorganização familiar a partir desse fato, pensando em Amazônia e em Tefé.

Os momentos de reflexão, sobre este objeto em relação a sua sensibilidade, são constantes, pois não posso encaminhar o trabalho no sentido da indicação de que o genitor biológico é uma necessidade para a família, pois a própria realidade da sociedade ocidental mostra outras configurações, com as novas famílias. Hoje, existem dois pais do mesmo sexo, duas mães, pai solteiro, famílias recompostas, etc., portanto, os cuidados devem ser tomados para que a pesquisa se volte para a compreensão da ausência, de como se embasa o contexto da gravidez, o lugar ausente e os *impactos* nas vidas das mulheres investigadas.

A minha entrada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAM em 2012/1 foi crucial para novos debates e novas possibilidades de reflexão quanto a esse objeto. Novos olhares recaíram sobre ele. O amadurecimento das ideias é fundamental para o desenvolvimento de uma pesquisa. Desse modo, o momento do exame de qualificação, – que passo a considerar como uma *desqualificação*, não no sentido destrutivo, mas construtivo, pois tal fato na carreira de um pesquisador é estrategicamente fundamental para o *aperfeiçoamento* ou *dilaceramento* do objeto – foi essencial para eu *ver* com outros olhares a pesquisa e encaminhá-la em outras direções possíveis. Dessa inferência decorre que, o “afastamento entre [o processo da] pesquisa e o projeto inicial, talvez — indicava o providencial bom senso — esta fosse à regra, e não a exceção” (NUNES, 1978 p. 13). Nessa linha de raciocínio, Bourdieu (2010, p. 27) também destaca que, a construção do objeto e a efetivação de uma pesquisa, “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza aos poucos, por retoques sucessivos por uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”.

A pesquisa não explica tudo, pois ela é limitada, porém quando se faz uma lógica no processo de construção do objeto e sua investigação na prática se tem um resultado coerente. Nesse sentido, as minúcias da construção, os olhares de *fora*, as *desconstruções*, etc. fazem parte da regra e não da exceção como colocou Nunes (1978).

Nas conversas paralelas que tive, desde 2009, com mulheres sobre esse projeto, especialmente, em Tefé, em Manaus, na UFAM, nas viagens de barco entre Manaus e Tefé em alguns congressos, etc. nunca nenhuma delas deixou de conhecer uma história de uma mãe de um *filho da mãe*, seja a sua própria, ou a de uma conhecida, amiga, parente, etc. Com base na questão registrada, uma das decisões que tomei no amadurecimento do projeto para o mestrado foi trabalhar somente com elas, uma decisão que recebeu críticas, pois tal problemática tem um entrelaçamento profundo com o genitor ausente e com a/o filha/o. No entanto, nesse momento opto por compreender as mulheres mães e esse fenômeno em suas histórias de vida. A pesquisa também é uma questão de escolha e defesa de uma ideia a partir dos recortes da realidade. Quanto a isso, Parsons (1954, *apud*, CARR, 1982, p. 47) afirma que a ciência é “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”.

Assim, o problema da pesquisa parte de um dado da realidade histórica que é ausência do genitor biológico da função de pai e a mulher mãe no centro da questão. Tal ausência se configura por diversos motivos, porém tem forte ligação com o desenvolvimento dos papéis de gênero. Nos dias atuais, com a vida privada organizada estatalmente, esta é configurada em porcentagens representativas no Registro Civil de Nascimento, ou seja, milhares de filhas/os no Brasil têm a ausência do genitor biológico neste documento, cabe somente à mãe essa representação no papel. Estes dados dizem muito, mas não dizem tudo, pois é expressamente possível que muitos homens *assumam* o que o registro denomina de paternidade, no entanto, na função cotidiana pode não exercer e vice versa. Portanto, cabe ver o registro como um dado da realidade que, mostra parte das faces da ausência e como um problema de cidadania. No entanto, há um contraste entre: a organização da família em registro e a organização feita pelos laços de parentesco e compadrio, nesta última o Estado não chega, pois sua função é limitada.

O registro nos direciona, a presença de um fato. Sendo este histórico, pois a ausência masculina é histórica no espaço doméstico. As mulheres mães solteira nos mostram os caminhos que tomaram a partir dessa ausência configurada em registro ou não e quais as estratégias utilizadas para criar as/os filhas/os sem a presença do homem que as/os gerou. Esta questão mostra as delimitações de gênero e a invenção da maternidade como um ideal feminino. Portanto, o problema transita entre as ausências do genitor biológico, inclusive no registro e tem como fim as mulheres mães e a realidade cotidiana desse acontecimento em suas vidas.

No contexto familiar é perceptível a construção das funções de maternidade e da paternidade de modo complementar e diferenciada, pois, as mulheres foram destinadas aos papéis dos cuidados, enquanto que os homens ao de provedor. Assim, é importante destacar que, no decorrer da história as mulheres tiveram de lidar com essa ausência, seja da figura que tinha a função de pai ou do genitor biológico. Desse modo, não podemos fazer uma discussão desse tema sem enveredar pela temática da família, sua estrutura, funções, etc.

O homem na função de provedor deixa sua marca na família pela ausência física. Eles foram destinados aos trabalhos fora do espaço doméstico. Assim, contextualiza-se a ausência na sua forma histórica, com os homens afastados dos laços afetivos e dos cuidados. Contudo, sabemos que, os papéis mudaram muito, hoje essa questão não é tão delimitada como no passado, porém os resquícios dessa herança se mostram ainda em algumas funções exercidas nos aspectos parentais.

Nesse sentido, buscamos com esse trabalho mostrar a ausência nas suas diferentes formas e as mulheres mães na conjuntura desse acontecimento. Para tanto, traçamos como objetivos: mostrar um panorama da ausência e como ela se configura ou estrutura; entender o contexto dos acontecimentos das ausências no passado, no presente da Amazônia e em Tefé hoje; por fim contrapor a ausência como opressora e desconstruir a ilusão dos impactos negativos que recaem sobre as mães solteiras.

Assim, pretendemos mostrar que, existe a ausência demarcada pelas estruturas históricas da organização familiar e papéis de gênero, porém a mulher nesta própria estrutura sempre teve que se articular no cuidado com a prole, dando-as assim, vigor de cuidarem das/os filhas/os com ou sem os parceiros. Na Amazônia é preciso levar em conta as organizações familiares e as atribuições da sexualidade, que nos direcionam a outras dimensões na forma de receber um *filho da mãe*, diferente de outras regiões do país.

Ancorados nessa perspectiva, recortamos como marco teórico as seguintes temáticas: família como instituição agenciadora dos papéis sociais (MALINOWSKY 1976; CANEVACCI, 1976; MORGAN, 1976; BRUSCHINI, 1989, ENGELS, 2009, etc.); gênero enquanto categoria analítica e a ideia da construção e delimitações de papéis aos diferentes atores (GROSSI, 1998; SCOT, 1990; BUTLER, 2003; SCAVONE, 2004; MINELLA, 2005); maternidade quanto invenção a partir da condição biológica (SCAVONE, 2001; GIDDENS, 1993); paternidade na relação entre o biológico e a função, os novos sentidos dados pela medicina, às ausências, etc. (PARSEVAL, 1986; SILVA, 2010; BOZON, 2004; FERREIRA, 1998, THURLER, 2009); modernidade e a concepção de mudanças na estrutura familiar e na

vida individual (GIDDENS, 1993; 2005; 2010); gravidez na adolescência/juventude e as mães solteiras, os dilemas do passado e do presente, os contextos dos acontecimentos que as leva a esta condição (FONSECA, 1997; ZAPIAIN, 1996; SZAPIRO e FERREZ-CARNEIRO, 2002; FERREIRA e ABOIM, 2002; TEIXEIRA, 2004; MARIN, 2005; MARIM e PCCININE, 2009; BERQUÓ, 2010; ZARNING, 2010, etc.). Por fim trazemos a Amazônia nos diversos sentidos relacionados a todas estas questões (AGASSIZ, 1975; WALLACE, 1979; BATES, 1979; WAGLEY, 1988; WOLFF, 1999; GONDIM, 2007; TORRES, 2005; COSTA, 2005; SILVA, 2004, 2013, SILVA, 1977).

A partir do marco teórico precisamos nos ater as explicações sobre a questão do pai. A ausência obrigatoriamente nos fez compreender a paternidade em outras dimensões. Nesse sentido, em todo o texto será possível perceber que usamos os termos pai e genitor biológico. A paternidade em outras dimensões nos possibilita discutir estes termos em uma perspectiva social e não somente biológica. Desse modo, não consideramos pai aquele homem que somente gerou uma criança, ele foi o genitor biológico. Percebemos que, a paternidade não se limita a fecundação, ela é uma função construída no decorrer da vida.

Na contramão desta condição existe a ideia ocidental sobre o pai. Nessa perspectiva o dicionário Aurélio ao definir o pai dá ênfase ao biológico, sua definição a este é: homem que deu ser a outro; homem que tem um ou mais filhos; genitor, progenitor; Aquele que exerce a função de pai (especialmente para quem adota um filho); causador, gerador; causa, motivo, origem; aquele que concebe; imagina, autor. Portanto, vemos que o biológico prevalece sobre o social, há certa dificuldade na compreensão da paternidade enquanto função, no caso do dicionário a função só é aceita no caso de adoção, porém sabemos que a adoção é apenas uma entre as possibilidades dessa função ser exercida, por um homem que não gerou uma criança.

Quanto à apresentação dos resultados, a investigação acorda procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos, nossas reflexões quanto a essas metodologias estão em Goldenberg (2000) e Haguette (2010). Na primeira discutimos teoria com as estatísticas feitas por Thuler (2009) em uma projeção nacional sobre as/os filhas/os sem reconhecimento paterno em registro civil, bem como a pesquisa de Oliveira e Ferreira (2010) sobre os registros na mesma situação em Tefé para os anos de 1998 a 2008. Esta coleta de dados foi realizada em 2010 através do projeto acima referido, com o parecer favorável dos responsáveis pelos cartórios, com a liberação do folheamento de todos os livros correspondentes aos anos selecionados. Estes dados são mediadores do debate maior que

travamos sobre a condição da mãe solteira no interior da Amazônia, pois mostram que não partimos do vazio. São representantes na atualidade de dados sobre a mãe solteira, porém o registro como já destacamos tem seus limites. Para a segunda buscamos em campo, através de entrevistas, num processo de interação com; seis mulheres, a mãe e o pai de uma destas entrevistadas em Tefé/AM. Para o aspecto qualitativo, nos apoiamos em Heilborn et al (2002) para estas autoras, a amostra qualitativa intencionalmente não aleatória, não é estatisticamente representativa de um fenômeno, mas é sociologicamente elucidativa acerca dos diferentes perfis quanto ao tema que se estuda.

Desse modo, os dados foram produzidos mediante a aplicação de entrevistas gravadas, com o consentimento dos sujeitos, em encontros individuais que, ocorreram de 04 a 05 vezes com cada entrevistada e os pais de Joana. A provocação para esta foi com um roteiro semiestruturado com perguntas abertas. Fizemos uma história de vida tópica em que direcionamos a entrevista em determinado aspecto da vida dos sujeitos, fazendo uma retrospectiva e apreensão do acontecido, ou como prefere afirmar Rojas (1999, p. 93) usamos o *depoimento*, “em que o pesquisador dirige a entrevista de acordo com seus interesses, distinguindo o essencial do supérfluo e realizando entrevistas curtas”. Quanto aos aspectos do roteiro de entrevistas buscamos sobre o fenômeno com as mulheres, características prévias a gravidez, a ausência do genitor biológico, maternidade e vida pessoal após a gravidez, relações com familiares em relação aos cuidados, etc. Com os pais da Joana buscamos as reações em relação à gravidez, os tratamentos para com elas², o cuidado com os netos, etc. Nossa intenção com os avós era entender os contextos dos acontecimentos da criação da/o neta/o, filho/a da mãe solteira. Logo, escolhemos os pais da Joana, pois com a filha desta, já é a segunda geração de netos sendo criados por eles, sendo que a filha mais velha desse casal também foi mãe solteira, cujo filho tem hoje 28 anos de idade e foi criado como filho pelos avós.

A coleta de dados foi realizada em local e horário escolhidos pelas entrevistadas. Nesse sentido, observamos os dispositivos éticos previstos na legislação sobre pesquisas com seres humanos, na apresentação dos resultados de não usar nomes verdadeiros, sendo fictícios para não expor a identidade das entrevistadas. É válido ressaltar que o projeto foi aprovado pelo comitê de ética com o número do parecer 517.869³.

² Os pais de Joana tiveram duas filhas na condição de mãe solteira.

³ Em anexo o parecer consubstanciado completo enviado pelo comitê de ética.

Essas mulheres foram escolhidas de forma aleatória, cinco delas no contexto urbano de Tefé e uma no contexto rural⁴. Dalva, e Érica foram escolhidas a partir dos dados de registro de Tefé coletados nos cartórios. As outras mulheres foram indicadas por amigos, colegas, vizinhos que, além da indicação facilitaram o encontro com essas mães solteiras.

Cabe enfim recordar que, as entrevistas, individuais, foram posteriormente transcritas. Após a transcrição integral das mesmas, procedemos à leitura do material utilizando para seleção, organização, análise e interpretação dos dados disponíveis nos relatos e a teoria selecionada para o estudo.

Desse modo, na estética final deste trabalho dissertativo temos três capítulos. O primeiro busca fazer a compreensão da família, da maternidade, da paternidade, das relações de gênero, das mães solteiras, contextualizando as ausências do homem, seja como pai, seja como genitor biológico. No segundo colocamos a Amazônia em cena, identificando os *filhos da mãe* no seu contexto histórico, profundo e na atualidade com o destaque para a cidade de Tefé na sua conjuntura social, econômica, etc. e com os dados cartoriais com a ausência do genitor. Para isto fazemos uma leitura da Amazônia profunda, com legados da contemporaneidade na sua organização social e nas formas de receber um *filho da mãe*. Para o terceiro e último mostramos a condição e a aceção das mulheres mães solteiras entrevistadas em Tefé, sobre esta situação em suas vidas. Nosso objetivo é mostrar o contexto dos acontecimentos e desconstruir a ideia dos impactos negativos quando se pensa a mãe solteira.

⁴ Dalva foi à escolhida desse contexto.

CAPÍTULO I: PENSANDO NO QUE ESTRUTURA AS AUSÊNCIAS

Ao refletir sobre ausência do homem pai ou do genitor biológico no contexto doméstico e dos cuidados afetivos, procuramos nos situar no contexto familiar para entender os acordos que se firmam nesse espaço a partir da divisão histórica de trabalho que ocorre pela divisão sexual. As funções exercidas por cada membro dessa instituição têm características específicas, com estruturas hierárquicas de sexo, gênero e geração. Desse modo, assinalamos os aspectos representativos das funções sociais dos indivíduos nesse âmbito e na sociedade de maneira geral. Pois, é importante, ainda, assinalar os papéis de gênero e buscar o desvelamento destes papéis nas funções maternas e paternas.

Neste capítulo, procuramos desvelar a organização familiar em sua forma histórica, identificando como a aceção dos papéis sociais dos atores foi se construindo. Mostramos que, apesar dos desmembramentos da família em aspectos organizacionais, hoje apresentam extraordinariamente diversas formas que são diferentes daquelas vistas no passado, as características de gênero ainda são recorrentes nessa organização. A atualidade inclui o elevado índice de famílias organizadas por mães solteiras e a possibilidade de pensar novas alternativas para o *pai* no ocidente, como fazem outras sociedades tradicionais, não só com base na biologia. Por fim, mostramos as formas do pai ou do genitor biológico está ausente do espaço doméstico e dos cuidados afetivos com os filhos. De maneira geral esse capítulo destaca os feitos históricos que estruturam a ausência e o entrelaçamento com a realidade atual.

1.1 – A família: metamorfoses e os papéis sociais

Para se falar de família é necessário, em primeira instância salientar a sua complexidade nas ciências humanas e sociais, como no contexto particular da sociologia. Porém as discussões múltiplas e divergentes tornam-se essenciais para o engrandecimento da discussão da temática no âmbito acadêmico, as diferentes abordagens propiciam e fundamentam a reflexão sobre o tema (NASCIMENTO, 2007).

A concepção de família dominante foi, por muito tempo na antropologia, de um grupo de pessoas ligadas nas relações afetivas construídas sobre uma base de consanguinidade e aliança.

Na sociologia⁵, dominou a concepção de uma representação de grupo conjugal coincidente com a unidade residencial (BRUSCHINI, 1989). As duas concepções⁶, buscam definir e identificar essa instituição a partir de seus preceitos teóricos e metodológicos, embora não sejam iguais, têm similaridades.

Giddens (2005), com as premissas sociológicas e com o olhar de análise na sociedade moderna, define a família como “um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças” (p. 151). Ou seja, nessa visão, esta instituição é formada por pessoas que se estruturam em laços conectivos, através do parentesco em que os adultos cuidam dos menores.

Na discussão corrente partimos dessa ideia de organização, do ponto de vista de um grupo organizado e liderado por adultos em um espaço predominante de lar⁷. Desse contexto histórico da organização familiar, surgem ramificações no campo teórico da atualidade que levam às discussões ricas sobre a temática, de modo que nem sempre esta instituição teve esse formato⁸. A visão que se tem hoje de família derivou de um processo histórico.

Não podemos esquecer o fato de que as concepções e as representações de família mudaram, embora “o conceito de família enquanto abstração indeterminada [signifique que em todas as épocas, tenham] características comuns às diferentes formas históricas de família” (CANEVACCI, 1976, p. 46). Até porque há uma linha conectiva que une as diversas formas encontradas na história da família. No entanto, sua mutação é evidente. Esta instituição passa por um processo de reestruturação e a ideia que se tem hoje – pelo menos na visão ocidental –

⁵ De acordo com Beltrão (1973, p. 11) em vez de emaranhar-se nas teorias etnológicas ou paleontológicas em linha mais ou menos evolucionista, os sociólogos atuais preferem apresentar a transformação da família contemporânea como resultante do processo histórico do desenvolvimento, tal como ocorre efetivamente no decurso dos dois últimos séculos, isto é, como processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instala, numa região, um mecanismo endógeno de crescimento econômico, acumulativo e diferenciado, juntamente com a passagem das populações das zonas rurais às urbanas e das atividades primárias às secundárias e, sobretudo às terciárias, com a engrenagem da modalidade social e a transformação do *status* e do papel da mulher na sociedade.

⁶ Neste trabalho buscamos complementar a teoria sobre família tanto da sociologia e antropologia nos primeiros capítulos e da psicologia no terceiro, porém não vamos deixar de considerar outras concepções que, façam lógica ao conjunto do texto.

⁷ Mead e Metraux (1982) definem o lar como um lugar onde criamos o futuro – o lugar onde os filhos são preparados para crescer no sentido da independência e de um modo de viver no mundo exterior.

⁸ A civilização romana conceituava a família independentemente da consanguinidade, considerando como tal o conjunto de pessoas submetidas ao poder do *pater familias*, englobando nesse grupo não apenas descendentes e esposa, mas também escravos (ABRAHÃO 2003, p. 09).

foi decorrência de uma evolução, através de estágios consecutivos de desenvolvimento, dos quais a família monogâmica constituiu o último estágio (CANEVACCI, 1976). Partindo desse pressuposto da visão evolucionista, a família monogâmica é o resultado da lenta evolução de três estágios sucessivos de desenvolvimento, Canevacci (1976, p. 18) destaca essa evolução da seguinte forma:

- a) a família *consanguínea* que se baseia no matrimônio recíproco entre irmãos e irmãs no interior do grupo;
- b) a família *punaluana*, a qual – aumentando as proibições do incesto – restringe-se ao casamento de várias irmãs com os maridos de cada uma das outras, ou, vice-versa, o casamento de vários irmãos com as esposas de cada um dos outros;
- c) a família fundada no *casal*, onde se reforça ainda mais o tabu do incesto, restringindo-se a possibilidade do casamento a até dois indivíduos de cada vez. A família *monogâmica* é uma derivação desse último estágio.

Essas seriam as três fases pela qual passou esta instituição, a família ocidental. Cada fase correspondia às necessidades da organização pela sobrevivência e autossustentação.

O último estágio surgiu para poder situar uma sucessão certa e legítima. Foi à reviravolta histórica para a transferência hereditária dos bens e, portanto, para a *invenção* da família monogâmica patrilinear (CANEVACCI, 1976). Logo, a finalidade dessa fase tem importância significativa em relação à descendência certa, a distribuição de herança, e “a certeza diante da paternidade dos filhos passou a adquirir um significado desconhecido nas condições anteriores” (MORGAN, 1976, p. 62). Nessa mesma linha de pensamento, Engels (2009, p. 64/65) mostra quais são as reais intenções desse modelo em seus primórdios:

os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram o domínio do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus e que estavam destinados a herdar suas riquezas. A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, mesmo ainda, como a forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, em toda a pré-história.

Os estágios sucessivos se adaptam aos contextos históricos. No último estágio a necessidade de acúmulo de bens e/ou de riqueza, a sociedade chega à finalidade de família com base na fidelidade, seguramente feminina, em que nasceriam descendentes *legítimos* e assegurariam o patrimônio. Pois, o amor e a fidelidade foram considerados, em união com a sexualidade, tão somente numa época bastante tardia na cultura ocidental. As restrições sexuais foram impostas e interiorizadas, com uma crueldade *terrorista* inimaginável, a partir

do casamento monogâmico, inspirado pelo direito romano e aperfeiçoado pela moral cristã (CANEVACCI, 1976).

Desse estágio, eis que surgem outras questões como a hierarquia entre os sexos como bem destacou o autor. Esse é o foco da reviravolta na monogamia. Ao chegar nesse estágio, é inevitável a comparação com o que destaca Engels (2009, p. 25);

O desmoronamento do direito materno, a *grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada, sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.

Um dos trabalhos pioneiros sobre a família é o de Bachofem cujo livro é denominado *Direito Materno*, analisado por Engels. O principal foco da obra é que em períodos primitivos houve o domínio da mulher na sociedade⁹. Seguindo essa linha de pensamento, Engels ressalta que, quando a mulher perde esse poder com a monogamia, o homem começa a comandar, faz dela sua servidora e instrumento de reprodução. O autor reafirma com exemplos históricos essa condição feminina e ressalta que essa desigualdade se estrutura de diferentes formas, depende do contexto histórico, porém jamais foi eliminada.

A monogamia traz características peculiares à família. Esta instituição sempre existiu na história da humanidade, no entanto, eis que surgem alguns modos específicos com a estrutura monogâmica. Esta no entrelaçamento com a modernidade, dá também novos contornos a essa instituição. Para Carvalho Filho (2000, p. 46):

A família existia na realidade vivida, mas não enquanto sentimento e valor. É somente no século XVIII que ela se consolida na sociedade burguesa, tornando-se, na modernidade uma sociedade fechada, onde seus membros gostam de permanecer. É a partir desse século que ocorre a privatização da família, com suas repartições dos espaços, a valorização do pudor e da decência, da limpeza e do isolamento ou da privacidade etc.

A instituição em si é uma realidade histórica, porém os sentimentos e o valor foram construídos a partir da consolidação da sociedade burguesa, em que os agentes da mesma se fecham na solidariedade com os seus membros, privatizando-a nos seus mais diversos aspectos.

⁹ Há autores que são contra essa ideia de que houve em algum período histórico o matriarcado, afirmam que os indícios sobre esse fato, apresentado por Bachofem são insuficientes para tal afirmação.

Também como ressalta Gallino (2005, p. 304) “é preciso, abandonar a ideia de que em determinada sociedade exista, um tipo único de família, seja ela nuclear ou extensa, associada ou consanguínea, multifuncional ou monofuncional”, o que há sim, é a predominância de determinados modelos em determinados períodos históricos.

No momento em que entra em destaque o processo de modernidade. A história da família se imbrica as lutas, conflitos e contradições gerados no decorrer dos séculos XVI e XIX com a ascensão do capitalismo. A modernidade se manifesta como um movimento de destruição e construção, alterando os comportamentos e as formas de perceber o mundo, assim como uma crítica radical aos preceitos religiosos e dos pressupostos morais baseados na coibição dos desejos.

No contexto da modernidade capitalista, “a família é considerada uma instituição em constante processo de transformação no tempo, sujeita a múltiplas mudanças e adaptações dentro das transformações gerais da sociedade” (CARVALHO FILHO, 2000, p. 42). Os impactos econômicos, com a ascensão do capitalismo, adentram a intimidade familiar, destroem e constroem novas concepções em sua estrutura.

A modernização dos valores sociais, com as possibilidades de escolha dos parceiros sexuais, o casamento como opção individual e não da família, o direito de escolha no exercício da sexualidade sem a maternidade e paternidade dentre outros, são expressões das mudanças alcançadas no processo de revolução e modernização da sociedade. Uma *ruptura* entre tradição e modernidade. Diante disso, para Silva (2010, p. 145),

as grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas testemunham uma inversão de 180 graus. A cultura tradicional virou pelo avesso. O que era padronizado, certo, cedeu lugar à fragmentação de sentidos, à multiplicidade de direções de comportamentos e a uma pluralidade de conhecimentos. O mundo não gira ao redor de um eixo, de uma só verdade.

Por isso devemos pensar nas mudanças a partir da década de 1960, com a derrocada do patriarcado, acelerando a manifestação de novos arranjos ou configurações familiares, desafiando estruturas até então apreendidas como inflexíveis. Vivemos em permanente processo de *reflexividade* social e precisamos estar sempre pensando a respeito das circunstâncias em que nossas vidas se desenrolam (GIDDENS, 2005).

Os preceitos da modernidade desestruturaram as forma fechada de organizar a sociedade. Eles revolucionaram o mundo de *ponta cabeça* (CARVALHO FILHO, 2000), pois

a modernidade se sustenta enquanto movimento de construção e destruição, alterando nossos comportamentos e as nossas formas de ver o mundo.

A globalização é o principal aspecto da modernidade, ou seja, a ideia de que vivemos todos em um único mundo. As implicações que afetam a política, a tecnologia, a cultura e a economia afetam o mundo todo e a todo mundo (GIDDENS, 2010). Nesta perspectiva Pereira (2003, p. 235/236) também afirma que,

A evolução do conhecimento científico - somado ao fenômeno da globalização, ao declínio do patriarcalismo e à redivisão sexual do trabalho - fez uma grande transformação da família, especialmente a partir da segunda metade do século passado. Como será a família desse novo século (...)? Não é necessário mais sexo para reprodução, e o casamento legítimo não é mais a única maneira de se legitimar as relações sexuais. (...) Afora a nostalgia de que a família na qual cada um de nós foi criado é a melhor, sua travessia para o novo milênio se faz em um barco que está transportando valores totalmente diferentes, como é natural dos fenômenos de virada de século. A travessia nos deixa atônitos, mas traz consigo um valor que é uma conquista, ou seja, a família não é mais essencialmente um núcleo econômico e de reprodução em que sempre esteve instalada a suposta superioridade masculina. Nessa travessia, carregamos a “boa nova” de que ela passou a ser muito mais o espaço para o desenvolvimento do companheirismo, do amor e, acima de tudo, embora sempre tenha sido assim, e será, o núcleo formador da pessoa e *fundante* do sujeito.

As mudanças na vida privada e íntima são fenômenos da modernidade. As formas como as pessoas passaram a se relacionar com os outros e consigo mesmas foram ganhando outros contornos. E hoje “temos de enfrentar futuros pessoais muito mais abertos do que no passado, com todas as oportunidades e percalços que isso acarreta” (GIDDENS, 2010, p. 38).

A família patriarcal no entrelace com a modernidade se *solidifica* no Brasil em meados do século XIX, através da colonização. Esse modelo familiar é destaque ao se discutir as bases dessa instituição na sociedade brasileira. A visão linear em relação a esse aspecto é evidente, especialmente pelas “transformações da família em nosso contexto econômico e social, tomando como modelo a *família patriarcal* brasileira, expressão utilizada por Gilberto freire e Antônio Candido de Melo e Souza” (CARVALHO FILHO, 2003, p. 23).

Esse modelo é importante para o Brasil, no entanto, ele é discutível em relação a qualquer generalização. Corrêa (1993, *apud* CARVALHO FILHO, 2003) diz que ele pode ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinho, nem comandou do alto da varanda da Casa Grande o processo total da sociedade brasileira. Para a autora, o seu conceito comprime as diferenças, até caberem todas num mesmo molde quando se fala da família brasileira. Especificamente na Amazônia, é difícil de delimitar e enxergar a família sob esse foco. Quanto a isto, Costa (2005, p. 53) afirma que “não tivemos um Estado Patriarcal, mas

relações patriarcais, [apresentadas] de forma mais pura no âmbito da família e [reproduzidas de] outras relações nas demais instâncias sociais”.

Portanto, na modernidade a família foi o ente que mais sofreu transformações no seu interior. Logo, é necessário afirmar que, de patriarcal, ela passou ao que hoje não mais se sabe denominar, pois as formas se multiplicaram, talvez possam falar de família plural contemporânea. Ao analisar a história, a família “em tempos passados, era o *locus* privilegiado da atividade econômica e a fonte de muitas ocupações educativas, recreativas, protetoras, religiosas” (BELTRÃO, 1973, p. 33/34). Independente de qualquer formato ou estrutura essa instituição tem seus valores, suas funções, etc. acompanha os acontecimentos históricos, sociais, econômicos, demográficos e é a primeira agente da socialização. Mesmo porque ela ainda dita muitas das regras sociais.

A partir dessa realidade as funções familiares têm suas peculiaridades. Há hierarquia por gênero e geração que se complementam e delimitam as funções dentro da instituição e fora dela. Nessa perspectiva, Parsons (*apud* BRUSCHINI, 1989, p. 02) certifica que,

a família é, sobretudo uma agência *socializadora*, cujas funções concentram-se na formação da personalidade do indivíduo. Tendo perdido ao longo da História, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria funções básicas e irredutíveis de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população.

O espaço nuclear era bem equipado para lidar com as demandas da sociedade industrial em que as responsabilidades seriam divididas entre os adultos. Dentro desta lógica os papéis precisavam ser altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilitaria a presença de modelos masculinos e femininos, claramente definidos. Com novas instituições que se sobressaem no mundo moderno, esses papéis se reestruturam as funções econômicas e políticas que eram de total responsabilidade familiar, foram perdendo espaço. Assim, a família foi reduzida a primeira agente de socialização.

A família, no funcionalismo tem Talcott Parsons e Bales como representação teórica em destaque. Os dois ressaltam que as duas principais funções família são a *socialização primária* e a *estabilização da personalidade*. Giddens (2005, p. 152) resume o conceito das duas da seguinte forma;

Socialização primária é o processo pelo qual as crianças aprendem as normas culturais da sociedade em que nasceram. Visto que isso ocorre durante os primeiros anos da infância, a família é o mais importante núcleo para o desenvolvimento da

personalidade humana. *A estabilização da personalidade* refere-se ao papel desempenhado pela família ao assistir emocionalmente seus membros adultos. O casamento entre homens e mulheres adultos é o arranjo pelo qual personalidades adultas se apoiam e se matam saudáveis.

Embora alguns pontos dessas características destacadas por Parsons e Bales estejam um pouco ultrapassadas para a realidade de hoje, especialmente sobre a *estabilização da personalidade*, é importante essa concepção de que a família é um lócus de aprendizagem e importante no contexto do desenvolvimento social.

Dentre as correntes científicas que discutem essa temática, algumas ainda se encaixam nessa vertente ressaltada, porém existem outras não muito diferenciadas, mas que precisam ser destacadas nesse momento do trabalho. De forma resumida apresentamos algumas;

Nessa linha de raciocínio, a vertente do marxismo atrelada ao movimento feminista, especialmente a dos anos de 1970, mostra que a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, em que os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada. Logo cabia aos homens à produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. A antropóloga defende que a família é um grupo de procriação e consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho, em função do que determina o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. No olhar da psicologia, a família além de ser um lugar onde se forma a estrutura psíquica, constitui um espaço social distinto, na medida em que gera e consubstancia hierarquias de idade e de sexo. Ela é o espaço onde as gerações se defrontam mútua e diretamente e onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder.

A aprendizagem da manipulação dos objetos e das formas de comunicação social começa sempre em grupos primários, entre os quais a família ocupa o papel de destaque. Estes grupos fazem a mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética. A aprendizagem dos atos cotidianos, a maneira de adquiri-los ou ensiná-los é executando-os e se dar por imitação e observação, essa é a visão dos pensadores da Escola de Frankfurt. O que percebemos com essas correntes de pensamento é que, embora esta instituição não seja estática, suas transformações são visíveis, seja no âmbito mais particular do cotidiano, seja no desenrolar histórico das transformações sociais. Ela tem uma função estruturante da vida do indivíduo.

Portanto, a partir das discussões acima podemos afirmar que a família é um grupo de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência. Estabelecem entre si

relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo “harmonioso e sereno” (BRUSCHINI, 1989), mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres. Nesse processo esta instituição é um local privilegiado de iniciação a naturalização de hábitos e costumes uma vez que tem a função de transmiti-los.

1.2 – A construção da função de maternidade e paternidade

Homens e mulheres de maneira geral têm determinado como função biológica a concepção de paternidade e maternidade. Na linha de pensamento de Durkheim (2008) esse é um domínio que passa pela biologia, nesse sentido não necessariamente tem o fundamento de um estudo sociológico. Logo nosso interesse aqui é o *fato social*¹⁰ dessa função, no sentido dado por esse autor. Ou seja, como se estabelecem os papéis de pai e mãe quando percebemos que vão além dos atos dos sujeitos, pois são recebidos pelos contextos, estão fora dos indivíduos, são estabelecidos antes, pelos processos educacionais. Diante disto e a partir das construções sobre as condições reprodutoras, surgem às representações sobre o que é ser mãe e pai.

Na família enquanto estrutura social, os papéis são construídos. Dessa forma os homens sempre estiveram afastados dos laços afetivos e dos cuidados com as/os filhas/os e as mulheres com as responsabilidades parentais. Nesse sentido, é importante pensar que as mulheres foram delimitadas a esse papel pela função biológica, bem como o homem foi afastado dele pela de provedor. Nesse contexto, é imprescindível compreendermos maternidade e paternidade enquanto invenção.

1.2.1 – Gênero: pressupostos teóricos e a concepção sobre construção da identidade

No espaço familiar foram construídos os papéis *adequados* às pessoas de acordo com o sexo e idade. Nesse sentido, é importante destacarmos que, muito antes de serem mães e pais as pessoas são identificadas ou classificadas com identidades de gênero, que é a construção social do ser mulher e homem Safiotti (2004). Assim, na concepção de Mead e Metraux (1982, p. 23) é fato;

¹⁰ Nesse contexto sobre maternidade e paternidade, opta-se em uma explicação mais próxima no campo da sociologia, por esse conceito de Durkheim, esse conceito é abrangente e não se pretende abordá-lo de maneira mais profunda é somente uma correlação com a temática.

que o que constitui *masculinidade* e *feminilidade* varia extraordinariamente de lugar para lugar. O que os seres humanos fizeram na maior parte das sociedades, a maior parte do tempo foi dicotomizar as capacidades humanas: o que é masculino é não feminino; o que é feminino é não masculino. Assim, meninos e meninas crescem aceitando em si as qualidades que se espera que tenham e negando as que se espera que não tenham, não importando se isto conforma ou não aos seus talentos e pendoros temperamentais.

A questão de gênero surge como pressuposto para o esclarecimento do *habitus*¹¹ (BOURDIEU, 2010) masculino e feminino dentro das construções históricas e sociais. Assim, destacamos como importante descrever o que conceito de gênero sugere e como se apresenta na academia. Em seguida mostraremos as construções das funções materna e paterna.

A questão de gênero, como categoria analítica, surge através de estudos feministas. Nos anos de 1980 (COSTA, 2008), seu principal questionamento era quanto à desigualdade entre mulheres e homens construídos histórica e socialmente, a partir das diferenças biológicas. Portanto, ser mulher e ser homem, com suas diferenças de *status* na sociedade passou a ser questionado, desnaturalizado, pois havia um processo de hierarquia e desprivilegio de um sexo para o outro.

As lutas libertárias dos anos 1960, no contexto mundial, instigam os estudos de gênero (GROSSI, 1998). Estes são uma consequência direta das lutas desse período “(...) mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *Black Panthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra no Vietnã nos EUA, a ditadura no Brasil” (GROSSI, 1998, p. 02).

Esses movimentos tinham a busca pela liberdade e igualdade social dos indivíduos. O movimento feminista e o movimento gay em particular questionavam as relações afetivo-sexuais no domínio das relações íntimas do espaço privado (GROSSI, 1998). Foram lutas importantes também para se pensar nas desigualdades entre mulheres e homens. Assim, surgem às premissas dos estudos de gênero¹² no envolvimento marcante das mulheres na busca em entender as desigualdades sociais que, tanto as afetavam.

Embora os estudos de gênero ou relações de gênero tenha ganhado essa denominação nos de 1980, vários trabalhos pioneiros já questionavam a situação social da

¹¹ Dentro do que este autor define como *habitus*, encontra-se a interiorização pelos atores das normas, valores, princípios sociais que assegura a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva como um todo.

¹² É importante percebermos que nesse momento ainda não se tinha essa denominação de gênero, sendo incorporada nos estudos a partir dos anos 1980.

mulher, bem antes até dos anos 1960. De acordo com Scavone (2004, p. 21), os pioneiros nos anos 1940 e 1960 são os de “Margareth Mead (1948); Madeleine Guilbert (1946) e especialmente, Simone de Beauvoir¹³ (1949). No Brasil, na década de 1960, temos os trabalhos precursores de Saffioti (1969) e Blay (1968, 1972)” que dão o pontapé inicial nos estudos sobre a problemática *mulher*, cada uma a seu modo e concepção teórica, trouxe-a para o debate público – esta até então marginalizada nas discussões acadêmicas –, gerando todas as reflexões que desembocaram nos estudos de gênero. Na sua concepção conceitual Heilborn (1994, p. 01) o define como,

um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

O conceito de gênero tal como esboçado tem como origem a noção de cultura que, aponta para o fato social. Desse modo, a diferença social entre os sexos é vista pelo conceito de gênero como produzida e sancionada socialmente através do sistema de representações.

No Brasil esses estudos chegam com pesquisadoras norte-americanas e se institucionalizam por meio do movimento feminista e da produção teórica nas universidades, a partir de 1975 (HEILBORRN e SORJ, 1999). As acadêmicas feministas se integraram à dinâmica da comunidade científica nacional, mediante a aquisição do reconhecimento científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais (HEILBORRN e SORJ, 1999). Desse modo, os estudos de gênero aos poucos foram se integrando ao campo das ciências sociais, ganhou espaço na academia e “a partir da década de 1980 [já era possível observar] uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país” (HEILBORRN e SORJ, 1999, p. 187).

¹³ Para Adelman (2009, p. 84) “Simone de Beauvoir antecipou e preparou o terreno para o trabalho de uma geração posterior de teóricas feministas. Ao identificar claramente um viés masculinista que permeia todo o pensamento social ocidental – o grande e radical *insight* da sua obra (Bordo, 1997) – ela iniciou o que pode considerar uma verdadeira virada epistemológica”.

Nessa conjuntura o que inicialmente girava em torno das questões da condição feminina, ganha uma dimensão mais ampla com a categoria gênero e possibilita novos debates. Na atualidade a categoria abrange os mais diversos aspectos relacionais dos seres humanos. Assim, quanto a esse campo de estudo hoje, para Minella (2005, p 12) é preciso,

compreender *primeiro* que falar em relações de gênero não se limita falar apenas sobre mulheres (mesmo nos casos que destacam a problemática feminina); *segundo* que as relações de gênero são construídas no plano sociocultural a partir das diferenças biológicas; *terceiro*, que o corpo é resultante da cultura, tornando-se a superfície sobre a qual são construídas várias representações que reproduzem no cotidiano as desigualdades, ao ponto que se pode dizer que este cotidiano é sexuado; *quarto*, que analisar relações de gênero significa perscrutar as relações de poder entre os diferentes sexos.

De modo geral buscamos apresentar o que a categoria gênero representa para os estudiosos dessa área, e a autora nos mostra no segundo item, uma construção social a partir das características biológicas. Nesse sentido, Scott (1990, p. 07) nos mostra que,

o gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar *construções sociais* – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

A autora nos mostra o gênero como uma questão construída. Para ela os papéis sociais, como *ser mulher* e *ser homem* estão marcados pela identidade subjetiva e como consequência da imposição social para um corpo sexuado. Em uma concepção mais avançada dos estudos gênero, Judith Butler tenta desconstruir a ideia de que a biologia do sexo obrigatoriamente se encaixará na construção social de um gênero, pois para Butler (2003, p. 163);

se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de *mulher* não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e *homem* não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos [...] isto sugere que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais.

A partir dessa concepção destacada acima, é importante a percepção de Miriam Grossi (1998) que nos alerta para as implicações das construções de gênero, enquanto papel e enquanto identidade. Para o primeiro ressalta o sentido de uma atuação teatral, a representação de um personagem que, os indivíduos incorporam a partir das construções sobre o sexo biológico. No segundo ela considera o conjunto de convicções que, classifica o que é

feminino e masculino, sendo esta classificação imposta desde o nascimento interferindo na construção da identidade da menina ou do menino.

Acrescentamos para essas convicções que, elas interferem nas identidades gênero, são incorporadas no *habitus*, e “são permanentemente vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (BOURDIEU, 2010, p. 09). Nesse contexto, encontramos a função da maternidade e paternidade, vista até hoje como natural especialmente à primeira em muitos aspectos, perpassando a sua condição genética.

1.2.2 – A invenção da maternidade e paternidade: embate entre o biológico e o social

A maternidade passa a ser uma construção social (GIDDENS, 1993; SCAVONE, 2001), quando percebemos que a mulher a partir de sua função biológica está sujeita as identificações sociais de uma *natureza materna* e afetiva em relação aos filhos, ou seja, a maternidade é “afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com corpo e com a natureza” (SCAVONE, 2001, p. 56). Já a paternidade, a partir do momento em que o homem é classificado com os sentimentos mais fechados, distante dos laços afetivos, sendo sua função orientada para os aspectos de provedor da família. Portanto, as duas são construções históricas, baseada nas regras da natureza, pois “desde a época dos dinossauros, aos homens caberia à posição ativa na escolha da fêmea e na sua fecundação; às mulheres caberia a posição passiva de ser escolhida pelo macho e cuidar da prole gerada” (BORGES, 2005, p. 675).

A mulher foi vista sobre uma concepção, em que são aguçadas como natural; a sensibilidade, o amor, o romantismo, os cuidados afetuosos, etc. Enquanto os homens são colocados do lado oposto. A maternidade é inventada a partir de vários aspectos. Porém a classificação do amor feminino é uma concepção marcante, esse é considerado um sentimento ou uma suprema vocação deste sexo como afirmava Beauvoir (1976). Nesse aspecto, para Neves (2007, p. 613), “as qualidades expressivas do amor e da intimidade são vulgarmente reconhecidas como preocupações femininas, manifestadas através de fatores emocionais intensos, tais como a gratificação, a afirmação, a prestação de cuidados e a paixão”.

Essas concepções tem muita influência nos papéis desenvolvidos por esses atores enquanto pais e mães. Fazem parte das imagens e sistemas simbólicos de representações que

existem na sociedade em relação à maternidade e a paternidade. Para Parseval (1986, p. 15) isso se consolida em algo concreto, quando olhamos para a história e vemos que,

o peso ideológico se acentua no momento do parto e do nascimento (o pai é inútil, está ausente ou obrigatoriamente presente e a seguir fica desamparado, infeliz e desajeitado na volta da maternidade). Está claro, afinal, que os estereótipos da paternidade continuam igualmente pesados durante os primeiros anos do bebê: fica entendido que os pais não sabem como cuidar do bebezinho, são desajeitados, ficam enojados, são desprovidos da legendária paciência feminina, desprovidos também desse famoso *instinto maternal* que nossa sociedade outorga generosamente às mulheres.

Essa divisão histórica para a autora pesa, a partir do nascimento, as questões dos cuidados são destacadas as mães, os pais que são os *sem jeito para as coisas*. No entanto, também existe a ideologia na gravidez, pois “presume-se que os futuros pais estejam sujeitos a estados e espírito semipadronizados – homem indiferente ou absorvido pelo seu trabalho, irritado, irônico, sexualmente frustrado, nem pensando no bebê que está por vir” (p.15). Evidentemente na sociedade de hoje, as representações sociais mudaram, existem pais protagonizando a paternidade de outra forma, se posicionam diante desses desafios dos cuidados, até então impostos como femininos. Nessa perspectiva, ressalta Cardoso (2010, p. 45/46);

Nas novas gerações, pai e mãe passam a desempenhar ações complementares, variando de atitude de acordo com as características pessoais de cada um, e não mais em função das diferenças de gênero. O homem vem, com mais frequência, assumindo papéis outrora destinados às mulheres, estando envolvido em tarefas concernentes aos cuidados a serem dispensados aos filhos.

Todas essas transformações são importantes e fundamentais, no entanto, foram nesses pilares históricos de *divisão* que a maternidade e paternidade foram, e em alguns aspectos ainda são vistos e concretizados na prática cotidiana. Confirmando tal inferência Lyra e Medrado (2000, p. 145), asseguram que,

apesar das conquistas dos movimentos de mulheres e de toda uma variedade de importantes transformações no campo da sexualidade e reprodução, ainda hoje se reproduz nas relações de gênero e familiares, uma delimitação clara de papéis e modelos. Ao homem provedor financeiro corresponde uma mulher naturalmente afetiva e *maternal*.

A construção é histórica. Desse modo, mesmo com todas as lutas – especialmente do movimento feminista – no sentido de desconstruir esses ideais, eles ainda persistem. Para Scavone (2001), esse processo representativo tem uma base consolidada pela biologia como já destacado. Assim, para a autora, “este modelo se consolidou em uma ideologia que passou a

exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação do (a)s filho (a)s e limitando a função social feminina à realização da maternidade” (p. 49). No entanto, “a prática do aborto é uma possibilidade de escolha para a não realização da maternidade, reforçando o caráter social da maternidade e sua não determinação biológica” (p. 52).

A esse fato, Giddens (1993) sustenta que a *invenção da maternidade* faz parte de um conjunto de influências que, afetaram as mulheres a partir do final do séc. XVIII tais como: o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar, a modificação das relações entre pais e filhos. Nas análises desse autor, ele destaca as mudanças da intimidade na sociedade, no final do século XIX com o advento da modernidade. Nesse sentido para ele houve um *declínio do poder patriarcal* com o *maior controle das mulheres sobre a criação dos filhos* referindo-se a um deslocamento da *autoridade patriarcal para a afeição maternal*. Para este autor todos esses processos de mudança são novos e aguçam a relação entre maternidade e feminilidade, no contraste com a paternidade. Ancorados nessa perspectiva, vemos que, a paternidade em relação à maternidade foi fundamentada socialmente na incerteza, pois sempre tinha 100% de certeza quem era a mãe, já o pai não. Isso é fundamentado por Parseval (1986) nos estudos de Freud e Platão, o primeiro afirma *pater semper incertus* ao passo que a mãe é certíssima, para o segundo o pai é sempre um acaso. O mesmo é destacado e analisado por Strathern (1995, p. 311) quanto à ideia ocidental sobre esta questão;

A paternidade não se apoia no mesmo tipo de factualidade. A existência de um pai genético na vida do filho é presumida, mas o homem que o pai não é conhecido pelo mesmo processo que a mãe. Na verdade a própria definição de paternidade introduz incerteza. É convenção cultural imaginar que o pai jamais pode saber na verdade que o filho de uma mulher é também seu — isso tem sempre de ser provado.

Longe de essa ser uma questão do passado, esse fenômeno ainda se manifesta em relação às mulheres, especialmente quando as/os filhas/os são frutos de relações informais, fora do casamento, etc., há desconfiças sobre a legitimidade da paternidade. Às mães, recai a total desconfiça. A recorrência ao exame do código genético DNA no Brasil é frequente hoje, porém a estimativa é que praticamente 98% dos resultados são positivos (THURLER, 2009), os pais biológicos são realmente os que foram indicados pelas mães, porém o dogma histórico da parentalidade no Ocidente, foi; o ponto certo é a mãe, quanto ao pai paira a dúvida (PARSEVAL, 1986).

Na contramão da certeza, hoje também temos a dúvida quanto à mãe. A evolução, das ciências médicas, o uso das novas tecnologias conceptivas (NTCs), as interferências na reprodução humana, modificaram os padrões até então construídos para maternidade e paternidade no ocidente, (FERREIRA, 1998; BOZON, 2004; SCAVONE, 2004). Estas trazem novas possibilidades, desafios, para a função de mãe e de pai.

A procriação com assistência médica se difundiu a partir de 1980¹⁴ (FERREIRA, 1998; BOZON, 2004), configura um marco na dissociação entre reprodução e sexualidade (BOZON, 2004), em que, a fecundação é feita em laboratório sob o controle de uma equipe de profissionais especialistas e o intuito inicial era amparar casais com problema de fertilidade. Com isto, afirma Ferreira (1998, p. 22):

Os sujeitos, que até muito recentemente tinham como certo serem gerados por uma relação sexual entre heterossexuais e nascerem da barriga da mãe, atualmente podem colocar essa certeza em dúvida, pois muitos arranjos são possíveis mudando completamente a origem dos sujeitos, e, portanto, sua história, suas recordações e mesmo sua identidade.

Outros atores entram na cena da reprodução e dão novos sentidos as relações familiares com a artificialidade na geração de filhas/os. Desse modo, novos padrões são obrigatoriamente pensados sobre a maternidade, paternidade e filhas/os. Com base nessa conjuntura, para Scavone (2004, p. 08),

a maternidade biológica já não é mais o primeiro critério que designa uma mãe, enquanto a paternidade pode ser definida por um critério: a origem do espermatozoide. O doador anônimo, pai biológico, distingue-se do pai social, mas o pai social também poderá ser biológico.

Nesse sentido, a biologia já não se torna a principal definidora da maternidade. A mulher pode gerar e parir, ao mesmo tempo em que pode não ser mãe que vai criar, o mesmo é válido para a paternidade, o pai genético pode ser um doador anônimo que não vai ser o social. Quanto à questão do pai, conforme Ferreira (1998) ainda entra em cena o grande protagonista que, é o médico, *pai científico*. Nesse aspecto, vemos as certezas históricas sendo revistas, pois como assevera Scavone (2004, p. 08):

As diversas técnicas de Tecnologias Reprodutivas (TCs): *Inseminação Artificial Intraconjugal* (IAC) ou a *Inseminação Artificial com doador de esperma* (IAD), a *fecundação in vitro* (FIV) – com o nascimento de bebês de proveta –, a *injeção intracitoplasmática de espermatozoide* (ICSI), a *Fecundação in vitro* e transferência de embrião (FIVETE) entre outras variações, envolvem uma série de novos atores

¹⁴ No Brasil em 07 de outubro de 1984, nasce Anna Paula Caldeira - o primeiro bebê FIV brasileiro, no Hospital e Maternidade São José dos Pinbais, em Curitiba (FERREIRA, 1998).

na reprodução, como os médicos, os doadores anônimos de esperma, as mães de aluguel, extrapolando a relação do casal.

Portanto, vemos a reprodução na dimensão assistida (RA). Assim, novos sujeitos fazem parte de um contexto que foi historicamente delimitado entre uma mulher e um homem. Daí as novas dimensões da maternidade e paternidade, não embasadas apenas na biologia.

O nível do sistema de representação e não do nível da realidade fisiológica da maternidade e paternidade é o destaque desse tópico. Portanto, é importante destacar como elas são representadas em outras sociedades, os níveis de cuidados e a concepção são vistos de outras formas, o que assegura a tese da construção social desse fenômeno. Nesse momento daremos ênfase à paternidade no sentido colocado por Silva (2010) como *uma construção imaginária*, pois na análise deste autor, há uma ideia geral de que pai é aquele que gera, embasada na determinação biológica e ocidental. No entanto, “visitando diferentes culturas e populações, é possível verificar que sustentar a paternidade, a partir do biológico, é algo para além do insustentável” (SILVA, 2010, p. 53).

1.2.3 – A paternidade sustentada em outros pilares

O aporte antropológico oferece um manancial sobre concepção e função do pai nas denominadas sociedades tradicionais. Os etnólogos trazem discussões fundamentais para se exemplificar a paternidade em outras dimensões. Parseval (1986), ao buscar compreender *a parte do pai* no ocidente, destaca em sua obra os estudos de Malinowski (1979), Mead (1963), Menget (1979), Cartry (1966), Devereux (1949) dentre outros que mostram outras formas de dizer quem é o pai, diferente da ideia ocidental assegurada apenas na biologia.

Malinowski em seu famoso estudo sobre as ilhas Trobriand, mostra que o *verdadeiro* pai de uma criança era o tio materno. Esse fato se explica como uma intenção desses povos de provocar um *bloqueio* no Édipo e deslocar para o tio materno os sentimentos naturalmente ambivalentes dos filhos para com o pai (JONES; ROHEIM *apud* PARSEVAL, 1986). No AltoVolta a população dos Gurmantchês também tem a tradição de delegar aos tios as funções que seriam do pai, no entanto, é “o tio paterno quem cuida da educação da criança, é ele quem lhe dispensa as manifestações exteriores de afeição” (PARSEVAL, 1986, p. 23).

A flexibilidade quanto à função da paternidade é característica nas sociedades tradicionais. Desse modo, cada povo dimensiona dentro de regras o que é ser, ou quem é o/s

pai/s. A *partilha* da fecundação é fundamental para os Txicaos do Mato Grosso, para eles o sêmen paterno é o único elemento do embrião. Por meio do condão umbilical o bebê receberá este componente que, será infiltrado através das várias cópulas da mãe com diferentes homens durante a gravidez, sem este processo para eles, o abordo espontâneo é certo (PARSEVAL, 1986).

A fecundação coletiva é importante também na acepção dos Mojaves na África. Existirão dois pais, no entanto, há antagonismo entre os cogenitores, cada um reivindicará pra si a paternidade. Esta será concedida na disputa entre os dois que, será feita desde as cópulas. Assim, contará para a paternidade social o “homem que coabita por mais tempo como uma mulher grávida durante os seis primeiros meses lunares de sua gravidez, isto é aquele que contribui com a maior quantidade de esperma” (PARSEVAL, 1986, p. 24), o pai será reconhecido socialmente através da aparência do filho, ou seja, com quem mais se assemelhar fisicamente.

Entre os Nayars da Índia existe o esposo ritual (*pater*) e os amantes (os genitores), estes dividem entre si o papel da paternidade. Assim, há vários homens que compartilham as despesas do nascimento, bem como o desempenho da função de pais, evidentemente a paternidade biológica é deixada de lado, já que os genitores biológicos podem ser os amantes ou o *pater*. Em outra tribo do Sul da Índia, “é pai aquele que, no sétimo mês da gravidez, pratica com a mulher uma cerimônia que comporta uma refeição e a dádiva de seu nome; de resto, esse homem pode jamais ter tido relações sexuais com a mãe da criança” (PARSEVAL, 1986, p. 35). Portanto, independente de relações sexuais ou não com a mulher grávida, o pai será quem assumir o compromisso ritualístico.

As representações da paternidade vão muito além de um legado masculino. Há que se pensar até mesmo nas realidades atuais das configurações familiares. No entanto, em algumas sociedades tradicionais as possibilidades da paternidade já eram abertas para o sexo feminino. Elas também podem ser consideradas pais. Entre os Muer da África Oriental, a mulher pai é quem é estéril, assim se configura o fenômeno de acordo com Héritier (1978, *apud*, PARSEVAL, 1986, p. 37) “se uma moça se casa e não tem filhos, ao fim de alguns anos, volta a sua família de origem, com um estatuto de homem. Suas mulheres a chamarão de ‘meu marido’. Ela contrata um genitor, que será a um só tempo criador e genitor [...], suas mulheres terão filhos que a chamarão de pai”. Entre os Bavendas da África do Sul, há semelhanças, porém com peculiaridades, a questão se estrutura devido à patrilinearidade, pois se um casal tiver apenas uma filha mulher esta não lhes dará descendentes. Nesse sentido,

invertem-se os papéis, esta não será mãe e sim pai, se casará com outras mulheres que engravidarão de amantes. Assim as/os filhas/os de suas mulheres serão os descendentes. A filha única pode até se casar com homem, porém as/os filhas/os farão parte da linhagem do marido.

A configuração do grande pai, ou pai de todos na representação cristã é destinada a Deus. No entanto, equivalente às crenças dos Arapeshs – tribo da Nova Guiné – vai além dessa concepção cristã, “embora reconhecida à necessidade de relações entre esposos para conceber uma criança, pensavam que nem o sexo da mulher nem o esperma do homem eram responsáveis pela fecundação, e sim a lua” (PARSEVAL, 1986, p. 40).

Toda a discussão desse tópico perpassa sobre a visão e invenção da maternidade e paternidade, a invenção ocidental é drasticamente biológica e restrita, enquanto que, em outras culturas a função social é vista como a mais importante. Nesse sentido a conclusão de Parseval (1986, p. 43) é fundamental para se entender a complexidade desse fenômeno, pois, para a autora,

o fato [é] que a paternidade, tanto quanto a maternidade, não repousa em um dado *natural*. A fisiologia, o sexo, a idade, etc., são apenas parâmetros reelaborados e reinterpretados nesse cadinho que é o sistema simbólico de representações ativo no seio desta ou daquela sociedade. Diante de modalidades tão artificiais de atribuição a cada sexo dos papéis no processo da parentalidade, não se pode deixar de constatar que não são os dados biológicos que são determinantes, e sim a utilização que deles fazem diferentes ideologias.

Portanto, a paternidade não é natural, e sim uma convenção aceita pelo grupo. Os apontamentos dessa autora, sobre a dimensão do pai em diversas culturas mostram que pode ser: o(s) genitor(es), o amante oficial, o protetor da mulher durante a gravidez – aquele que pratica o resguardo (pré ou pós natal), aquele que desempenha um papel no parto ou durante o pós-parto, aquele que realiza uma cerimônia oficial durante a gravidez ou após o parto; o marido da mãe (principal ou secundário), o(s) irmão(s) da mãe (tios maternos), o(s) irmão(s) do pai (tios paternos), o avô (pai do pai ou da mãe), um homem da mesma linhagem, um homem pertencente ao mesmo clã – aquele que cria a criança, aquele que dá o seu sobrenome ou que a adota, aquele que reconhece a criança, legal e ritualmente, aquele que transmite uma semelhança; o velho considerado impotente, o solteiro, a mulher estéril, o homem considerado estéril. Assim, podemos considerar o que Engels (2009, p. 13) afirma: “as designações *pai, filho, irmão, irmã*, não são simples títulos honoríficos, mas ao contrário, implicam sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, e cujo conjunto forma uma parte essencial do regime social”.

O que vemos em nossa realidade é outra forma de representação sobre a paternidade, porém na vida cotidiana existe uma substituição desse pai genético idealizado pela sociedade ocidental. Muitas vezes pelos mais diversos motivos este *pai* está *ausente*. As mães solteiras fazem parte da realidade histórica em nossa sociedade e podem representar, conscientes ou não, outros contornos sociais para a paternidade de suas filhas/os.

1.3 – As mães solteiras: questão histórica e novos dilemas

Os *filhos da mãe*¹⁵, ao qual fazemos referência no título deste trabalho, na própria terminologia da frase indicam, – pelo menos esse é o tom que se pretende dar –, que são filhos de mães solteiras. No entanto, privilegiamos desse contexto, para discussão metodológica da pesquisa, *as mães* de tais filhos. Nesse sentido, abordaremos nesse momento apontamentos teóricos sobre as *mães solteiras* a partir de diversas conjunturas do acontecimento, importantes para o entendimento da discussão proposta neste trabalho.

As mulheres com maternidade solteira, no cenário brasileiro tem vasto crescimento¹⁶, configuram os novos contornos da estrutura da família, pois esta vem se reconfigurando, deixando para trás o modelo nuclear dominante, ou seja, “o modelo baseado na autoridade/dominação contínua do homem como cabeça sobre toda a família, está enfraquecido e deve desaparecer no terceiro milênio” (GUIMARÃES, 2010, p. 37), como foi possível perceber nas discussões acima.

Na sociedade atual, não podemos mais falar em família, mas sim em famílias, pois a grande diversidade de suas formas tornou-se uma particularidade cotidiana de nossos tempos, “o mundo da família está bem diferente do que há 50 anos. Embora as instituições da família e do casamento ainda existam e sejam importantes em nossas vidas, tiveram uma mudança drástica de caráter” (GIDDENS, 2005, p. 151).

A mãe solteira está reconhecida entre os novos contornos de família, embora esse fato não seja novo, ele é representativo da modernidade, mas não é exclusivo dela. A

¹⁵ Essa frase faz parte do vocabulário dos brasileiros, em uma forma de zombaria com alguém, nos momentos de fúria, na tentativa de provocar ou rebaixar a pessoa em discussões, brigas e etc. Para Grossi (1995) essa ofensa de *filho da p...* ou *filho da mãe* reflete a dicotomia nos papéis associados ao feminino.

¹⁶ Segundo Leite (1997), as famílias de mães solteiras somente foram plenamente reconhecidas no final do século XIX. Ainda que a ocorrência dessa situação sempre tenha ocorrido na história da humanidade, diversos fatores modificaram sua condição recente. Na Europa e mesmo no Brasil, a categoria de mães solteiras era pesadamente onerada pela opinião pública e marginalizada pela legislação familiar, através da categorização de seus filhos/as (legítimos e ilegítimos).

configuração desse tipo familiar pode ocorrer de diversos contextos e por diversificadas razões, especialmente na atualidade.

Hoje a maternidade solteira tornou-se é uma opção, (SZAPIRO e FERES-CARNERIRO, 2002), no entanto, também ocorre por gravidez indesejada (ZAPIAIN, 1996). Essas duas categorias podem ser percebidas da seguinte forma: para primeira podemos considerar que, tem um processo de escolha, a mulher opta pela reprodução independente, a figura paterna é excluída dos laços da parentalidade pela escolha da mãe. Para a segunda o processo é diferente, a mulher fica solteira pela forma como ocorreu à gravidez, não planejada pelos dois parceiros, com *descuidos* nas relações sexuais, sem qualquer tipo de contracepção e assim por diante. Nesse sentido Marin e Piccinine (2009, p. 423) esmiúçam as formas de mães solteiras na percepção de dois autores,

Leite (1997) classifica, 1) mães que não queriam ter a criança, mas que a perda dos prazos legais, autorizando a interrupção voluntária da gravidez¹⁷, a compeliu a assumi-la – denominada maternidade imposta; 2) mães que, mesmo não desejando a gravidez, decidiram assumi-la e educam a criança sozinhas – denominada maternidade involuntária; e 3) mães que decidiram conceber e educar sozinhas a criança – denominada maternidade voluntária. Outra classificação foi realizada por Lagenest (1990) e esta pode ser apresentada da seguinte maneira: 1) a mulher solteira que adota um filho; 2) a mulher que quis ter um filho sem casar; 3) a mulher que se tornou mãe por ter sido violentada; e 4) a mulher que se tornou mãe por não ter tido precauções junto ao companheiro.

Portanto, a constituição de uma mãe solteira ocorre por diversos meios. Por processos de escolhas – visto nos dias atuais pelo deslocamento da mulher ao mercado de trabalho gerando assim, sua autonomia na opção por uma produção independente –, mas como destaca Scavone (2001, p. 52) “a maternidade como escolha é um fenômeno moderno e contemporâneo que foi se consolidando no decorrer do século XX”, especialmente com o advento dos métodos anticoncepcionais. Na contramão das escolhas há certas *imposições* involuntária, *descuidos* nas relações sexuais, etc.

Dentro desse aspecto, podemos destacar questões mais sucintas sobre a questão da mãe solteira, pois a sua constituição abrange aspectos de geração, classe, etc. Nesse sentido, Giddens (2005, p. 158) nos mostra uma realidade mais específica desse fato, destaca que,

¹⁷ É importante frisar que o autor fala de modo geral quanto a essa questão. Assim, ele vai além da fronteira brasileira, pois no Brasil não é permitido a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). Cabe também ressaltar que nessa conjuntura somente as mulheres que tem dinheiro podem fazer aborto de forma segura mesmo que clandestinamente.

a maioria das pessoas não deseja ser pai ou mãe solteiros, mas há uma minoria crescente que faz esta escolha – criar um ou mais filhos sem o auxílio de um cônjuge ou companheiro. *Mães solteiras por escolha* é uma boa descrição para alguns tipos de mães solteiras, normalmente as que possuem recursos suficientes para manter de forma satisfatória um lar monoparental. Para a grande maioria das mães solteiras ou não casadas, porém, a realidade é diferente: há uma grande correlação entre a taxa de nascimentos ocorridos fora do casamento e os indicadores de pobreza e privação social.

O autor mostra as desigualdades presentes na maternidade. Destaca que tal fenômeno ocorre por opção e por consequência. Considera que há sim, uma parcela de mulheres optando pela maternidade solteira. No entanto, estas tem poder aquisitivo para o sustento material da família. Já para a grande maioria esse fato passa pelo âmbito das consequências, pois são mulheres pobres que, por diversos motivos, se tornam mães solteiras, mulheres chefes de família uniparental ou monoparental. Porém, no Brasil a gravidez na juventude e conseqüentemente a mãe solteira, é crescente em todas as classes, o estranhamento é que “entre as jovens de classes médias [há] alterações na condução dos projetos e trajetórias escolares, que, até então, se processavam de modo linear. O mesmo não ocorre entre as jovens das classes populares, cuja irregularidade das carreiras escolares independe da maternidade” (HEILBORN et al, 2002, p. 13).

Outra categoria utilizada na atualidade que, serve para ilustrar esse trabalho é o de família uniparental ou monoparental¹⁸, que é como o Estado reconhece as famílias que, tem somente um genitor responsável pelos cuidados no âmbito doméstico-familiar¹⁹. Essa categoria necessariamente nos remete a mãe solteira, embora essa denominação sirva tanto para mulher quanto para o homem chefe. No entanto, a monoparental feminina tem sua representação quantitativamente maior como é possível perceber pelo crescimento elevado nas últimas décadas em território brasileiro.

O censo de 2010 do IBGE indicou 22,2 milhões de unidades domésticas chefiadas por mulheres, das quais 72,7% elas eram as únicas responsáveis, sem compartilhamento com parceiro ou qualquer outra pessoa. Segundo Berquó (2010), os lares monoparentais começaram a ser identificados nos anos de 1960. No entanto, foi a partir de 1970 que se

¹⁸ Nas três últimas décadas que a família monoparental firmou-se como um fenômeno social, passando a ser, então, objeto de estudos e preocupações por parte de sociólogos e juristas, que passaram a se referir a ela como uma categoria específica de família.

¹⁹ A Lei Fundamental de 1988, em seu artigo 226, reconheceu expressamente novos modelos de família, os quais foram denominados de entidades familiares. Dentre essas, encontra-se a família constituída pela comunidade formada por qualquer um dos pais [mãe ou pai] e seus descendentes, o que recebeu, doutrinariamente, a nomenclatura de família monoparental (ABRAHÃO, 2003, p. 03).

percebeu que a grande maioria era chefiada por mulheres e assim foi reconhecida juridicamente em 1988 (ABRAHÃO, 2003).

Esses denominados lares monoparentais tornaram-se cada vez mais corriqueiros nas últimas décadas. De acordo com Giddens (2005) na Europa mais de 20% dos filhos dependentes vivem hoje nesse tipo de arranjo familiar, encabeçados por mulheres. De maneira unânime, permanecem entre os grupos mais desprovidos da sociedade contemporânea. De acordo com o autor, em torno de 60% desses lares surgem hoje na Europa com separação ou divórcio e outra porcentagem surgem de mães solteiras que, nunca casaram.

De modo geral a ocorrência de família monoparental tem diversas origens. No entanto, para Fonseca (1997, p. 546) esse fato também tem uma implicação de gênero e classe social e nos coloca como possibilidade que,

é bem possível que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, esteja ligado, entre as camadas médias, ao movimento feminista e à nova autonomia da mulher. Projetar essa mesma explicação sobre grupos pobres, cuja alta taxa de mulheres chefe de família tem sido historicamente ligada à pobreza, seria um engano.

As mudanças que o movimento feminista trouxe para o mundo, a partir de 1960, são consideradas pela autora como indício da responsabilidade única de mulheres por famílias na atualidade. Algumas mulheres se libertaram do espaço privando, entraram no mercado de trabalho, estudaram e conseguiram autonomia para assumirem *sozinhas* uma família. No entanto, – assegura a autora – este fato não pode ser observado para as mulheres pobres, pois estas historicamente vêm sendo chefes de família, não por escolha, e sim por falta de condições que lhe assegure outros tipos de escolhas. Portanto, há este contraponto quanto à maternidade solteira. Existe uma relação histórica, mas não unívoca entre as famílias de um só genitor e a pobreza, ao mesmo tempo em que arranjar-se sozinho com filhos pequenos também hoje em dia é uma opção deliberadamente assumida por mulheres e por uns poucos homens (MEAD e DEVRAUX, 1982). A possibilidade em escolher perpassa pela ruptura entre modernidade e parentalidade. Quanto a isso Zorning (2010, p. 456) afirma que,

a atualidade se define principalmente pela derrocada de referenciais simbólicos estáveis e por uma pluralização das leis e de possibilidades de subjetivação, *tornar-se pai* ou *tornar-se mãe* passa a depender muito mais da história individual de cada um dos pais e de uma lógica do desejo do que de um modelo de família nuclear tradicional, como no passado.

A modernidade abre novas possibilidades quanto à parentalidade. Esta está desvinculada da forma tradicional de organização familiar, porém cabe aqui destacar outra marcante diferença entre as mães solteiras. Nessa perspectiva, para Marin (2005, p. 50) a,

grande parte das mães solteiras são adolescentes e jovens e estas apresentam algumas desvantagens específicas para educar seus filhos, entre elas o fato de estarem passando por um momento delicado de seu desenvolvimento e o baixo nível de escolaridade, além de serem de modo geral, dependentes e não terem condições de se sustentar financeiramente. Já as mães sozinhas e com mais idade e escolaridade também tendem a enfrentar desafios, mas a sua situação, provavelmente, é mais fácil das que as de mães adolescentes e jovens, devido à sua maior independência pessoal e financeira.

Na comparação entre mães solteiras e mães sozinhas, a autora destaca que, as primeiras tendem a enfrentar maiores desafios, em relação às segundas, mulheres que, optaram pela produção independente. Essas mães são expressão também de uma sociedade reorganizada em cima de outros valores.

A mãe solteira sempre existiu na história da humanidade. No entanto, como podemos perceber, esse fenômeno vem crescendo junto com o processo de modernização da sociedade, também tem a ver com o crescimento populacional. Assim, vêm gerando transformações nas estruturas da família e o crescimento intenso desse tipo de arranjo familiar nos dias atuais abrange todas as classes sociais, porém os graus de dificuldades enfrentadas são diferentes. Os contextos de vida das mães são diferentes, mas todas fora da conjugalidade. Nesse sentido Ferreira e Aboim (2002, p. 436) asseveram que,

ter um filho fora da conjugalidade pode obedecer a uma lógica estruturada pela falta de controle da sexualidade (e logo da fecundidade) na adolescência ou mesmo noutras fases da vida da mulher, em estreita associação com a escassez de recursos socioeconômicos. Mas ser mãe só pode também conformar-se à expressão de um projeto individual apoiado por recursos socioeconômicos que garantam a independência da mulher/mãe.

Na verdade, houve um crescimento de outras formas de família que fazem parte da reestruturação da sociedade e “a família tradicional está ameaçada, está mudando, e vai mudar muito mais” (GIDDENS, 2010, p. 16). A mudança é visível, no entanto, o novo é só uma reconfiguração ou incremento ao *velho*, pois como ressalta Dandurand (1997, *apud*, ABRAHÃO, 2003, p.34);

sempre existiram viúvos e viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou abandonadas por seus maridos que assumem, por inteiro, o encargo de sua prole. Mas o crescimento dos anos 1960 nos países industrializados produziu um impacto sobre a configuração das famílias. Como a maioria dos casais desunidos tem filhos, os lares dirigidos por um só genitor sofreram um aumento considerável e

uma intensa visibilidade. Os analistas sociais lhes atribuem, então, uma denominação inédita: famílias monoparentais. O neologismo é amplo e procura designar, ao mesmo tempo, novas formas de monoparentalidade oriundas de rupturas voluntárias de uniões, bem como formas antigas (e desaparecidas) decorrentes de falecimentos e deserções de cônjuges, como também os nascimentos extramatrimoniais.

Independente de denominações, o fenômeno faz parte da história da humanidade. Ficar ou estar solteira e com a filha ou filho é uma característica histórica das mulheres, embora a modernidade dê outros contornos a essa condição. As mulheres por suas identidades de gênero tiveram e tem que encontrar soluções para essa ausência constante, da figura do pai ou do genitor biológico.

1.4 – Os pais e genitores, onde se encontra a ausência?

A ausência é uma característica da figura masculina no espaço doméstico. Os homens, pelos seus papéis na família, sempre tiveram que estar fora do lar, às buscas por alimentos, as guerras, empregos em outras regiões, e outras necessidades econômicas fizeram com que, eles na história da humanidade, estivessem afastados por horas, dias, meses, anos e até uma vida toda da dinâmica do espaço doméstico. Portanto, nos aspectos sociais e construtivos, no modelo tradicional de paternidade (SCAVONE, 2001), há certa tendência para esse fenômeno.

Nesse sentido, a ausência do *pai* necessariamente remete a um leque de questões como possibilidade para discussão, pois tal ausência se configurou em diversos cenários. As responsabilidades parentais são demarcadas pelas construções de gênero e sistemática delimitações sexual do trabalho na esfera familiar, o *lugar do pai* foi historicamente marcado por um vazio afetivo.

Historicamente na divisão por gênero no âmbito familiar, houve esta delimitação. Na história ocidental europeia, o período, de 1930 e a década de 1970, foi considerado a era do *pai ausente* (GIDDENS, 2005), momento marcado por guerras que, levou os homens a obrigatoriedades militares. Diante de tal fato conseqüentemente se ausentaram dos lares, raramente vendo seus filhas/os. Porém, mesmo nos períodos posteriores a presença do pai na vida das/os filhas/os não era frequente, pela lógica da divisão sexual do trabalho, a ausência era sistemática.

1.4.1 – Pensando a ausência na história

No contexto da ausência na história brasileira, a região Sul tem sua *marca* registrada na bibliografia, no início do século XX. Tal fenômeno cruza a história dessa região com as questões de gênero e as funções estabelecidas a cada um. Assim, Fonseca (1997, p. 515) percebe o fenômeno e destaca que,

a incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono. Era comum que o companheiro partisse à procura de trabalho em outros lugares com Cuiabá, Rio Grande, o Estado Oriental (Uruguai), e que passasse anos sem que a família recebesse notícias dele. As guerras repetidas dessas sociedades militarizadas tiveram também seu efeito: os soldados saíam para a guerra e só voltavam anos depois.

Há uma dinâmica que é posta as pessoas pela sua condição de sexo. Esta faz com que, as divisões de papéis sejam estabelecidas e cumpridas pelos atores. Assim, os homens são afastados dos compromissos parentais como afetividade, carinho e educação das/os filhas/os, enquanto as mulheres são convergidas a eles, essa era a *regra* uma forma de defesa e sustento, pelas necessidades e obrigações no caso dos homens. Logo, as guerras, no Sul do Brasil, ou em qualquer outro lugar “contribuíram para a saída forçada de homens com a finalidade de servir como soldados” (TEIXEIRA, 2004, p. 154). Esse fenômeno da ausência no Brasil representa o *outro lado da família*, uma discussão proposta por Teixeira.

Por que o autor fala de outro lado? Pelo fato de ir contra uma visão dominante do sistema patriarcal, posta especialmente por Antônio Cândido e Gilberto Freire. Desconstrói também a ideia de que, as mulheres eram chefes de família somente em áreas em decadência com a intensa migração masculina. Na contramão desta ideia, o autor mostra dados de uma área economicamente ativa do país que é o Estado de São Paulo, especificamente a cidade de Campinas de 1765 a 1850. Teixeira (2004) ressalta o protagonismo das mulheres chefes de família que, se encontravam nessa condição especialmente pela ausência do marido, eram principalmente viúvas e mulheres abandonadas. A principal ocupação econômica delas era a costura, porém “quando não conseguiam manter-se mediante a prática de pequeno comércio de *quitandas*, só encontravam meios de subsistência na prostituição. De tão infeliz situação provinham às numerosas crianças abandonadas ou *expostas*” (MAGRAVIS, 1976, *apud* TEIXEIRA, 2004, p. 196).

A marginalização dessas mulheres era evidente, várias eram as formas de discriminá-las. As *chefes* de família eram predominantemente viúvas ou *deixadas*. Estas duas

categorias, tinham formas diferentes, no contexto social, de encarar esta situação. Assim, destaca Teixeira (2004, p. 152):

Diferentemente das *viúvas*, que haviam sofrido a perda do marido por fatalidades naturais, as mulheres *deixadas* pelo marido bem como seus filhos eram estigmatizados pela condição de abandono deliberado, caracterizado pela incerteza do retorno. Assim, enquanto à viúva havia a possibilidade de um segundo matrimônio, para a mulher abandonada essa opção era retardada pela esperança do regresso do esposo ou pelo recebimento de uma nota de falecimento.

A incerteza e o estigma massacravam as mulheres e as/os filhas/os abandonados, pois suas vidas de certa forma não poderiam *seguir* pela incerteza de um pai e marido que, não se sabiam se voltaria. Nessa perspectiva, além de sofrerem com o preconceito social, “muitas levaram a vida amarga e a triste experiência de viverem à espera de seus maridos” (TEIXEIRA, 2004, p. 252). Em uma possibilidade de comparação, para o autor, as abandonadas sofriam mais que as viúvas na falta do companheiro.

Os maridos também foram abandonados, porém em proporção bem menor, muitas mulheres fugiam pelo maltrato dos companheiros, deixando-os para trás junto com as/os filhas/os (TEIXEIRA, 2004). São peculiaridades que, nem se compara em caráter quantitativo e histórico das mulheres.

Bandeira (2009) e Thurler (2009), também destacam que, esse fenômeno não é uma questão do presente, porém suas análises ressaltam a falta ou ausência do parceiro pelo abandono das crianças. Para elas este fato da história brasileira respinga no documento estatal de hoje, o registro de nascimento. Para Bandeira (2009, p. 17), portanto,

analisar a situação da deserção da paternidade oriunda do não reconhecimento da/o filha/o com negação do estabelecimento de filiação no registro civil de nascimento significa embrenhar-se no Brasil profundo, do século XVIII, com raízes trazidas desde o período colonial, quando já se encontram relatos e registros de não reconhecimento de crianças por seus genitores masculinos, que rejeitavam filhas/os. Alguns porque eram fruto de relações extraconjugais, portanto, consideradas crianças espúrias, *bastardas*, filhas ilegítimas, deixadas às mulheres criadeiras. As mães eram mulheres modestas, pobres, negras, condenadas moralmente por serem solteiras, sem família, que prestavam serviços sexuais aos patrões e senhorios, os quais, ao engravidarem [-nas], as rejeitavam.

A partir desta perspectiva histórica a autora nos mostra a configuração da ausência paterna. Esta era presente desde o Brasil colonial, muitos genitores desertavam do reconhecimento de suas filhas/os, deixavam a cargo de suas parceiras sexuais. Mulheres socialmente marginalizadas pela condição econômica, raça, etc., usadas como objeto sexual, que, quando grávidas eram rejeitadas. Estas sem condições financeiras ou pela força da moral

também desertavam da parentalidade feminina. Nessa mesma perspectiva Nascimento (2007, p. 70) destaca que, esse foi o cenário do Brasil colonial,

a exposição de bebês, recém-nascidos ou não, nas ruas ou em lugares ermos, portas de igrejas ou casas, fazia parte de uma prática costumeira, presente no Brasil desde os tempos coloniais, pela qual os genitores ou parentes davam destino, ainda que incerto, às crianças que não podiam criar ou que não foram desejadas.

Este é o cenário do abandono, no qual as crianças foram as mais prejudicadas e pagavam pelas culpas de seus pais e mães. Nos séculos XVIII e XIX, a Santa Casa do Rio e de Salvador chegaram a receber 50 mil enjeitados (VENÂNCIO, 1997, *apud* THURLER, 2009).

No século XX quando as/os filhas/os das mulheres negras já não representavam aumento de escravos para os Senhores e conseqüentemente do capital, eles continuaram a nascer, porém eram considerados de *pais ignorados* ou *desconhecidos*. Nesse aspecto, Barbosa (1999, *apud* THURLER, 2009, p. 204) certifica que, “as mulheres davam à luz muitos filhos do *Sinhô* frequentemente, criados com os filhos legítimos brancos, porém, sem qualquer reconhecimento jurídico ou social da qualidade de descendente”. Também existiam os filhos dos padres que eram criados como afilhados (FREIRE, 2003, *apud* THURLER, 2009).

Nesse sentido, é importante compreendermos as estratégias criadas no contexto social para que as/os filhas/os tivessem outros destinos. Seus pais os criavam como filhas/os, porém sem reconhecê-los oficialmente, a questão social da paternidade obrigatoriamente prevalecia pelas forças das circunstâncias.

1.4.2 – Pensando o presente da ausência

Como é possível perceber a mulher na condição de solteira e a configuração da ausência é um processo que, se reestrutura com o passar do tempo. Na sociedade atual seus contornos históricos se pautam em outras questões.

Com as novas concepções da vida na sociedade moderna, temos a percepção do aumento do número de divórcios. Para Mead e Metroux (1982, p. 83) “numerosos filhos de famílias ainda intactas terão de enfrentar a ruptura do casamento de seus pais no futuro”. Giddens (2005, p. 161) por sua vez destaca que, “na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, países que possuem as maiores taxas de divórcio, essa situação tem provocado grande debate. Alguns proclamaram a *morte do pai*”.

Também há o fenômeno do aumento de lares monoparentais chefiados, em sua grande maioria, por mulheres, reconfigurando assim, o fenômeno do *pai ausente*. Dentro dessa perspectiva, existe na atualidade a ausência em registro civil de nascimento. Este documento faz parte das exigências da cidadania moderna²⁰, (DA MATA, 1996). Sabemos que, a efetivação deste documento não representa o início da ausência, esta se entrelaça com questões precedentes que, precisam ser analisadas e debatidas.

Nessa perspectiva, vamos compreender e refletir neste momento sobre as estimativas dos *filhos da mãe* do Brasil atual. Estes fazem parte desse contexto reconfigurado da sociedade, em que a vida privada é organizada pelo Estado. Assim, tais filhos são possíveis de visibilidade pelo registro civil de nascimento, os quais não tem o reconhecimento da paternidade genética. A flexibilidade quanto à efetivação deste fato é real, pois em alguns casos as mulheres optam pela maternidade e criação da/o filha/o sem a presença do pai nos aspectos legais e jurídicos. Por outro lado há mulheres que por uma maternidade indesejada ou ocasional, acabam nessa situação de assumirem legalmente sozinhas a parentalidade.

A tríade mãe, pai e filha/o configuram o principal cenário da ausência que agora apresentamos. No entanto, as mulheres assumem o protagonismo dessa ausência e longe se serem vistas como vítimas pretendemos com este trabalho mostrar como se configura essa maternidade solteira e as estratégias encontradas para solucionar essa questão na Amazônia.

1.4.2.1 - Um dilema brasileiro: a cidadania

Ao nos referirmos à mulher e as crianças *sem pai*, os *filhos da mãe*, não podemos, desconsiderar a realidade da sociedade brasileira, o seu passado escravocrata e patriarcal, passando pelo advento da República, com seus projetos higienistas modernizantes, até a modernização mais recente, com o surgimento de novas lutas e aquisição, por parte da mulher, de novos direitos, numa sociedade em que, o autoritarismo atroz do *senhor* de bens e pessoas, comandou e ditou os costumes escravocratas que, se estruturava a partir das propriedades rurais.

O que mudou (e vem mudando) no que se refere à mulher e à família no que diz respeito à sua realidade econômica, os seus valores e comportamentos?

²⁰ Para Giddens (2005, p. 284) "Hoje, toda criança que nasce é registrada por organizações governamentais, que reúnem informações a nosso respeito desde o nascimento até a morte". Isso faz parte das organizações modernas, no entanto, sabemos que no Brasil a questão do sub-registro ainda é uma realidade e muitas pessoas nascem e morrem sem o reconhecimento pelo Estado como cidadãos.

Em que ritmo e com que velocidade vem ocorrendo essas mudanças nos últimos tempos, considerando, por exemplo, os contrastes, as diversidades regionais, que, nem sempre, dentro dessa modernização conservadora, obedecem aos mesmos padrões de crescimento e modernidade, em que se combinam na mesma realidade situações contrastantes tão visíveis?

Se pensarmos no vínculo familiar do ponto de vista jurídico, que reconhece a cidadania plena, ou seja, como indivíduos sujeitos de direito, veremos que esse processo atravessou um longo e tortuoso caminho.

Embora esses *sistemas legais*, tenham sofrido alterações ao longo da história da sociedade brasileira, funcionaram somente para uma parcela diminuta da sociedade, (como até hoje). A grande maioria da sociedade brasileira, durante a maior parte de sua história, viveu à margem da legalidade jurídica, como nos mostra Freyre (1973, p. 453) na sua obra *Casa Grande & Senzala*, onde pergunta: “quando é que as leis de proibição portuguesa e brasileiras foram escritas para serem cumpridas à risca?”.

O leitor que se debruçar e ler a obra desse autor, logo perceberá que, no Brasil, principalmente no período de sua formação, cujas marcas se veem até hoje, a grande maioria da população era constituída por escravos e ex-escravos, sempre à margem dos direitos civis, pouco se importando com as leis existentes.

Essa legalidade jurídica que, não reconhece os direitos de cidadania, passa a ter um peso muito forte no papel que vai desempenhar a mulher na sociedade brasileira. É verdade que as mudanças que afetavam os valores sociais e as práticas familiares chegavam lentamente nas áreas rurais, diferente dos grandes centros urbanos difusores da modernidade. A ideia jurídica, o direito formal que se consolidava com o avanço da sociedade burguesa não incluía as classes populares das cidades e dos campos.

Os resquícios disso são as pistas sobre a questão principal aqui proposta. O registro talvez não esteja regulando a situação das mulheres mães solteiras, não ter o parceiro junto compartilhando a parentalidade em registro é uma questão séria de cidadania, porém este não é um problema novo para a população brasileira, porém se entrelaça com novos dilemas para as mães e as/os filhas/os. As margens da cidadania incompleta estão às mulheres mães dos *filhos da mãe*, que se sobressaem com outras soluções as quais o Estado não regula.

O registro civil de nascimento com a ausência do genitor é uma forma de mostrar que, este é um fenômeno muito presente no Brasil. A partir desse fato, podemos analisar as

questões relacionadas às construções de gênero e outros aspectos da intimidade transformada nos dias atuais. As filhas/os com essa marginalidade no registro, em sua grande maioria, vêm ao mundo de forma não planejada ou indesejada, frutos do que Giddens (1993) denomina de *sexualidade episódica*, ou seja, em relações sexuais *descompromissadas*, de namoro sem compromissos estáveis, e outros valores provocados no mundo moderno.

As mudanças sociais são notórias no contexto brasileiro, pois o mundo ocidental com seu processo de globalização que é política, tecnológica, cultural e econômica tem atingido os locais mais distantes do mundo, transformando aos poucos as práticas tecnológicas e socioculturais das pessoas (GIDDENS, 2010). Assim, percebemos a inflexão da modernização para o fenômeno aqui abordado. De maneira lenta e contraditória, onde a tradição se mistura com a modernidade, o Brasil, e, em particular a Amazônia, mesmo nos territórios mais longínquos, vem sendo afetado pelo que Giddens (1993) chamou de *transformação da intimidade*. Com isso, as crianças tidas fora dos laços matrimoniais estão mais ou totalmente propensas a ficarem com a ausência paterna no registro civil de nascimento, para Thurler (2009, p. 60):

Nas práticas paternas patriarcais, não poucos homens ainda consideram filhas e filhos tidas/os fora do casamento como *ilegítimas/os*, colocando-se, diante deles, como desobrigados ao estabelecimento do vínculo de filiação. Apesar de nossos princípios constitucionais de igualdade entre nossas filhas e filhos²¹, a instituição do casamento, mesmo em declínio continua a ser território privilegiado de nascimento.

A constituição do casamento é a *base*, segundo a análise da autora, para que as *responsabilidades* jurídicas sejam compartilhadas pelos dois genitores de uma criança. Quando ela faz referência à questão da conjugalidade, não sustenta que o casamento seja ideal ou fundamental na sociedade brasileira para amenizar a ausência paterna em registro civil. Seu intento é mostrar as práticas reprodutivas arraigadas a preceitos patriarcais em que, o casamento ou união estável na representação masculina, ainda é o elo para o reconhecimento das/os filhas/os.

Na sociedade atual, em sua grande maioria as/os filhas/os que, sem a paternidade reconhecida no registro civil de nascimento, são nascidas/os fora do casamento, em relações não formais (THURLER, 2009). E o Brasil é o décimo país na América Latina com maior número de filhas/os nascido fora do casamento (VIEIRA, 2012). Esse fato (filhas/os fora do casamento) não diferencia o fenômeno de outras épocas, no entanto, há uma percepção clara

²¹ A constituição de 1988 estabelece a igualdade formal entre todas as filhas/os, nascido no casamento ou fora dele.

quanto ao crescimento quantitativo da população e de filhas/os nascidos de relações não formais, de não casamento, etc. Significa que não podemos deixar de considerar as mudanças sociais e as relações na vida privada que, aparentemente vêm se transformando. O casamento, por exemplo, vem sendo produto dessas transformações, com seus desencaixes conforme a expressão de Giddens (1993), tais transformações ligam práticas locais com relações sociais globalizadas que, organizam nossa vida cotidiana. As mudanças trazem seus desafios e “são muitos, posto que no quadro amplo das mudanças atuais as igualdades e desigualdades mostram facetas variadas nos seus efeitos” (GOLDANI, 2002, p. 44).

Os filhos da mãe se comparados à quantidade de registros lavrados por ano (que é em número mínimo de três milhões), são quantitativamente bem inferiores, porém significativos (THURLER, 2009). Na estimativa feita por Thurler (2009), 25% das crianças nascidas no Brasil fique, provavelmente, sem reconhecimento paterno o equivalente a 700 mil. Mesmo baixando a estimativa para 20% ficariam em torno de 600 mil por ano²². Para a autora, embora sejam números imprecisos²³, são seguramente altos e apresentam uma questão sociológica no Brasil que ela interpreta “como persistências de antigas práticas patriarcais, nas quais o arbítrio masculino foi – e tem se mantido naturalizado” (THURLER, 2006, p. 681).

Nas escolas existem pelo menos 4,8 milhões de estudantes sem o nome do pai no registro de nascimento dos quais 3,5 milhões são alunos/as menores de idade, segundo a estimativa do Conselho Nacional de Justiça, com base dos dados do Senso Escolar do Ministério da Educação (2010). Por região esses dados ficam assim distribuídos: Norte 15, 7, Nordeste 35,1, Sudeste 32,7, Sul 9,9 e Centro-Oeste 6,5 (VIEIRA, 2012). A partir desses dados Brusse e Vieira (2012), chegam ao modelo de que,

as crianças nascidas no Sul do Brasil têm o dobro de chance de serem reconhecidas pelo pai do que as crianças nascidas no Norte. As crianças brancas têm 45% de chance a mais de serem reconhecidas pelo pai se comparado às crianças não-brancas. As crianças que estudam em escola privada têm 89% de chance a mais de serem reconhecidas por seus pais do que as crianças que estudam em escolas públicas.

²² De acordo com Vieira (2012, p. 01) “O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou em 2010 o projeto “Pai Presente” que objetiva reduzir o número de pessoas sem paternidade reconhecida no Brasil, especialmente menores de idade. Esta iniciativa visa potencializar o que já determinava a Lei n. 8.560, em vigência desde 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento”.

²³ A imprecisão deve-se à falta de pesquisa nacional que contabilize a ocorrência desse fenômeno. O que a autora faz é uma estimativa a partir de sua pesquisa em cartórios de Brasília/DF, tendo como base os níveis de cidadanias, acesso a educação da capital do país.

Esses dados do Ministério da Educação indicam vulnerabilidades às crianças de famílias com baixo poder aquisitivo ao não reconhecimento legal da paternidade, bem como as da região com as mesmas características. Porém de modo geral, a ocorrência do fenômeno pode ter diversos motivos, afinal, o Brasil possui um vasto território de 08 mil e 500 km², com características diversas pela sua base populacional que é multicultural. Porém, as mulheres sempre estão à posta pelas suas próprias conversões na identidade de gênero. Os cuidados foram sempre uma de suas práticas identitárias.

CAPÍTULO II: O CENÁRIO DE ONTEM E DE HOJE DA AMAZÔNIA SOB O REFLEXO DA AUSÊNCIA DO GENITOR BIOLÓGICO

Pensar em um local como a Amazônia – notável pelo exotismo, pela cobiça, pelos mitos, etc. –, torna-se importante perceber o lugar do pai no âmbito familiar. Até porque a ausência, marcada pela delimitação histórica de gênero, é reforçada pelo deslocamento ou pelos momentos de *passagens* dos homens por esse local.

Com base nessa reflexão, procuramos mergulhar na Amazônia profunda, para encontrar as famílias organizadas de forma comunitária. Decerto, as funções de maternidade e paternidade eram partilhadas no grupo de parentesco, ficando a mulher sem o genitor biológico da filha ou do filho era amparada por outros parentes.

A percepção desse fenômeno da ausência, em partes da história do passado e do presente da realidade amazônica, é o objetivo desse capítulo, em que buscamos evidenciar o embate entre as ausências incluindo a amostragem dos registros de indicação do lugar do *pai* pelo Estado em Tefé/AM. E evidenciamos ainda a Amazônia que responde indiretamente com sua história sobre essa questão. Por esta razão, pensamos, conjuntamente, na *transformação da intimidade* discutida por Antony Giddens (1993).

2.1 – Os filhos da mãe da Amazônia

Ao adentrar na Amazônia, para compreender o *pai* ausente, percebemos essencialmente a presença das lendas²⁴ das Amazonas e a dos *filhos do boto* representativas dessa região. Ou seja, a primeira configurada em mulheres guerreiras e a segunda em filhos com a paternidade delegada ao boto²⁵. Imaginárias ou não, essas lendas representam questões importantes para pensar no fator da colonização, do papel da mulher e mãe e do *pai* ausente. Outro fator presente da região é que ela é marcada pela emigração na busca de riqueza e por deslocamentos internos por sua extensão territorial, na procura de formas de trabalho. Logo,

²⁴ Alguns autores denominam questão do boto como mito, no entanto, nós vemos como lenda. Logo, no decorrer do texto ver-se-á nas citações direta o termo mito e não lenda.

²⁵ **Boto** é uma palavra portuguesa para designar, de forma geral, golfinhos. É um mamífero da ordem *Cetacea*, nativo da Amazônia e das costas do Atlântico, Pacífico, Índico, Mar Adriático, Mar Árabe, Mar Cáspio, Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Os botos são dos poucos únicos mamíferos dessa ordem que possuem representantes vivendo exclusivamente em ambientes de água doce, sendo considerados, por alguns zoólogos, como as espécies atuais mais primitivas de golfinhos.

os momentos de *passagem* dos homens, também se configuram em seduções e abusos sexuais, dos quais surgem os *filhos da fortuna* e os do *boto*.

Em determinados momentos da história da Amazônia, coube à mulher mãe o compromisso e as estratégias para os cuidados com a criança sem a presença do parceiro, seja pela questão econômica, seja pelo abandono, etc. Porém as formas de organização familiar amazônica têm a peculiaridade do comum em que, as famílias extensas e comunitárias estão prontas para receber e cuidar dessa/e filha/o da mãe. Dessa maneira, destacamos o cenário amazônico enlaçado ao mítico, as mulheres com seus papéis e as ausências do *pai*.

2.1.1 – De *invenção* a realidade das mulheres amazônicas

É nos relatos dos viajantes europeus sobre Amazônia que Gondim (2007) encontra a *invenção da Amazônia*, em que os devaneios sobre o local, incluía o Eldorado, como lugar fabuloso cheio de ouro e sobre a cidade Manoa das lendárias mulheres guerreiras. As *Amazonas* que, causaram preocupações, em uma mistura de exotismo e medo aos primeiros viajantes. Os índios sustentavam a lenda aos interessados viajores e narravam à vida e os objetivos das *guerreiras*. Em face disso Acuña (1941, *apud* GONDIM, 2007, p. 129) destaca que,

uma das principais coisas que [os índios] asseguram era estar ele [rio] povoado de uma Província de mulheres guerreiras, que sustentando-se sozinhas, sem varões, com os quais apenas de tempos em tempos tinham coabitação, viviam em suas aldeias, cultivando as suas terras e alcançando com o trabalho de suas mãos todo o necessário para o seu sustento.

Isso significa que, a força das guerreiras era narrada aos viajantes pelos índios. Dessa forma a lenda, nos escritos dos aventureiros, era destacada de maneira peculiar, o fato das mulheres se sustentarem sem *varões* era narrado com ênfase. Eram mulheres de grande porte físico que faziam guerra com as tribos vizinhas, levando os homens para coabitarem com elas, com o objetivo de engravidar, se assim desejassem. Após a gravidez, os homens eram descartados e as crianças do sexo masculino, eram mortas e enviadas aos pais, quando estes não eram mortos também. Por sua vez, as filhas eram bem criadas e educadas na arte guerreira (GONDIM, 2007). Esta é uma das versões para esse mistério amazônico *inventado* pelos europeus.

Diante dessa *invenção* não podemos negar uma característica percebida entre as mulheres amazônicas, suas forças para lutar de forma política e até físicas, estas são realçadas

nos estudos de Wolff (1999), Torres (2005), Costa (2005). É importante destacar que, para essa última autora a atuação da social mulher nessa região *desconfigura* a força patriarcal encontrada em outras regiões do Brasil. Nas informações dos viajantes do século XIX (AGASSIZ, 1975, BATES, 1979, WALLACE, 1979) essa força feminina também é realçada e vista com espanto.

As mulheres da Amazônia têm suas vidas *reorganizadas* com a colonização, ou pelo menos a tentativa disso. Costa (2005, p. 279) ajunta que, “a Igreja²⁶ exercia sobre a educação e conseqüentemente, sobre a família, uma função de matenendora dos papéis sexuais e de cerceamento [da] emancipação feminina”. Os valores ocidentais delimitam e hierarquizam os papéis de gênero, porém as mulheres amazônicas não se limitam a eles. A educação imposta pelos primeiros colonizadores demonstra as intenções ocidentais para o gênero, como destaca Silva (2004, p. 98):

A função política das Escolas de Mestres define, na prática educativa, a aprendizagem e o conteúdo básico a serem adotados: religião, leitura e contas para os meninos: e para as Meninas, além de ensino básico, fiar, fazer renda, cultura e outros *mistérios próprios do sexo*.

Seguramente as sociedades indígenas tinham e tem suas demarcações de papéis, porém, não se pode comparar e igualar as intenções lusitanas. Ao mesmo tempo em que, não podemos acreditar que isso foi posto e aceito, pois o patriarcado não tem as mesmas características na Amazônia, possui peculiaridades em relação a outros locais do país, como bem destacou Costa (2005, p. 96), “não existiu na região a Casa Grande com sua estrutura econômica e social correlatas. O extrativismo itinerante que caracterizou a maior parte da economia amazônica, dada sua mobilidade constante, não propiciou esse tipo de instituição social”. As características econômicas e culturais deste local não favoreceram ao patriarcado exacerbado.

No entanto, há divisões demarcadas por gênero no espaço da Amazônia profunda. De tal sorte, Grossi (1995, p. 16) referenda que “nas sociedades tradicionais, o gênero [também] é marcado por tarefas exclusivas de homens e mulheres”, porém não podemos afirmar que sejam hierárquicas, mas complementares na manutenção da família, em respeito à cultura tradicional. Pois, “uma cultura baseada na tradição, na autoridade dos seus ancestrais,

²⁶ De acordo com Silva (2004, p. 115) “entre os prós e contras da ação religiosa na Amazônia, há sempre uma referencia a Igreja como a agência cultural predominante do processo de colonização. Na Amazônia especialmente, o clero foi o primeiro difusor do pensamento europeu sobre as terras e as gentes”.

(...) tem [forçosamente] a figura dos mais velhos a autoridade máxima e centrada na figura masculina” (COSTA, 2005, p. 94/5). No entanto, com as influências lusitanas surgem às representações sobre as funções a serem desenvolvidas por cada membro familiar de forma hierárquica e conseqüentemente nas representações ocidentais que dão origem aos *filhos da mãe*.

É nesse contexto de divisão do trabalho que, a mulher se destaca nos relatos dos viajantes, especialmente, reforçado por Agassiz, quando demonstra certa indignação referente à desigualdade da divisão do trabalho. Por sua vez, Bates (1979) se espanta com o esforço dos trabalhos *não apropriados* para mulheres.

Elizabeth Agassiz teve o olhar especialmente atento, muito embora deslizesse na sua concepção de mundo e julgasse as atitudes das mulheres, o que não poderia ser diferente, dado o contexto da situação. Com a expedição Thayer pela Amazônia – na companhia de seu esposo, no século XIX –, ela descreve sobre as formas de trabalho, as características físicas, os modos de vida, principalmente, a divisão das tarefas entre mulheres e homens. E Rufino e Rufino (2011) asseveram que, Elizabeth Agassiz esteve muito próxima às mulheres índias, durante todo o percurso da expedição para falar com mais propriedade dos espaços íntimos e das malocas das mulheres indígenas.

A narração de Agassiz, ao analisar a distinção entre gênero e trabalho, perpassa por tensão subjetiva. Logo, se desconforta com a questão de os homens terem uma única e exclusiva função, a pesca, e as mulheres se desdobrarem nos trabalhos com representatividade para o gênero feminino. A autora é enfática e destaca:

o homem, como todos os índios das margens do Amazonas, é pescador e, com exceção dos cuidados exigidos pelo seu pequeno domínio tem como exclusiva ocupação a pesca. Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água, nem lenha, nem pega mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como pesca só se dá em determinadas estações, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e por certo as que temos diante dos nossos olhos justificam (AGASSIZ, 1975, p. 120).

Na mesma perspectiva ela destaca um caso específico, faz a etnografia do espaço doméstico e afirma que,

o homem se chama Pedro Manuel e a sua companheira Miquelina; o marido é um folgazão de porte elegante, cuja ocupação principal é tomar atitudes pitorescas contemplando a mulher, aliás, bem bonita, que vai e vem pela casa, muito atarefada em ralar a mandioca, exprimer-lhe o suco e peneirá-la, sem abandonar, todavia, um instante sequer o filhinho, enganchado em seus quadris; esta é a maneira habitual de carregarem as índias os seus filhos (p. 121).

Nessa perspectiva de representação dos espaços, percebemos a relação entre os compromissos assumidos pelos diferentes gêneros. Assim, a autora percebe os homens em seus trabalhos delimitados fora do espaço doméstico, com períodos estabelecidos pela ordem da natureza quanto à produção, no caso a pesca, enquanto as mulheres trabalham nas instâncias da casa, das feitura do alimento familiar, bem como dos cuidados dos filhos, etc. Essa questão também é observada por Wallace (1979), ele assevera que, “as mulheres estão sempre escavando mandioca e inhames, ou então arrancando ervas daninhas, ou cuidando das plantações, fazendo vasilhas de barro, ou lavando e remendando suas poucas roupas (p. 113/114)”.

Nas informações de Wallace percebemos que as mulheres não se limitavam aos espaços domésticos, embora existissem as divisões por gênero. Isto também em Bates (1979), Agassiz (1975) e Wolff (1999), na falta do homem, as mulheres comandavam todas as situações. Em algumas localidades visitadas por Agassiz (1975, p. 167) a ausência do homem era comum e “as índias acrescentaram que todos os trabalhos do sítio [eram feitos por elas], - fabricação de farinha, pesca, caça e tartaruga, - pois raramente vimos homens nas povoações e, quase sempre, as canoas que encontramos eram remadas por mulheres”.

Wolff (1999, p. 211) em sua pesquisa de doutorado sobre as mulheres do Acre (1890-1945) também destaca que encontrou nos relatos, história de “mulheres que costumavam caçar diversos tipos de animais, atividade normalmente considerada masculina”. Por sua vez Bates (1979, p. 59) encontra mulheres, em determinadas localidades, na mesma situação, ou seja, em que,

os homens estavam ausentes, pescando, alguns deles em lugares distantes dali vários dias de viagem; as mulheres plantavam mandioca, faziam farinha, fiavam e teciam o algodão, fabricavam sabão com a casca queimada do cacau e óleo de andiroba, além de se dedicarem a outros trabalhos domésticos.

Pela própria necessidade de subsistência algumas mulheres saíam das funções *específicas* do seu gênero. Iam à luta e mostravam suas forças e determinações, o que aos olhos dos viajantes estrangeiros era incomum. Nessa conjuntura Bates (1979, p. 172) faz a relação com a lenda das Amazonas, para ele foi essa característica de independência de algumas índias que fez com que se criasse a lenda, segundo ele,

não é comum que as mulheres índias ou mestiças providenciem a sua própria alimentação, como faziam aquelas duas ativas senhoras, embora todas elas sejam excelentes remadoras e frequentemente atravessassem vastos rios em suas frágeis canoas sem a ajuda dos homens. É possível que alguns grupos de mulheres índias, por acaso vistas viajando assim sozinhas, tenham dado origem à lenda sobre a

existência de uma nação de amazonas, inventada pelos primeiros exploradores espanhóis que visitaram o país.

De modo geral a divisão por gênero se universaliza se vista em todas as partes do mundo. Porém, dado o contexto regional e as circunstâncias que cada local apresenta, as funções se modificam. Nesse trabalho é apresentada a Amazônia, no caso específico desse item destacamos as tais divisões do trabalho por sexo, os dados mostram que homens e mulheres desempenhavam diferentes funções, na qual as mulheres cuidam dos afazeres domésticos e de outras funções além desse espaço, em alguns contextos elas superam os homens, como destacado por Bates (1979, p. 172):

É inegável que as mulheres índias e mestiças são excelentes administradoras; mostram-se mais industriosas do que os homens, e a maioria delas fabrica farinha e a vende por sua própria conta, gozando de muito mais crédito junto aos mercadores que fazem o comércio fluvial do que os homens da família.

Não é uma disputa, porém uma necessidade, pois como os homens não se faziam presente, as mulheres assumiam as funções. Nessa conjuntura de divisão sexual do trabalho, é válido destacar que os cuidados dos filhos são delegados as mulheres. Portanto, sem o pai genético, sendo o *abandono* de filhos uma consequência da ocidentalização da Amazônia – questão identificada por Agassiz (ver item 2.1.2.1) – elas criavam esses filhos nos espaços familiares comunitários, sem quaisquer *queixas* ou *questionamentos*.

Nesse aspecto, é possível observar as organizações familiares com as características indígenas, ou outras sociedades tribais, como já foi destacado no capítulo primeiro. A fecundação, os cuidados com filhas/os, alimento, etc. não se delimitam a um ou a dois, toda a comunidade é responsável, um processo de ajuda mútua em que o comunitário prevalece. São nessas representações que, encontramos as explicações aos não questionamentos ou queixas para alguns aspectos, das mães dos *filhos da mãe* da Amazônia.

2.1.2 – A mulher inventada pelo colonizador

A Amazônia, seguramente tem fatores favoráveis ao *destaque* da bravura feminina pela sua peculiaridade econômica, social e cultural. Estes de certa forma minimizam a *opressão* vista nas sociedades economicamente desenvolvidas. Fatores que dão particularidades, a instituição patriarcal deste local. Porém esta particularidade foi certamente afetada “na medida em que o *cruzamento* entre brancos e índios se intensifica, e as relações econômicas e sociais se modificam” (COSTA, 2005, p. 98). As mulheres, bem como os

homens, não deixam de ser alvo das políticas colonizadoras, afinal “é perceptível o propósito da dominação europeia em buscar construir um plasma consensual em torno do universo indígena, classificado como inferior e irracional” (TORRES, 2005, p. 32).

Os objetivos coloniais, especialmente no período da política pombalina (1759-1798), se pautavam na visão da inferioridade do *outro*, considerado não igual, desrespeitando qualquer singularidade cultural. Assim, os índios não poderiam conviver com os *superiores* ocidentais, sem *elevarem-se culturalmente*. Em relação a isto, Silva (2004, p.71) enfatiza;

a reforma de costumes é, ao mesmo tempo, meta e processo da dominação colonial; requer denodo, perseverança, disciplina, suavidade e aplicação dos meios de aquisição da civilidade: a obrigatoriedade da língua portuguesa, a educação pelo ensino básico, os estímulos à ascensão e diferenciação social, a organização da descendência familiar, a vestimenta e a habitação particular.

Esses objetivos tinham características gerais para todos os colonizados, como é possível perceber na argumentação da autora. As práticas coloniais partiam desde as questões mais amplas no espaço público como o uso da língua, até questões mais íntimas como a organização da família e de vestimentas.

As mulheres em particular, com a reforma pombalina “foram requisitadas para participar da política de expansão física do território amazônico, dando visibilidade à imagem de mulher parideira” (TORRES, 2005, p. 22). Para a autora os colonos viam a necessidade de povoar a Amazônia, logo as mulheres como tinham comportamentos sexuais diferenciados do que os europeus acreditavam ser o *ideal*, foi à porta de entrada para se difundir que, as índias eram excêntricas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem europeu. Assim, segundo Torres (2005, p. 28),

o poder lusitano que incentivava os relacionamentos amorosos, o concubinato, o casamento e a prática liberalizante do sexo para o crescimento da taxa de natalidade em curto espaço de tempo, legou a mulher índia da Amazônia o opróbrio do erotismo e da prostituição.

A invenção da mulher, com vasto apetite sexual, não passa de uma construção representativa proposital, a partir dos comportamentos diferenciados das índias começando pela especificidade da nudez e pela maneira de agir sexualmente *diferente* das mulheres ocidentais. Assim, os colonos aproveitaram para disseminar a ideia de mulheres promíscuas, prontas a servirem os homens e engravidarem deles. No entanto, essa questão se relativiza no encontro com a ideia de que, essas mulheres precisavam se enquadrar aos comportamentos das famílias ocidentais.

Para serem consideradas civilizadas, tinham de se comportar de acordo com as regras da organização da intimidade e familiar dos colonizadores. Assim, havia diferenciação entre as índias que, aceitavam as imposições e as que, não. Nesse sentido, Torres (2005, p. 79) destaca que,

a legitimidade que as índias batizadas possuíam na sociedade colonial permitia-lhes criar o seu filho dentro dos cânones sociais reconhecidos de paternidade e consequente responsabilidade social para com a prole. Isto, porém, não se aplica às índias não batizadas, as quais eram totalmente excluídas da sociedade. Caso essas índias viessem a gerar filho de homem branco fora das normas da Igreja, como pagãs, o seu filho seria rejeitado.

Olhar por esse viés remete a uma questão importante para os pressupostos desse trabalho. A prática de rejeição, do abandono não partiu da Amazônia indígena. A paternidade pode ter outras representações nessas sociedades tribais, no entanto, jamais devemos considerar que os índios abandonem como os ocidentais, as/os filhas/os gerados no contexto da organização familiar.

Nesse aspecto é válido ressaltar os destaques de Waglei (1988) sobre a concepção da população da Amazônia cujos costumes são destacados nos relatos dos primeiros viajantes, segundo Waglei (1988, p. 65),

é evidente, entretanto que esses *índios* e mamelucos não eram índios no sentido social e cultural. Seu modo de vida era mais ibérico do que aborígene. Conquanto os visitantes do século dezenove se refiram aos *costumes dos índios* e à *vida dos nativos*, estão descrevendo, na realidade, os costumes portugueses.

Nessa afirmativa, é evidente que temos de ter moderação pois, o que se evidencia é que os valores portugueses teriam suplantados os dos indígenas. No entanto, é importante perceber que as questões são alteradas a partir dessa invasão colonizadora. Os costumes portugueses chegaram à Amazônia e na relação com os indígenas alguns foram reinventados.

2.1.2.1 – Amazônia sem pai²⁷: os filhos da Fortuna e do Boto

Nos relatos de Elizabeth Agassiz (1975), o fenômeno da mãe solteira aparece como um dos primeiros e mais evidente registro da Amazônia. É descrito a forma singular como esta questão da ausência do genitor biológico se apresenta nesse espaço. De maneira minuciosa a autora começa a descrição sobre os aspectos de interação com as pessoas de um

²⁷ Por uma questão de estética da entonação utilizamos o termo pai e não genitor biológico.

modo geral. Em seguida aborda a especificidade de como as mulheres lidam com a questão do homem pai genético ausente, ressalta que:

no correr da conversa, torna a ver um traço de costumes cuja singularidade me impressiona cada vez mais, tanto é geral, a medida que se prolonga nossa estada na Amazônia. Eis pessoas de respeitável condição, embora de sangue índio, acima de serem necessitadas, vivendo com facilidade e, relativamente ao seu meio, quase ricas; pessoas entre as quais, por conseguinte, se esperaria encontrar o conhecimento das leis mais simples da moral. Pois bem: quando me apresentaram a moça, como eu lhe pedisse notícias do pai, pensando que fosse o capitão ausente, a mãe me respondeu sorrindo e com a maior simplicidade: *Não tem pai; é filho da fortuna*. Por sua vez a moça me mostra os seus filhinhos, duas criaturinhas um pouco menos escuras que a mãe, e, à minha pergunta se o pai também estava no exército deu a mesma resposta ingênua: *Não tem pai*. É habitual que as mulheres índias de sangue mestiço falem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem qualquer consciência de vergonha e de culpa, como se o marido estivesse morto ou ausente. Eis um fato de mais triste significação por denotar a mais absoluta deserção do dever. Mas seria de estranhar que fosse coisa extraordinária: o contrário é que seria uma exceção entre a massa do povo. Quase nunca as crianças sabem coisa alguma sobre seus pais. Conhecem a mãe porque sobre ela recaem os cuidados e toda a responsabilidade, mas ignoram quem seja seu pai, e, realmente, não creio que à mulher ocorra a ideia de que ela e seus filhos tenham qualquer direito sobre tal homem (165/166).

Assim, percebemos os indícios da Amazônia *sem pai*. Algumas filhas/os eram deixadas/os aos cuidados da mãe, os *pais* estavam ausentes por trabalho ou outra questão. Eles simplesmente não existiam como respondera a moça questionada por Agassiz, eram filhos da fortuna, ou seja, do acaso. Fato importante é a reação da autora, pela forma como as mulheres respondiam e conviviam com tal situação que, para ela representa, uma falta de esclarecimento sobre princípios de moral.

A autora aborda a situação das mulheres mães solteira de forma preconceituosa. Pois, analisa o fenômeno a partir de sua visão de mundo, acreditando que as concepções morais europeias eram superiores, ao que ela percebia na Amazônia. Porém, como destaca Engels (2009, p. 20), “onde o europeu vê imoralidade e ausência de qualquer lei, reina, de fato, uma lei rigorosa” e este autor vai além ao analisar a citação acima de Agassiz, ressalta “o que aqui parece assombroso ao homem civilizado é simplesmente a regra no matriarcado e no matrimônio por grupos” (p.23).

Pensar nesse questionamento de Agassiz, necessariamente remete as concepções dos valores culturais. O que para ela parecia imoral ou anormal, para as mulheres nativas não tinha o mesmo significado. Ter filhos sem a presença do *pai* era um problema para as mulheres da sociedade em que a viajante fazia parte, pois, a elas recairia o peso do preconceito, como uma mulher sem condições morais para conviver com as mulheres *descentes*. Os encargos financeiros e individualistas do sistema capitalista exige a

contribuição financeira do parceiro para criar a/o filha/o, dentre outras questões que, para as mulheres da Amazônia não tinham o mesmo valor.

Seriam essas mulheres despolitizadas, ignorantes, sem moral? A resposta negativa vem do contexto da afirmação da própria autora que diz: *sem queixas nem tristezas*. Isto é comum para as mulheres falarem desses filhos *sem pai*. Na verdade, há outra questão que regula o contexto familiar, em que essas mulheres não poderiam estar tristes. Até porque elas não estavam desamparadas, por conta da existência dos laços de solidariedade encontrados no seio da família comunitária. Acrescentamos as inferências de Engels que, atento a questão, reforça ser o casamento compartilhado em grupo, ou seja, as mulheres repartem a responsabilidade da/o filha/o *sem pai*, junto com a comunidade.

No contexto social e econômico da região Amazônica, essa questão de *ausência* é recorrente. Podemos destacar outro período, reforçado pela literatura da ausência do *pai* que, deixa a mulher sozinha com as/os filhas/os, para trabalhar na extração da borracha. Muitos homens, pelas próprias condições de trabalho, deixavam suas esposas e filhos, partindo para os seringais. E, aqueles que tinham possibilidades, formavam outras famílias, até porque era rara a existência de mulheres nos seringais.

Nessa linha de raciocínio Costa (2005) acrescenta que, as condições ou sujeições de trabalho se distinguiram pela divisão sexual, necessariamente, do homem que partia para os seringais, enquanto a mulher ficava com as crianças. Por sua vez, Torres (2005, p. 56) infere que,

o poder local adotou – pelo menos no início da migração nordestina – ditava normas de proibição de mulheres nos seringais para manter os trabalhadores presos unicamente à atividade gomífera. Nada poderia interferir no trabalho do seringueiro para não prejudicar a elevada produção do látex. Mulher e filhos, portanto, eram excluídos da vida dos homens que migravam para os seringais.

Essa partida masculina caracteriza o que aconteceu no Brasil e no mundo, em relação às guerras ou à busca de trabalho.

Aqui é importante frisarmos que há diferença entre ausência por necessidade e ausência por abandono, que é justificado por vários motivos. Nesse contexto, Torres vê a obrigatoriedade posta ao gênero masculino que devia prover a família e tinha que partir. No entanto, ele atende a uma política de lucro, em que as mulheres e filhos só atrapalhariam. É nessa condição que as mulheres na Amazônia se destacam como a figura central da família. Ademais, Wagley (1988) referenda que,

quando os homens se ausentam, como são frequentemente obrigados nas sociedades em que a situação econômica é pouco segura e instável, as mulheres não tem outro remédio senão substituí-los. Quando passam meses a fio nos seringais, ou emigra à procura de trabalho deixando para trás as famílias, as mulheres geralmente se transformam na figura dominante do grupo familiar.

Os aspectos econômicos da Amazônia contribuíram com a ausência do homem. Nesse contexto, a saída deles faz com que as mulheres protagonizem os aspectos de provedora. Transformam as relações familiares pela ausência dos homens. Logo, a mulher tornava-se a figura dominante.

Na dinâmica econômica da borracha também existiam mulheres que não compartilhavam com companheiro na criação das/os filhas/os, nos seringais. Nesse sentido, Wolff (1999, p. 110/11) mostra um pouco dessa relação de convívio doméstico nos seringais do Alto Juruá, ressalta:

o que encontramos no Alto Juruá do período em estudo [1890-1945], porém, são muitas formas de convívio doméstico que incluem não só famílias nucleares e extensas, mas também relações de compadrio e “clientela”; *avós que criam netos*; homens que tem várias mulheres e mulheres que convivem na casa de mais de um homem (o que nem sempre implica relacionamento sexual, mas normalmente implica troca de serviços); *mulheres sozinhas chefiando famílias*; filhos (as) adotivos (as); dois ou mais homens sem mulheres, entre outras tantas formas.

Nesse texto encontramos a presença clara de *filhos da mãe*. No item *avós que criam netos*, geralmente isso indica que são filhas/os de mães solteiras que, deixam com seus pais (avós) as responsabilidades de criação das/os filhas/os. No segundo *mulheres chefiando família*, muitos casos são de viuvez, porém outros são de abandono dos parceiros.

Em algumas literaturas sobre Amazônia, encontramos a lenda dos *filhos do boto*. Prática justificada inclusive nos dias atuais, em algumas comunidades Amazônicas para as/os filhas/os que não tinham/tem a paternidade legitimada ou reconhecida pelo genitor biológico. Nesse sentido Freud (1981) assevera que, inventa-se um mito, no caso aqui uma lenda, para explicar os fatos, invertendo-se não só um sistema metodológico, mas também a realidade.

Foi boto sinhá é uma expressão popular amazônica (MARTINS, 2005) que representa uma justificativa para a transgressão das moças que apareciam grávidas. As jovens de *família* usam o boto para justificar a paternidade no contexto social, tornando-a assim aceitável. Logo, a explicação para os filhos de genitor desconhecido é delegada ao boto. Nessa perspectiva, em sua pesquisa sobre a questão social no Médio Juruá/AM, Silva (2012, p. 98), faz o seguinte relato:

Em visita ao lago Santa Fé, localizado no Médio Juruá, em fevereiro 1998, em conversa mantida com uma antiga moradora, pertencente a uma família de seringueiro, ouviu-se da mesma que *a filha estava recebendo visitas constantes do boto sempre às 11h30 e que a última gestação, cujo filho morreu, foi levado justamente pelo boto...* Casos como este ainda compõem o cotidiano dos moradores da região, que inclusive, mantêm viva as lendas e recriam as formas num novo contexto.

A lenda é sustentada pela necessidade de preservação da moral familiar, pois ao ser considerado *filho de boto*, a criança terá o reconhecimento dos seus pares, bem como a moral das mães não será posta em questão. Assim, de acordo com Noberto e Pessoa (s/d, p. 11) uma das versões da lenda se configura da seguinte forma;

Bem trajado com roupa branca e chapéu para esconder o furo na cabeça, por onde o mamífero cetáceo respira, ele as conquista, e as deixa grávidas. Por isso muitas crianças sem pais na Amazônia são chamadas de filhos do boto, uma versão que explica e torna a situação de mães solteiras e filhos ilegítimos (dos senhores seringalistas) socialmente aceita pelo grupo. O sobrenatural acaba regulando o julgamento em casos como filhos antes do casamento ou sem a participação do marido.

As mulheres aparecem como vítimas e seduzidas pelo boto. Este por sua vez carrega o estigma de sedutor. No entanto, entre os *fiões* invisíveis que sustentam a lenda está impregnado o esconderijo da identidade do verdadeiro genitor que, por diversos motivos, necessita ser oculta diante da comunidade. Os autores, ainda ressaltam que, a lenda regula o julgamento das pessoas em relação às questões de honra familiar.

Nessa perspectiva, a lenda permeia por diversos matizes de justificativas. Guedes (2004, p. 15) assevera, que ela “pode justificar uma relação extraconjugal; um filho nascido diferente dos outros; um pai que abusa da filha; uma jovem respeitada engravidar, etc.”. Para uma relação extraconjugal o boto ajuda o homem a perdoar e relevar uma das atitudes mais temidas, a de ser traído. A traição praticada, fruto de algo não entendido, é aceita naturalmente. Portanto, até mesmo atos desaprovados, como o adultério, podem ser olvidados, tendo em vista que o responsável pelo pecado teria sido alguém *sobrenatural*, ou de natureza estranha e incontrolável pelo homem comum.

A lenda do Boto para Martins (2005, p. 44) “é uma expressão lúdica de uma das formas de resistência do imaginário caboclo amazônida. Esse mito representa uma carga de subjetividade reprimida, em função talvez, do complexo de colonizado que ronda os povos da região”. Uma forma estratégica de resistência às formas impostas pela colonização. Nesse sentido, ainda para Martins (2004, p. 44),

o Boto é um dos mitos mais recorrentes no imaginário do povo amazônida, e a ele é atribuída à responsabilidade de ora ser a causa da perdição das mulheres, ora de ter o mérito de salvá-las de uma punição severa ou da discriminação por praticarem atos libidinosos, sem o consórcio de uma união abençoada por Deus.

Nessa perspectiva, as lendas se apresentam com inúmeras probabilidades de enunciação de uma mesma história, numa demonstração de que, elas permitem ou aludem outros condicionamentos. Assim, “os mitos surgem aliados a outras formas de discurso, para explicar o não compreendido ou o não aceito, e para ajudar o homem a entender tudo aquilo que ultrapassa a mera inteligência” (MARTINS, 2006, p. 46). Por trás da lenda existem estratégias das mulheres, da família e da comunidade, para representar aos espaços sociais questões *proibidas* da vida privada e da intimidade.

2.3 – Os filhos da mãe encontrados em Tefé/AM

Evidentemente, não podemos compreender esse fenômeno da ausência do homem genitor biológico, sua conjuntura que, se manifesta na realidade desse município situado na Amazônia, no caso Tefé, sem compreendermos as transformações da família nos últimos tempos, o que supõe, necessariamente, situar a discussão no contexto maior da sociedade brasileira e mundial. Também temos que pensar na própria estrutura familiar da Amazônia profunda e seus legados contemporâneos para compreendermos os sentidos dados à ausência nesse local.

2.3.1 – Aspectos históricos, demográficos e sociais.

As rápidas mudanças na estrutura familiar no município de Tefé têm muito a ver com um longo processo de modernização da sociedade brasileira. A urbanização crescente, a diversificação das classes sociais, os novos valores e as novas formas de sociabilidades, que atingem, de forma diferenciada, as várias regiões do país, sobretudo as mais distantes, também são encontradas nas cidades localizadas nas calhas dos rios do Amazonas. Os efeitos da modernidade já se fazem sentir, principalmente nessa era de globalização acelerada e a difusão dos meios de comunicação de massa. No entanto, a Amazônia se vale de características específicas e históricas para responder ao avanço moderno em seus diversos aspectos.

Podemos perceber que em Tefé são visíveis os efeitos dessa modernidade desigual e combinada tão característica da sociedade brasileira e das sociedades latino-americanas, com a progressiva e violenta migração do campo para a cidade.

Tefé é um dos municípios mais antigos do interior do Amazonas. Sua sede com o mesmo nome fica distante da capital do Estado (520,6 km), localizada no que, se chama a Microrregião de Tefé, no curso médio do rio Solimões.

Figura 01 – Município de Tefé/AM.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

As características físicas do Amazonas fazem com que o acesso a grande parte dos municípios seja limitado aos meios fluvial e aéreo. Logo, com Tefé não é diferente, a conexão entre esta cidade e capital Manaus se dão por esses dois meios, sendo que, as viagens fluviais demoram um dia ou quarenta e oito horas, a depender da opção que se fizer entre lancha-ajato e barco respectivamente, nas viagens aéreas o tempo é em torno de 01h30min.

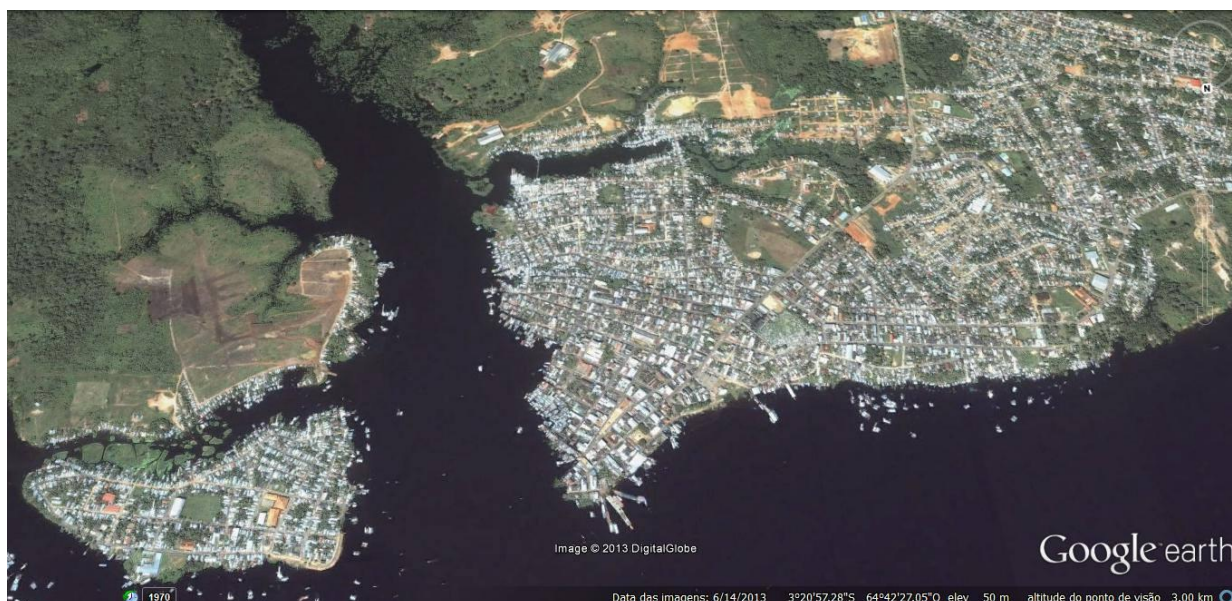
A cidade sede do município foi marcada no seu passado pela forte presença indígena, como todas as regiões da Amazônia. Não menos marcantes foi à presença dos colonizadores (espanhóis, portugueses), representados num primeiro instante pela Igreja Católica, com suas missões na Amazônia no alvorecer do século XVII. Esse foi o momento em que ocorreu o povoamento da região, atingindo as confluências dos rios, Negro e Amazonas, até o curso médio do rio Solimões, de onde partiram as chamadas *Missões de colonização*, se destacando num primeiro momento a figura de um padre (Samuel Fritz), que segundo versões de historiadores era defensor dos interesses da Espanha no século XVII,

assim como outro missionário (frei André Costa), carmelita que atuou em Tefé no século seguinte²⁸.

Depois de outras denominações no seu processo histórico, o espaço físico organizado pelos colonizadores que, era considerado vila foi elevada a categoria de cidade em 1855 com o nome de Tefé (sua sede tem 159 anos). Foi em meio a esse procedimento de fricção interétnica e em continuidade ao processo de colonização, em seguida, os períodos de intensa coleta da borracha que, acabou se dando o processo de ocupação em massa do município de Tefé e sua sede.

O que é o município de Tefé hoje? Quais são as suas características demográficas? Possui uma área territorial de 23.705 km² e uma população de 61.453 habitantes (IBGE, 2010), com uma densidade demográfica de 2,59 habitantes por quilometro quadrado, sendo a maior concentração de pessoas em sua sede. Os habitantes se distribuem em 68,6% em idade de 0 a 29, 25,7% de 30 a 59 e 5,7% de 60 a 100 anos (IBGE, 2010), incidência alta de população jovem com menos de 30 anos.

Figura 02 – Vista do alto da cidade de Tefé



Fonte: Google earth

A imagem mostra a cidade em sua completude física, vista do alto. Ao lado direito, onde se concentram a maioria dos bairros, ao esquerdo cortado por uma ramificação

²⁸ Padre Fritz fundou a aldeia denominada Missão de Santa Tereza D'Avila dos Avivarás. Segundo Salim Filho (2007), esse aldeamento foi o que restou dos conflitos dos índios com as missões e depois se reorganizaram num lugar estratégico onde se encontra hoje a cidade de Tefé, elevada em 1855 à categoria de cidade.

do lago de Tefé encontram-se os bairros Abial e Colônia Ventura. A cidade de Tefé tem ao todo 21 bairros, criados em sua grande maioria na migração das pessoas de área rural, bem como de municípios vizinhos.

Em todo o município existem cinquenta e oito escolas de nível pré, noventa e quatro de fundamental e oito de médio (IBGE, 2010). Na sede, há três instituições de ensino superior, sendo uma de caráter público e dois de caráter privado. Além destas instituições, outras duas possuem ensino de nível técnico: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Quanto aos estabelecimentos de saúde são três da instância federal, um da Estadual, vinte e seis da municipal e cinco da esfera privada.

No município o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2010, revela a existência de um município *pobre*, embora esteja entre os melhores no médio Solimões. Dentre os municípios da 2ª Sub-Região do Triângulo Jutai-Solimões-Juruá, um dos melhores valores eram o de Tefé (AM), com um valor de 0,663 (PNUD/IPEA e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Sua população vem crescendo substancialmente nos últimos anos: em 1980 possuía uma população de 30.736. Em 1991 subiu para 53.987, em 2000 cresceu para 64.457. Segundo dados mais recentes o número de habitantes se mantém instável e possui hoje e 61.453 residindo na sua área (IBGE, 2010).

A população urbana deste município foi quem teve crescimento substancial nos últimos anos. Em 1980 possuía 15.797 habitantes. Em 1991 passou para 39.057, em 2000 para 47.698 e em 2010 atingiu 50.072 habitantes, logo 88% vivi na zona urbana. Isso contrasta com o decréscimo de sua população rural, fenômeno que pode ser percebido em quase todos os municípios brasileiros²⁹.

A diminuição da população rural de Tefé pode ser explicada pelas seguintes razões:

- 1) a concentração dos serviços, públicos e privados, no núcleo urbano;

²⁹“A população urbana [brasileira] é uma das maiores do mundo, segundo a ONU (2008) chega a 77% e as cidades brasileiras de pequenos vilarejos se transformaram em grandes metrópoles” Guimarães (2010, p. 193), as pessoas atraídas pelo desenvolvimento urbano e as oportunidades oferecidas por este, partem em busca de novas oportunidades.

2) as *carências* do meio rural e a ausência de atividades econômicas que, garantam um desenvolvimento das diversas localidades espalhadas pela imensa área do município (23.705km²), onde seus habitantes vivem da pesca, da agricultura em pequena escala;

3) outro fator importante é a atração exercida sob as/os jovens pela os centros urbanos, como a capital amazonense, onde estão concentrados os principais serviços, como saúde, educação, transporte e maior possibilidade de mobilidade social.

Percebemos também que, nesse processo de migração constante dos jovens, ocorrem grandes transformações de seus valores e maneiras de interagirem, apesar do passado continuar marcando a vida dessas pessoas, porém adquirindo novos contornos. Mas esse processo não é linear, nem ocorre com a mesma intensidade nos vários locais do município, sendo no centro urbano os traços são mais evidentes.

A noção de espaço e tempo, como se observa no processo de globalização, passa a ser percebido em Tefé e outras regiões distantes da Amazônia de outra forma, muito diferente do passado. A família, os seus valores, maneiras de interagir e sentir passam a ser percebidos, principalmente pelos jovens, de outra forma, mas o passado continua pesando na vida cotidiana. As relações de parentesco, a família, mesmo desempenhando, ainda, um papel importante na constituição dos laços sociais, vêm adquirindo novos contornos.

A condição financeira da população se ordena da seguinte forma: 42,3% estão acima da linha da pobreza, 27,2% entre a linha da indigência e pobreza e 29,6% vivem abaixo da linha da indigência (IBGE, 2010). Mais da metade da população vive em precárias condições financeiras, que leva a outros problemas sociais. Como ressalta Carvalho Filho (2000, p. 111) “sabemos que a renda, apesar de não ser o único referencial, determina as possibilidades de acesso aos bens culturais, a frequentar certos espaços, o estilo de morar e viver”.

As fragilidades educacionais também são marcantes. No ano de 2010 entre os alunos do ensino fundamental, 40,5% estavam com idade superior à recomendada e chegou 56,7% a defasagem entre os que alcançaram o ensino médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Muitas crianças e adolescentes de famílias *pobres* são lançadas no trabalho informal e tem poucos rendimentos escolares, logo a desistência é recorrente.

2.3.3 – A maternidade e juventude em Tefé: os caminhos para a ausência

Um dos fatores presente na realidade tefeense é a gravidez na adolescência e juventude³⁰, esse grupo populacional representa 33,8% da população (IBGE, 2010). As mulheres nessa faixa etária de idade tem uma elevada porcentagem por ano, nos índices de gravidez. Em uma pesquisa quantitativa Ferreira et al (2009) constataram com dados da secretaria municipal de saúde que, no ano de 2007, do total de partos realizados no município (1.287), 32% foi na faixa etária de 10-19 anos, e 50% entre 20-29 anos. Estes dados não são muito diferentes aos do Ministério da Saúde sobre o município em 2009, em que 30,6% das mulheres que, se tornaram mães em Tefé para aquele ano tinham menos de 20 anos de idade. Muitas dessas mães aparecem no quadro do não reconhecimento paterno de suas filhas/os.

A pesquisa feita por Moraes (2011), que teve como foco a discussão da gravidez em adolescentes de um bairro da cidade de Tefé, traz um perfil das mães que, passaram pela experiência da maternidade na adolescência. Dentre outras questões, um dado importante apontado é a ausência do genitor biológico. Segundo o depoimento de suas entrevistadas, eles desapareceram quando descobriram a gravidez, elas por sua vez não fazem questão de procurá-los. Mesmo adolescentes (com até 15 anos de idade) algumas já estavam com o segundo ou terceiro filho/a, no entanto, com o pai da/o segunda/o filha/o elas mantêm um relacionamento de união estável, estão casadas, o pai genético foi substituído por um social, quer seja o avô ou o padrasto.

Em muitos casos, conforme as observações da autora, existem meninas de 15 anos (ou mais) que engravidam precocemente. Ela percebeu que muitas justificam a gravidez como um momento de conseguir uma maior liberdade, ou na expectativa de *segurar* o parceiro, visando uma estabilidade econômica ou a vivência de um amor idealizado, o que, na maioria das vezes, não acontece. Grande parte dos parceiros se esquia do compromisso com a gravidez, culpa a parceira pelo ocorrido e nega a paternidade. Como podemos perceber, a questão é mais complexa, pois a gravidez precoce passa por outras mediações.

As meninas mães da referida pesquisa têm como origem às classes populares, filhas de agricultores ou pescadores que habitam o espaço urbano de Tefé. Nas suas relações sexuais esporádicas engravidam frequentemente (MORAES, 2011), sujeita, portanto a grandes riscos, pois se considera que a gravidez sem acompanhamento médico, sem os

³⁰Por população jovem, identificamos as pessoas com idade entre 11 e 24 anos.

recursos disponíveis para a atenção à saúde materna, afeta tanto a mãe no período da gravidez, como a criança que deverá (ou não) nascer.

Assim, a cidade de Tefé apresenta um cenário de ausência do homem que gera a criança e a configuração da *maternidade solteira* consolidada também pelo registro civil de nascimento, mostra uma das faces dos *Brasis*, sem o homem pai genético no compartilhamento das responsabilidades parentais. O registro, embora seja uma regulamentação do Estado torna-se importante nesse momento para percebermos que, esse fenômeno é presente e constante nesse local no interior da Amazônia. Mostrar os registros sem o genitor biológico, não significa dizer que tais filhas/os não tenham pai em outras instâncias representativas. É mostrar também que, as mulheres não podem ser consideradas vítimas quando se percebe que estão amparadas no contexto familiar, pois ainda resiste às relações estabelecidas no espaço comunitário, percebido em Agassiz.

Os registros servem nesse momento para, afirmarmos que não partimos do vazio, porém de um dado da realidade que, embora não regule a vida cotidiana, mostra indícios para o debate sobre a dinâmica familiar, bem como a modernidade, o uso da sexualidade na Amazônia e a transformação da intimidade. Como tudo isso chega nesse local e se encontra com a ausência e as respostas que são encontradas pelo contexto social e cultural.

2.3.4 - Ser filho da mãe, a configuração em registro

Após, os filhos da Fortuna e do Boto, chegamos aos *filhos da mãe* de outra forma na Amazônia, através da legalização da maternidade sem a paternidade, ou seja, as/os filhas/os que, juridicamente não tem o reconhecimento de seus pais genéticos no registro civil de nascimento. A mulher/mãe assumiu sozinha os compromissos da parentalidade em registro.

A abordagem na coleta desses dados foi na quantificação dos registros, cuja paternidade não tinha eficácia legal, também foi identificada a idade das mães, bem como o local de moradia das mesmas. As informações foram coletadas com os consentimentos dos responsáveis pelos dois cartórios no ano de 2010. No da 1ª Vara da Comarca de Tefé a autorização fora feita pelo juiz de direito, no da 2ª pelo próprio tabelião. A forma de coleta foi manuscrita em um caderno de anotações, sendo que os Registros Cíveis se encontravam nos denominados *Livros de Nascimento*, um total de 97 livros folheados, para os anos selecionados.

A pesquisa foi realizada para 11 anos nos cartórios. Assim, obtivemos um total de 27.105 registros civis de nascimento para o período de 1998-2008. Em que, 9% (2.439) não foi encontrado o nome do genitor biológico; posteriormente a lavratura, 5,6% (139) foram refeitos com o reconhecimento da *paternidade* e desses 0,5% (13) foram cancelados³¹, perdendo a validade jurídica. Nesse sentido é válido ressaltar que, dos registros feitos sem o reconhecimento paterno, 93,9% permanecem sem reconhecimento.

Tabela 01- Registros sem reconhecimento paterno na oportunidade do Registro Civil de nascimento, reconhecimentos posteriores e cancelados. 1998 a 2008.

Ano	Total de registros civis de nascimento	Registros sem reconhecimento paterno		Reconhecimentos paternos posteriores		Cancelados após a lavratura	
		Nºs abs ³² .	%	Nºs abs.	%	Nºs abs.	%
1998	1260	77	6,1	06	7,7	01	1,2
1999	1976	176	8,9	11	6,2	02	1,1
2000	1979	126	6,3	07	5,5	-	-
2001	2327	167	7,1	04	2,3	-	-
2002	3465	312	9,0	20	6,4	01	0,3
2003	1983	190	9,5	11	5,7	-	-
2004	2335	232	9,9	11	4,7	-	-
2005	3715	358	9,6	12	3,3	01	0,2
2006	2702	301	11,1	19	6,3	03	0,9
2007	2438	236	9,6	27	11,4	02	0,8
2008	2925	264	9,0	11	4,1	03	1,1
TOTAL	27105	2439	8,9	139	5,6	13	0,5

Fonte: Cartórios da 1ª e 2ª Vara da Comarca de Tefé (AM).

A incidência média mais alta (358) dos registros sem reconhecimento paterno, dos onze anos investigados ocorreu no ano de 2005. Entretanto, o maior número dos que tiveram a paternidade reconhecida posteriormente foi no ano de 2007 (11,4%), os dados gradualmente têm aumento no decorrer dos anos.

Um dado importante para analisar é o fato de 93,9% dos registros permanecer sem o reconhecimento do homem pai genético, eis uma questão, que também foi encontrada por Thurler (2009) em outras partes do Brasil. Para esta autora este fato da recusa significa para algumas mulheres, ruptura, para outras, continuidade. A ruptura se dá, quando não acreditam na formalidade da filiação e não aceitam a interferência de um homem *pai* que ficou ausente,

³¹ O registro cancelado significa que ele perdeu qualquer validade jurídica e isso ocorre, pois houve alguma irregularidade, no caso específico aqui, por parte de quem registrou essa criança como mãe.

³² Números absolutos.

resistem a aceitar que, sejam reconhecidos como pai, para logo voltar a desaparecer, não aceitam uma paternidade descompromissada, sendo o reconhecimento apenas no papel. Na continuidade, a autora destaca que, “a escolha pelo silêncio significa a continuidade de velhas representações sociais que cercaram a maternidade extra-matrimonial, tornando-a fonte de vergonha, para a mulher e toda sua família” (p. 181), ou seja, as mulheres não buscam esse direito por vergonha ou culpa.

Como pensar a mulheres de Tefé e região nessa situação de ruptura e continuidade? Muitas escolheram o silêncio diante da lei, sobre o homem genitor biológico, pois existe a lei que abre inéditas possibilidades na busca do *pai* (THURLER, 2009). Denominada de Lei da Paternidade, resultou do Projeto de Lei do Senador Nelson Carneiro, proposto ao Senado Federal, em 1991, a Lei 8.560/92³³, esta é baseada na reflexão feita por Veloso (1997, *apud* THURLER, 2009, p. 127/128) em que,

interessa ao Estado, interessa à sociedade e interessa muito. Porque interessa que uma criança tenha pai, que se defina o seu genitor, que apareça o responsável pela sua geração, para que a crie, eduque, alimente, proteja, participe de seu desenvolvimento, oriente sua vida. Se não com amor e afeto – porque esses nobres sentimentos não podem ser impostos – pelo menos comparecendo com os meios e recursos que a criança tenha uma existência digna e possa ser útil ao País.

A Lei assegura que a mãe indique, em separado, o nome do *pai*, na oportunidade da lavratura do registro civil de nascimento. Diante desse fato, caso a mãe queira a paternidade será investigada pelo Ministério Público através de processo na Vara da Família e acionará o suposto pai para levar o processo adiante até que, a paternidade seja comprovada ou negada.

As mulheres de Tefé e região calaram-se diante de tal lei? Ou o Estado não dar conta de responder os acordos feitos no âmbito familiar com resquícios comunitários? Qual é a necessidade do nome do genitor para esses filhos e essas mães? Existe necessidade? Ou as mulheres estariam respondendo, sem *tom de queixas* ou *tristeza*, através do registro que esse *pai* não existe, para elas não interessa como responderam as interrogadas por Agassiz no século XIX? Aliás, se analisássemos a questão do ponto de vista dessa autora, poderíamos afirmar que, essas mulheres não tem consciência dos seus direitos, da moral e assim por diante. No entanto, essas mulheres conscientes ou não afirmam um aspecto constitucional, pois como afirma Freitas (2011, p. 19);

³³ Apresentada na íntegra, em anexo.

não há como proferir decisão em uma demanda, em obediência à razoabilidade e dignidade da pessoa humana, com base em fundamentos que preconizam a paternidade com base apenas em laços biológicos, tendo estes como absolutos. Estes, por si só, são insuficientes para criar qualquer vínculo de paternidade, incapazes de gerar uma relação paterno-filial.

O que ampara essas mães de *filhos da mãe* são as redes de solidariedade, estabelecidas no contexto social com a família, os vizinhos, etc. Nesse sentido, não se sentem desamparadas nem sozinhas. Não queremos afirmar aqui que essas mulheres estejam isentas de problemas, de algumas dificuldades, de conflitos com a família, com o suposto pai, na gravidez, etc., no entanto, a resposta da Amazônia para um *filho sem pai* é diferente da encontrada nos grandes centros urbanos e individualizado, pela relação familiar estruturada em sua forma histórica, bem como acontece nas populações de origem *pobre* em todo país.

O ritmo de trabalho das comunidades e cidades do interior da Amazônia são menos intensos do que os dos grandes centros. Desta forma, as pessoas têm mais tempo disponível para contribuir umas com as outras, dividindo responsabilidades no contexto doméstico e de vizinhança, característica histórica dos índios e dos negros no Brasil. A forma de organização familiar e de parentesco da Amazônia profunda é de suma importância para compreendermos esse fenômeno do genitor ausente, pois devemos analisar os resquícios de ajuda mútua e comunitária.

Os dados sobre as/os filhas/os sem genitor biológico nos direcionam as mães. A gravidez em adolescentes e jovens é um aspecto representativo em Tefé. Desse modo, as mães dos *filhos da mãe* se destacam nos índices, para esses períodos da vida, o que reflete um pouco da realidade desse tipo de gravidez em âmbito nacional, pois “a gravidez na adolescência não constitui um fenômeno novo no cenário brasileiro” (HEILBORN et al 2002, p. 16). Na esfera global tal fenômeno vem acontecendo em conexão com todas as mudanças sociais, ocorridas no avanço da modernidade. Diante das mudanças sociais Heilborn (1998, p. 28) levanta a hipótese de que “o fenômeno da gravidez adolescente, sendo um indicador da iniciação sexual das jovens, significaria a emergência de novos valores relativos à virgindade feminina na sociedade brasileira”.

Tabela 02 – Quantidade por faixa etária a partir das idades indicadas no registro civil de nascimento e quantidade das idades não declaradas. 1998 a 2008.

Ano	Quantidade das mães por faixa etária e idades não declaradas					
	Adolescentes e jovens		Adultas		Não declarada no registro	
	Nºs abs.	%	Nºs abs.	%	Nºs abs.	%
1998	02	2,5	-	-	75	97,4
1999	05	2,8	03	1,7	168	95,4
2000	03	2,3	02	1,5	121	96,0
2001	04	2,4	02	1,2	160	96,3
2002	35	11,2	17	5,4	260	83,3
2003	74	38,9	33	17,3	82	43,1
2004	110	47,4	43	18,5	80	34,4
2005	170	47,4	79	22,0	109	30,4
2006	127	42,1	37	12,2	137	45,5
2007	123	52,1	38	16,1	75	31,7
2008	151	57,1	52	19,6	62	23,4
TOTAL	804	32,9	306	12,5	1329	54,4

Fonte: Cartórios da 1ª e 2ª Vara da Comarca de Tefé (AM)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) delimita a adolescência como a segunda década da vida, no período entre 10 e 19 anos, 11 meses e 29 dias e; a juventude no período entre 15 e 24 anos. Há, portanto, uma intersecção entre segunda metade da adolescência e os primeiros anos da juventude. O Ministério da Saúde (MS) toma por base a definição da OMS e recorre aos termos *população jovem* para se referir ao conjunto de adolescentes e jovens, ou seja, que abrange a faixa compreendida entre 10 e 24 anos. A esse respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990, p. 05) assevera em seu artigo 2º que “considera-se criança, para efeitos dessa Lei³⁴, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Assim, percebemos o desencontro entre o ECA, OMS e Ministério da Saúde quanto definição do fim da infância e início da adolescência.

Ancoramos nessa perspectiva para perceber que os dados mostram que, essas mães são crianças, adolescentes e jovens, considerando o fato das que têm entre 11 a 24 anos, bem como adultas atendendo as de 25 a 52 no caso específico encontrados nos registros pesquisados. Do total de registros (2.439) apenas 45,4% tinha no registro civil de nascimento a idade anotada, enquanto que 54,4% não constavam. Entretanto, das que tiveram a idade declarada é possível identificar que, a maioria era adolescente e jovem (32,9%), enquanto as

³⁴ Lei Federal Nº 8.069/1990.

adultas seguem em menor porcentagem (12,5%). Mesmo com números imprecisos destacamos o aumento das mães jovens a partir de 2004, uma demonstração da vulnerabilidade da gravidez nessa faixa etária da vida em Tefé. As mulheres adultas, embora se encontre em elevação a partir de 2002 (5,4%), não superam as jovens em nenhum ano, assim o maior índice é em 2005 (22,0%), enquanto as jovens mantêm o índice à frente em todos os anos, chagam ao cume no último ano da pesquisa com 57,1%. Com a média de idade das mães jovens de 17,5 e das adultas de 36,3 as idades declaradas se apresentam dos 11 aos 52 anos.

Os dados mostram que do total de 1110 mães, os menores índices são das adolescentes, mães com 11, 12 e 13 anos de idade e das adultas entre 39 a 52 anos. A matriz das jovens se encontra nas de 17 a 20 anos que representa 50,1%, enquanto que as de 11 a 16 anos representam 19,6% e as de 21 a 24 representam 30,2%. Para as adultas a matriz encontra-se nas de 25 a 29 anos com 43,1% e as de 30 a 52 anos representem 56,8%, embora seja a maioria, encontra-se em instabilidade no decorrer dos anos. É importante destacar que, as mães de 11 a 13 anos não representam altos índices, elas na amostra são apenas 06, sendo 01 de 11, 01 de 12 e 04 de 13 anos.

A posição geográfica da cidade de Tefé é a referência de centro urbano no Médio Solimões. Isto faz com que haja uma grande circulação de pessoas de municípios próximos bem como de outras regiões do Amazonas, também do país. Desse modo, é importante destacar em relação a essa região do interior do Amazonas que, a cidade de Tefé exerce forte influência econômica sobre as cidades de Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Marãã, Jutáí, Carauari, Eirunepé, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tabatinga (IBGE, 2010), logo outras relações perpassam entre a cidade de Tefé e as dos municípios vizinhos.

Nesse sentido, os dados mostram que, a origem das mães ultrapassa o município de Tefé, percorre parte do Médio Solimões e chega a municípios de outras regiões e até a capital Manaus.

Tabela 03 - Local de moradia das mães indicado pelas mesmas na ocasião do registro por áreas dos municípios. 1998 a 2008. Tefé (AM).

Municípios(AM)	Divisão por área dos municípios				Total por Município	
	Zona Urbana		Zona Rural		Nºs abs.	%
	Nºs abs.	%	Nºs abs.	%		
Autazes	01	0,04	-	-	01	0,04
Alvarães	04	0,16	39	1,60	43	1,76
Amaturá	-	-	01	0,04	01	0,04
Borba	-	-	01	0,04	01	0,04
Carauari	02	0,08	01	0,01	03	0,12
Coari	03	0,12	08	0,33	11	0,45
Eirunepé	01	0,04	-	-	01	0,04
Fonte Boa	04	0,16	07	0,29	11	0,45
Japurá	02	0,08	02	0,08	04	0,16
Juruá	01	0,04	07	0,29	08	0,33
Jutaí	03	0,12	-	-	03	0,12
Manaus	20	0,82	-	-	20	0,82
Maraã	03	0,12	60	2,46	63	2,58
Tabatinga	01	0,04	-	-	01	0,04
Tefé	1936	79,38	235	9,64	2171	89,01
Tonantins	01	0,04	-	-	01	0,04
Uarini	47	1,93	49	2,01	96	3,94
TOTAL	2029	83,18	410	18,79	2439	100,00

Fonte: Cartórios da 1ª e 2ª Vara da Comarca de Tefé (AM)

Seguramente do total de registro (2439) os maiores índices encontram-se em Tefé, zona urbana 79,38% e zona rural 9,64%. As mulheres urbanas foram as mais vulneráveis para o período estudado, ao não reconhecimento legal dos parceiros na criação das filhas/os seguramente pelo índice de contraste entre população urbana e rural.

Em números representativos surgem os municípios de Alvarães 1,76%, Maraã 2,58%, Uarini³⁵ 3,94% e a capital Manaus 0,82%. Os três primeiros municípios com alto índice estão geograficamente próximos a Tefé. Manaus, embora distante, está presente nos dados em demonstração a relevância de Tefé como polo nesta região do Amazonas. Os registros que indicavam as mulheres mães de outras localidades, ou seja, as do interior, e as de outros municípios indicavam que, as mães estavam de passagem (talvez por ocasião do nascimento) pela cidade no momento da lavratura do registro.

³⁵ É importante destacar que em Uarini não tem cartório para a retirada de registro civil de nascimento, esses são retirados em sua maioria na cidade de Tefé ou em mutirões de cartórios que vão até a sede deste município.

Em síntese, com esses dados temos um panorama da ausência no município de Tefé, vemos que esta é recorrente e crescente com o passar dos anos. O entendimento dessa questão perpassa pela transformação da família e os novos valores comportamentais na vida sexual. Logo, vemos como essencial discutirmos a transformação da intimidade na Amazônia.

2.4 – Transformação da intimidade e a Amazônia

Os sentidos apresentados por Giddens (1993) para a intimidade transformada são os aspectos relacionados a comportamentos íntimos na modernidade. Desse modo, para este autor ocorreu uma revolução sexual nas últimas décadas e a “transformação da intimidade poderia ser uma influência subversiva sobre as instituições modernas como um todo” (GIDDENS, 1993, p. 11).

As mudanças que ocorreram relacionadas à sexualidade, correspondem a aspectos democráticos interpessoais e revolucionários, porém há também implicações adicionais, pois a vida se tornou um desenho aberto, criando novas demandas e novas consternações (GIDDENS, 1993). Um dos conceitos criados pelo autor para contextualizar a transformação é o de *sexualidade plástica*. Este conceito serve para explicar a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades da reprodução, “tem as suas origens na tendência, iniciada no final do século XVIII, mas torna-se mais tarde também desenvolvida como resultado da difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias reprodutivas” (GIDDENS, 1993, p. 10).

A atualidade traz as mulheres para outra posição nos relacionamentos sociais e na vida íntima. Nesse sentido, elas não admitem mais a dominação sexual masculina, e ambos os sexos devem lidar com as implicações desse fenômeno. Esta questão nem sempre foi assim, pois “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (GIDDENS, 1993, p. 33). As convenções sobre a sexualidade se estruturam a partir dos contextos do tempo e consciência da sociedade. Nesse aspecto, Vaitsrnan (1989 *apud* FERREIRA, 1998, p. 87), afirma que:

A vida sexual é uma expressão da natureza animal do ser humano, pois se refere aos instintos. Por outro lado, a regulamentação da vida sexual é uma intromissão da cultura no domínio da natureza. Mas mesmo dentro da natureza, a vida sexual também é uma parte da vida social, pois o instinto sexual é o único que necessita de outro para ser satisfeito. Este fato explicaria porque a transição da natureza à cultura se opera justamente no domínio da vida sexual.

As mulheres, não contentes com sua condição, foram as principais agentes da transformação da intimidade, pois esta transformada, assegura a possibilidade de uma democratização radical da esfera pessoal. Nesse sentido, Giddens faz a pergunta: As mulheres querem sexo? E responde: “sim, pela primeira vez as mulheres coletivamente, e não como especialistas em uma *ars erótica* são capazes de buscar o prazer sexual como componente básico de suas vidas e de seus relacionamentos” (p. 79). No entanto, acrescentamos que as mulheres que almejavam prazer sexual eram vistas definitivamente como anormais (GIDDENS, 1993), agreguemos a esse comentário que, o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era importante como símbolo da mulher *respeitável*, o que muda radicalmente com a modernidade, porque as mulheres começam a ter outras atitudes e outra mentalidade. Como asseverou Kolontai (2011, p. 15):

O tipo fundamental da mulher está em relação com o grau histórico do desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade. Ao mesmo tempo em que se experimenta uma transformação das condições econômicas, simultaneamente à evolução das relações da produção, experimenta-se a mudança no aspecto psicológico da mulher.

Na visão dessa autora, as mudanças de comportamento são inevitáveis a partir das transformações econômicas. Nesse sentido, ela destaca que, estas condições têm influência direta no pensamento da *nova mulher* e da *transformação da intimidade*. Nesse contexto dos acontecimentos, também surge o amor, como uma questão de desejo e escolha, porém não sem a *condenação* da sociedade em primeira instância.

A modernidade põe o amor em evidência, por uma questão da emergência da sexualidade, da reflexividade e da autoidentidade. Os desejos e escolhas são evidentes para a manifestação do que Giddens denomina de *amor romântico*, ou seja, as opções individuais de parcerias amorosas vêm à tona. Em contraste a tal condição dos tempos modernos Giddens (1993, p. 49) assevera que, “na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre os alicerces da atração sexual mútua, mas o da situação econômica. Entre os pobres, o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário”. Portanto, junto com um aparato de mudanças sociais, o amor romântico faz parte de transições importantes que afetaram o casamento, bem como outros contextos da vida social.

O sexo em si, faz parte das conquistas e dos relacionamentos esporádicos. Desse modo à procura pelo amor romântico está imbricada a atividades sexuais diversas que, fazem parte da busca, até que o relacionamento desejado apareça. Mais uma vez no contraste com o passado, Giddens (1993, p. 151) assevera que,

em épocas anteriores, os encontros sexuais eram em geral *apagados* por ambos os parceiros, sendo considerados de pouca importância para o futuro. As mulheres em geral se casavam com a sua *virtude* intacta, enquanto que as aventuras dos homens eram consignadas à categoria de uma sexualidade episódica aceitável. Hoje em dia, no entanto, um relacionamento tem de ser posto à parte do que ocorreu antes e também dos outros envolvimento, sexuais ou de outro tipo, que os indivíduos teriam tido.

A questão fundamental entre o passado e o presente é a liberdade para ambos os sexos na prática sexual antes do casamento, hoje perpassa por uma opção e não uma imposição. O *relacionamento* como vínculo emocional próximo e continuado com outra pessoa também se apresenta como uma questão da modernidade. Decorrendo desse fato, Giddens (1993, p. 69) conceitua para a nossa era, o *relacionamento puro*, que,

refere-se a uma situação em que uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem.

A individualidade e satisfação pessoal é o que conta no relacionamento puro, ou seja, o que o mantém é a aceitação, por parte de cada um dos parceiros até segunda ordem, assim sendo é necessário que, cada um obtenha da relação benefício e justifique a continuidade. Se isso não se efetivar, as pessoas seguem caminhos diferentes. Desse modo, este aspecto da intimidade transformada, não significa ser absorvido pelo outro, mas conhecer as suas características e tornar disponível as suas próprias (GIDDENS, 1993) e formar parcerias.

Em face do que já foi colocado, podemos afirmar que a *transformação da intimidade* diz respeito a mudanças ou transição básica na ética da vida pessoal como um todo. As mulheres aparecem em cena e as separações/divisões que isolavam os diferentes sexos foram se desestruturando, porém não dizimadas. A intimidade passa a ser acima de tudo uma questão de comunicação emocional, com os outros e consigo mesmo, em um contexto de igualdade interpessoal.

Em face disso, é possível pensarmos em *transformação da intimidade* na Amazônia? Seguramente esta como um lugar no mundo recebe as influências da modernidade com a globalização e das mudanças sociais, muito embora “no caso da Amazônia, os impactos da globalização confundam-se com os processos de domínio da natureza, de ocupação econômicas, de fronteiras físicas e políticas” (SILVA, 2013, p. 10), no entanto, contrasta a autora, “os impactos também refletem ou dinamizam mudanças culturais,

perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial e, ainda, o imaginário universal”. Assim, as mudanças que atingem a intimidade hoje, também estão na Amazônia.

Decerto, podemos pensar na influência global nas relações sociais locais, no caso aqui, Amazônia, porque “o espaço amazônico vem sendo ocupado e modificado constantemente com a entrada em cena de novos atores sociais que chegam de fora, com interesses diversos, criando uma nova ordem social” (SILVA e BARROS, 2003, p. 92). Porém, pensar este local é pensar a história indígena, nas suas formas de organização e nos resquícios deixados para as populações amazônicas atuais, pois como assevera Silva (2013, p. 15),

as populações indígenas, pode dizer-se, foram várias vezes *vencidas* no trajeto regional do desenvolvimento capitalista. Mesmo assim, a dimensão política da questão étnica agrega-se às demais contradições desse desenvolvimento, rompe as barreiras culturais das nacionalidades e irrompe na sociedade global com muita força persuasiva.

A resistência cultural vai além da perda na luta contra o mundo capitalista. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que, existe um legado indígena na cultura atual. Assim, pensar em *transformação da intimidade*, requer pensar na história da sexualidade indígena da Amazônia profunda, bem como da contemporânea entrelaçada aos princípios ritualísticos, pois esta “esta é formada por uma sociedade mestiça que comporta localmente mais valores indígenas do que valores ocidentais” (TORRES, 2005, p. 20). Destarte, a intimidade dos indígenas, se nos assegurarmos em Giddens (1993), já era transformada, no entanto, os colonizadores tentaram transformá-la no sentido inverso, tendo a Igreja católica como a principal agenciadora da questão. Deste modo, dentre as questões, que pregava para as mulheres, estava à função tradicional de mãe, a proibição dos excessos de namoros e da sensualidade, reforçando a preservação da virgindade e da castidade para o casamento (COSTA, 2005).

Apoiados na aceitação desse princípio, temos a alusão que Bates (1979), faz quanto às mudanças dos comportamentos sexuais, embasado na ideia de progresso e civilização. Com base nessa definição ele faz a seguinte afirmação:

Acredito que no Pará está havendo agora algum progresso nesse particular, mas anteriormente a promiscuidade sexual parecia constituir a regra geral em todas as classes, e os amores clandestinos a ocupação mais importante da maior parte da população. Não posso admitir que esse estado de coisas seja uma decorrência obrigatória do clima do Brasil onde os hábitos e o padrão de moralidade dos seus habitantes eram tão elevados quanto os encontrados em lugares similares na Inglaterra (p. 25).

Bates assegura não de forma direta, que a intimidade estava *colonizadamente* se transformando, pois os comportamentos já não eram mais os mesmos. Assim, a *promiscuidade* que para ele, no passado, era regra em todas as classes já não era no presente. Diante dessas evidências percebemos que na Amazônia houve a transformação da intimidade, porém no sentido contrário ao proposto por Giddens. Dizendo de outro modo, os colonizadores não aceitavam as formas de comportamento sexuais das índias e dos índios, logo a transformação vem de cima para baixo, uma tentativa de enquadramento dos nativos as regras morais do ocidente, tentativa de *civilizar*, pois “civilização significa disciplina, e disciplina, por sua vez, implica controle dos impulsos interiores, controle este que, para ser eficaz, tem que ser interno” (GIDDENS, 1993, p. 27).

Dessa inferência decorre que, não houve entendimento dos colonizadores, em relação às atribuições da sexualidade dada pelos nativos. Daí incorrer em ideias pejorativas inventadas sobre a vida íntima desses povos, tais como a da promiscuidade sexual da mulher índia, já demonstrado por Torres (2005) e Costa (2005). Historicamente falando, a sexualidade e o sexo em si de povos não ocidentais não carregam o medo, ou a culpa. Nessa perspectiva Engels (2009, p. 23) enfatiza que,

em outros povos não existe esse disfarce religioso; entre alguns deles - os Trácios, os Celtas, etc., na antiguidade, em grande número de aborígenes da Índia, nos povos malaios, nos ilhéus da Oceania e entre muitos índios americanos, hoje as jovens gozam de maior liberdade sexual até contraírem matrimônio.

A liberdade não significa ausência de regra. Cada povo tem sua norma nos mais diversos aspectos que ela enquadre, porém para os colonizadores foi difícil entender as leis por trás da liberdade. Para os povos tradicionais não existe o *disfarce* como salientou o autor e as formas de atribuições da sexualidade e a prática sexual, não carregam o peso da moral cristã, que prega a cópula simplesmente para procriação, mas como uma forma de prazer. Quanto a isso Costa (2005, p. 94) afirma:

Na visão indígena, em função da pessoa humana ser uma entidade totalizante, sua sexualidade é vista como parte de sua natureza e, portanto perfeitamente natural e espontânea. Só que seu exercício se inicia a partir dos ritos de passagem, que na mulher ocorrem por ocasião da primeira menstruação. Portanto, o que vai variar são esses ritos, que não incluem a restrição ao desenvolvimento da sexualidade, como nas religiões cristãs.

Os indícios de intimidade transformada não são poucos quando se fala dos povos da Amazônia. A autora faz referência à percepção do indivíduo e sua natureza, assim, os indígenas naturalizam as funções sexuais a partir dos ritos de iniciação, o que contrasta com a

concepção cristã. A liberdade sexual é uma prática realizada dentro de regras e significados simbólicos (TORRES, 2005).

Ainda na concepção de transformação, alguns autores (BETTENDORFF, 1990; RANGEL, 1994, *apud* COSTA, 2005; WALLACE, 1979) dão destaque a estes acontecimentos em alguns locais no Amazonas. Assim, narram que, as mulheres gozavam de liberdade sexual, porém até o momento em que se casavam, em caso de adultério³⁶ a mulher era penalizada com a morte. Wallace também destaca as conversas e acontecimentos *imorais* do qual nem se ousava falar em seu local de origem.

Na sequência dessa explanação, abordamos agora algumas características morais da vida indígena, observadas por Silva (1977) entre os nativos do rio Uaupés ou Cariri em meados do século XX. Ao abordar a moralidade, o autor começa sua abordagem com a explicação de que entre esses povos não existem palavras que correspondam a adultério e virgindade. Portanto, “não há entre os indígenas das diversas etnias como falar sobre virgindade e fidelidade conjugal” (p. 335). Na vida cotidiana não existe o direito exclusivo de um cônjuge sobre o outro.

Nesse sentido, a puberdade corresponde ao marco para as buscas sexuais na cultura desses povos. Silva (1977) destaca: aqueles que já passaram pela iniciação pubertária, - casados ou solteiros -, tem a licitação das relações sexuais com grande número de pessoas, se assim desejar, dentro da tribo, restrita algumas condições com pessoas de outras tribos e *civilizados*. A justificativa para esse fato se encontra nos sentidos dados as atribuições da sexualidade e do sexo. Nessa perspectiva Silva (1977, p. 336) nos científica de que,

as relações sexuais entre dois sexos é um prazer normal para os indivíduos que atingiram a maioridade legal, pelo rito pubertário, e, por isso, praticam-se tais relações [sexuais] publicamente, diante dos próprios pais ou do próprio cônjuge, como diante de qualquer pessoa realizam as várias ações fisiológicas de comer, beber, ou outra qualquer.

A naturalização das necessidades do corpo faz parte do processo de entendimento do sexo como prazer, o que foi difícil de *engolir* nas sociedades ocidentais. Os indígenas veem as tais necessidades como outra qualquer que o corpo exige, dessa forma naturalizam-nas. A liberdade não é ausência de regra. A prática sexual entre irmãos, pais e filhos só é aceita se for a determinadas circunstâncias religiosas, fora disso é condenada.

³⁶ Porém, é importante destacar que esta concepção sobre esse fato não é unívoco, pois cada povo tem sua concepção sobre os acontecimentos da vida, no caso do adultério para alguns povos ele é extremamente normal.

Nesse contexto o autor também destaca os sentidos dado a paternidade. Como exemplo cotidiano ele faz o relato de um índio Tukano, casado. Este teve que se ausentar por dois anos com a finalidade de trabalhar nos seringais da Colômbia. Seu irmão por sua vez passou a ter relações sexuais com a esposa, sua cunhada seguramente, no acontecimento das relações extraconjugais nasceu uma filha. Em relação a fato Silva (1977, p. 337) assegura que, o grupo indígena “considerava a filha do marido ausente. Alguns até acrescentaram que se o ausente for *bom* até agradecerá o serviço que lhe prestou o substituto satisfazendo à sua mulher e dando-lhe um filho”.

A liberdade sexual não rara vezes segundo o autor incorre em gravidez ilegítima. Para chegar a essa temática, Silva fala do maior impulso sexual das meninas que as leva provocarem os rapazes, com convites, nos movimentos sensuais na hora do banho misto, porções preparadas para os rapazes na intenção de atraídos, bem como o uso de raízes e plantas afrodisíacas usadas para esfregarem entre si. Nesse aspecto Silva (1977, p. 340) certifica que,

não são raros os casos de gravidezes ilegítimas de donzelas, embora conheçam e empreguem meios anticoncepcionais e abortivos. A própria mãe (ou sogra quando se trata de recém-casada) ensinará esses meios. O filho ilegítimo se diz *Ko-boxkáko* (literalmente significa: *achado por ela ou dela*) e não vem constituir um obstáculo para o casamento da mãe solteira, nem criar problema para mãe casada.

Quanto a isso, percebemos que a transformação da intimidade traz a gravidez não planejada. No entanto, nas sociedades indígenas existem meios aceitáveis, pelo grupo, para resolver esse possível *problema*. As mulheres vão ter filhas/os se e quando quiser. O autor destaca também que, sendo mãe de filho ilegítimo, casada ou solteira, isto não implicará em qualquer transtorno de aceitação social para essas mulheres.

Em síntese, a *transformação da intimidade* nesse trabalho tem a finalidade de mostrar o contexto da modernidade que, contribui com a configuração dos *filhos da mãe*, com as novas formas de viver a vida íntima, com decisões individuais e o sexo de forma libertária, não preso a padrões tradicionais. Cabe a ressalva de que algumas mulheres ficam com os ônus e bônus quando ocorre a gravidez indesejada. Nesse sentido, buscamos na acepção indígena da Amazônia, as suas formas de atribuição da sexualidade e do sexo para compreendermos que, com a *transformação da intimidade* dos povos nativos em sua forma histórica e com os modos de organização familiar, a Amazônia dar outros sentidos a existência de um *filho da mãe*.

CAPÍTULO III: MULHER, MÃE E SOLTEIRA: OS DESAFIOS E A ILUSÃO DOS IMPACTOS

Na cidade de Tefé/AM marcada pela ausência do genitor biológico, quantitativamente relevante na esfera jurídica pelo registro civil, encontramos mulheres com a responsabilidade de se articular e encontrar soluções para essa questão no contexto familiar.

É fato que, de modo universal nas estruturas organizacionais familiares estabelecidas pela construção de gênero, elas sempre cuidaram das/os filhas/os nos momentos em que os pais, ou o genitor biológico, não se faziam presentes na organização parental. Elas instituíram, mesmo com desafios, as mais diferenciadas estratégias para criarem essas filhas/os.

Este capítulo tem o propósito de mostrar a realidade vivida pelas mulheres que passaram solteiras pela maternidade, identificando o fato ocorrido, seus desafios e as soluções encontradas por elas para este contexto familiar.

Analisamos suas histórias de vida e as narrativas em relação a esses aspectos, presentes nos relatos. Por fim, trazemos a discussão sobre a ausência e sua relação com os possíveis impactos negativos, na tentativa de desconstruir a visão que se assenta para essas mulheres, suas filhas e seus filhos, vistos como abandonados, solitários, coitados, etc.

3.1 – As mães solteiras, no contexto do vivido e do acontecido

As mulheres, sobre as quais falaremos agora, possuem em comum nas suas histórias de vida as *marcas* positivas e negativas da *ausência* do homem que as fecundou, nas responsabilidades parentais. Estes homens, pelos mais diversos motivos que apresentaremos a seguir, saíram de suas vidas ou se separaram em acordos com as parceiras antes, durante ou depois do nascimento da/o filha/o. Cinco delas residem no contexto urbano da cidade de Tefé; somente uma reside no rural, próximo³⁷ à “cidade”. Suas histórias se cruzam com a maternidade, com a ausência do genitor biológico, possuindo peculiaridades e similaridades. O perfil delas demonstra que são mães jovens, que estudaram e/ou estudam, apesar de nem todas terem completado o ensino médio. São mulheres de baixa renda, cuja maioria

³⁷ Para chegar ao local é preciso pegar ônibus, que parte de Tefé e transporta agricultores rurais que moram na cidade. Essa mãe não foi escolhida por acaso para participar dessa pesquisa: ela era a única mãe de 11 anos, atualmente 17, que assumiu em registro a maternidade sem o genitor biológico, para os anos quantificados na pesquisa apresentada no Capítulo II.

permanece solteira e com poucas/os filhas/os. Aquelas que se casaram, são as que possuem mais filhas/os. A seguir, dados tabelados que caracterizam essas mulheres.

Tabela 04 – Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	1ª Grav. ³⁸	Grau de instrução	Estatuto ocupacional	Renda individual	Estado civil	Local de residência	Nº de filha/o
Elisa	17	17	1ºIncomp.	Estudante	Nenhuma	Solteira	Tefé/AM	01
Dalva	17	11	1ºIncomp.	Faxineira	600,00	Casada	Tefé/AM (Z/R) ³⁹	03
Érica	20	13	2º Comp.	Estudante	Nenhuma	Solteira	Tefé/AM	02
Irene	42	16	3º Comp.	Professora	1.000,00	Casada	Tefé/AM	05
Joana	21	20	2ºIncomp.	Estudante	Nenhuma	Solteira	Tefé/AM	01
Ana	31	19	3º Comp.	Vendedora	678,00	Solteira	Tefé/AM	02

Fonte: Entrevistadas

A gravidez na adolescência e juventude é um dos fatores que caracterizam a vida das mulheres de Tefé, como é possível perceber em Ferreira et al (2009), Ministério da Saúde (2009) e Moraes (2011). Desse modo, as histórias vividas pelas mulheres desta pesquisa, não são diferentes da conhecida realidade do município.

Embora elas tenham sido escolhidas de forma aleatória no contexto urbano e rural, o fato que as unifica é a vivência da maternidade na adolescência/juventude, somada à ausência do genitor biológico da/o filha/o. Irene e Ana são as mulheres com maior idade nessa pesquisa, sendo mães pela primeira vez aos 16 e 19 anos de idade, respectivamente. Elisa, Dalva, Érica e Joana foram mães aos 17, 11, 13 e 20 anos, sequencialmente. Em relação às idades dos parceiros ausentes, os únicos que não se encontravam na mesma faixa etária de idade eram os de Dalva e Irene, pois elas eram criança e adolescente e eles já eram adultos quando ocorreu tal gravidez.

A maioria das gravidezes que ocorrem nesse período da vida – adolescência/juventude – está propensa ao não compartilhamento das responsabilidades parentais de forma igualitária entre os pais. Para Mota (2011) tal gravidez também incorre em: transformações na relação da adolescente consigo própria, desta com os pais e destes com a

³⁸ Primeira Gravidez

³⁹ Zona Rural

filha; redefinição de papéis familiares; modificação da relação com os amigos e colegas; desistência escolar; necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho.

Esses aspectos e consequências se assemelham, não em sua totalidade, com a realidade das mulheres entrevistadas em Tefé.

Os estudos de Heilborn et al (2002), sobre gravidez na adolescência em três capitais brasileiras - Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre - indicam que este fenômeno, neste estágio da vida, não é um fator que vai gerar união ou casamento entre os parceiros. As autoras destacam que “mesmo quando *assumida* pelo parceiro, a gravidez e a parentalidade podem desembocar em arranjos domiciliares distintos: não coabitação, coabitação parcial ou dupla moradia. Sobressaem, ainda, avaliações díspares e ambivalentes acerca da experiência” (p. 20). Os homens nem sempre *assumem* as/os filhas/os gerados e, quando *assumem*, enfrentam dificuldades quanto à coabitação e outras questões que foram percebidas por essas autoras no lócus do estudo. Esta realidade também é recorrente em Tefé.

Os dados sociais e demográficos nos mostram também que os anos de estudo variam de acordo com a idade. Irene e Ana são as que possuem ensino superior completo. Érica já terminou o ensino médio, pois mesmo quando engravidou não parou de estudar, como ela mesma destaca:

Quando eu engravidei, estava estudando. Continuei estudando, terminei o ano grávida, comecei o ano grávida, ele nasceu em maio. Depois que ele nasceu, passei o meu resguardo em casa. Depois fui novamente para a escola. Voltei a estudar: mamãe ficava com ele, normal, e eu ia pra escola (ÉRICA, 20 a.).

Na contramão de muitas mães jovens, que desistem de estudar devido à gravidez, Érica teve a singularidade do não abandono escolar, possível pelo apoio que obteve da família para seguir os estudos.

Eliza, Dalva e Joana possuem o ensino fundamental e médio incompletos. Dalva está cursando o 9º ano do ensino fundamental. Manifesta que se *atrasou*, pois foi mãe muito jovem e, por um tempo, parou de estudar. Questão similar aconteceu com Eliza e Joana, que pararam de estudar após alguns meses de gravidez, devido aos enjoos⁴⁰, vergonha da barriga que estava crescendo e indisposição para caminhar até a escola, segundo seus próprios relatos. Eliza parou de estudar no 8º ano do ensino fundamental e Joana, no 2º ano do ensino médio.

⁴⁰ Náuseas e vômitos no primeiro trimestre da gravidez são eventos tão comuns que podem quase ser considerados como uma manifestação fisiológica.

Dalva, Irene e Ana possuem renda mensal pela função formal que exercem. As duas primeiras são casadas e contribuem no sustento da família, com a renda que recebem como faxineira e professora. Ana trabalha para sustentar os dois filhos sem contribuição do parceiro. Embora já tenha formação superior, ainda não conseguiu emprego para atuar na área de sua formação. Assim, sua ocupação é de vendedora em uma loja de roupas. Elisa, Érica e Joana não possuem renda: são solteiras, moram com os pais e são por eles sustentadas, juntamente com as/os filhas/os.

Os dados sociais e demográficos apresentam as principais características das mulheres. Estes contribuem para o entendimento dos contextos das histórias de vida destas mulheres, pois nos remetem ao presente da trajetória que trilharam até o momento. A ausência do genitor biológico é a característica primordial que nos levou a conhecer um pouco de suas histórias. Passaremos agora a conhecer, através das narrativas, um pouco do contexto desse acontecimento.

3.1.1 – A maternidade: fatalidade, escolhas e desafios

As/os filhas/os de todas as mulheres, cujo homem/genitor biológico não tem a função de pai, são as/os pioneiras/os na vida destas mães. Estas em *ficadas*, em namoros e até mesmo após casamento, engravidaram e, sem a ajuda dos parceiros, seguiram a vida e criaram as filhas/os.

O termo *ficar* foi usado por algumas entrevistadas, para narrar como conheceram seus parceiros e como ocorreu a gravidez. Outras narraram que a gravidez ocorreu durante o namoro e após o casamento. A gravidez de todas as mulheres aconteceu dentro de circunstâncias específicas, porém sem planejamento. Esse termo *ficar* foi encontrado na narrativa de três das entrevistadas. Irene conheceu o parceiro em uma viagem entre Tefé e Manaus, sendo que este trabalhava como tripulante no barco. *Ficou* com ele por algumas vezes e transou apenas uma, mas não chegaram a namorar, como ela mesma infere:

Na verdade não foi nem um namoro assim, foi mais é, eu não sei nem o que foi, foi mais é aquilo chamam hoje de ficar, a gente só ficava e a gente ficou muito pouco, aí depois que eu engravidei ele desapareceu né! Ele nessa época ele trabalhava num barco, aí ele sumiu e veio reaparecer depois de onze anos, aí que ele veio reaparecer (IRENE, 42 a.).

No caso de Dalva, ela conheceu o parceiro dentro de sua própria casa, pois este trabalhava como ajudante de seu pai e morava com sua família, *ficou* com ele apenas uma vez também.

Érica por sua vez conheceu o parceiro em uma ida à escola. Ele trabalhava como motoqueiro⁴¹ na cidade e a abordou enquanto caminhava em direção à escola. Também *ficou* apenas uma vez com esse parceiro, como ela destaca:

A gente se encontrou na rua, em um dia eu fui para escola e nos encontramos. Foi só uma ficada, foi só uma vez. Conheci ele num domingo, acho que foi num domingo e na sexta feira [aconteceu a relação sexual]. Foi só uma semana mesmo e daí nunca mais o vi. Quando eu descobri que estava grávida, descobri que tava grávida com cinco meses, adolescente né! Não sabia, não entendia como é que era. Eu descobri que eu estava grávida com cinco meses, daí nunca mais falei com ele (ÉRICA, 20 a.).

Para as demais entrevistadas, as coisas ocorreram de forma diferente. Ana conheceu o parceiro por ele vir morar por um tempo na rua em que ela morava. Teve um relacionamento sério e casou. Após o nascimento da filha, *a relação não deu mais certo*, conforme sua afirmativa:

Ele tinha vindo fazer um trabalho de ampliação de foto, ampliar foto, veio morar na rua da minha casa, na casa da minha tia, que alugava quarto. Aí ele veio morar lá, assim que eu conheci ele. [Eu] ia lá para a casa da minha prima passear e o conheci. Nós casamos, *casar* que eu digo é morar junto, porque nunca fui casada no papel. Mas aí quando nasce a primeira filha, ele fica mais afastado e foi desgastando (ANA, 21 a.).

Eliza também conheceu o parceiro na ocasião de uma festa e, por ele morar perto da sua casa, o namorou por um ano. Antes da gravidez pensavam em formar uma família, mas depois ela não quis. De acordo com sua narrativa, aconteceu da seguinte forma: “Eu tinha saído, saí para o arraial. Quando cheguei lá, o encontrei. Ele pediu para falar comigo e eu fui. Descobri que ele morava próximo a minha casa e acabei ficando com ele” (ELIZA, 17 anos). O *ficar* nesse caso foi mais prolongado, levando a uma situação de namoro. Eliza e seu parceiro se separaram após a gravidez.

Joana, outra informante, também teve um relacionamento sério com seu parceiro, que morava no mesmo bairro. Namoraram, *ficaram* e moraram juntos por sete meses após a família saber da gravidez. Porém, dois meses após o nascimento da filha, ele a deixou na casa dos pais dela, com a promessa de trabalhar para sustentá-las. Não retornou.

As semelhanças quanto aos relacionamentos com os parceiros e o acontecimento da gravidez, são evidentes. No entanto, há o contraste oriundo das diferenças existentes entre o *ficar*, as relações esporádicas e o namoro. É possível identificar que as mulheres que apenas

⁴¹ Motoqueiro são trabalhadores autônomos, que fazem serviço de transporte em Tefé com a utilização de motos.

ficaram, tiveram a ausência total dos parceiros desde a descoberta gravidez; já aquelas que tiveram relacionamentos mais sólidos, foram acompanhadas pelos parceiros por determinado período, desde a gravidez até nascimento da/os filhas/os. Apoiados na aceitação desse princípio, Heilborn et al (p. 22/23) asseveram que

...em contraste com o padrão mais estável, previsível e sequencial do namoro, o *ficar*, além de não envolver *compromisso* entre os parceiros, funda-se na imprevisibilidade: ele pode resumir-se a um encontro (com ou sem ato sexual) ou desembocar em um namoro. O *ficar* radicaliza a imprevisibilidade e a intermitência que caracterizam as relações sexuais juvenis. Esta modalidade de relacionamento parece comprometer, ainda mais, o exercício da decisão feminina no que diz respeito à contracepção e à prevenção, tendo em vista a pouca intimidade entre os parceiros, cujas repercussões são agravadas em um cenário regido pela lógica assimétrica dos gêneros. Esses impasses são reforçados pela atitude dos homens (que encontra expressão modelar entre os de classes populares), que, diante de parceiras fortuitas, encaram a contracepção como um problema feminino, mas reservam para si a palavra final quanto ao uso da camisinha.

As autoras se referem a várias questões, a partir da forma do relacionamento moderno denominado *ficar*, tais como: imprevisibilidade no relacionamento, uso de contraceptivos e assimetria de gênero. Nesta mesma perspectiva, Thurler (2009) certifica que é crescente o número de nascimentos ocorridos em relações eventuais, das quais as crianças tem maior possibilidade de não virem a ter o reconhecimento do homem genitor. Nesta lógica de argumentação, podemos observar também essas mulheres de Tefé, acrescentando o aspecto da *transformação da intimidade e relacionamento puro*, discutido por Giddens (1993). A modernidade se evidencia, para Ferreira e Aboim (2002, p.414/415), como uma das grandes propulsoras desse fenômeno, pois

...quer a precocidade sexual associada às gravidezes adolescentes, quer a expressão de autonomia individual que a afirmação de um projeto de parentalidade feminina envolve, são sinais claros de modernidade. Com efeito, o aumento do risco de gravidez fora do casamento é uma consequência resultante das mudanças no retardamento da idade de casar e nas atitudes relativas à aceitação das relações sexuais durante o período juvenil, enquanto o projeto de ter filhos fora do casamento pode ser visto como integrando a tendência, que também se manifesta na coabitação, de autonomia ou de procura de relações íntimas e com maior simetria dos papéis conjugais do que é comum no casamento. O aumento dos nascimentos fora do casamento tem assim de ter em conta não apenas o comportamento das mães sós, mas também as dinâmicas moderna e tradicional de crescimento que o sustentam.

As autoras sustentam as mudanças advindas com a modernidade e caracterizam a gravidez na adolescência como consequência desta e das mudanças de valores sociais. Elas, também, citam o aspecto da autonomia individual quanto ao ser mãe solteira, sendo este um projeto assegurado também pela modernidade. Para esta segunda questão, seguramente trata-

se de um plano de mães com estabilidade financeira, não assegurada ou passível de generalização para todos os contextos, como no caso das mulheres entrevistadas em Tefé.

O fato é que essas seis mulheres de Tefé se tornaram mães solteiras e que, seguramente, todas as questões vivenciadas remetem assimetria de gênero. Heilborn et al (2005) problematizam isto: a responsabilidade no cuidado dessas/desses filhas/os gerados, foi deixada com as mulheres. É como se, em última instância, houvesse um processo de culpabilização que as identifica e responsabiliza pela falta de uso dos contraceptivos, pela ausência da família e pela falha do Estado quanto à educação sexual: se filhos foram gerados nas ficadas e/ou namoros, a responsabilidade é feminina.

A partir desse pressuposto, o item contracepção foi abordado nas entrevistas. Duas delas só passaram a conhecer os métodos após a primeira gravidez, que aconteceu quando elas tinham 11 e 13 anos de idade. Em face do que foi colocado, temos o depoimento da Dalva: “Hoje eu sei que para se prevenir tem a camisinha, injeção, pílulas, mas eu só passei a conhecer lá no hospital, na palestra que teve quando eu tava grávida da minha filha” (DALVA, 17 a.).

O mesmo caso aconteceu com Érica, somente na gravidez com o pré-natal que conheceu os métodos. Nesse sentido, é “valido ressaltar que não se pode desconsiderar a forte associação entre o nível de escolaridade e a probabilidade de uso de qualquer método contraceptivo já na primeira relação sexual” (NOGUEIRA, 2003 *apud* WITTER e GUIMARÃES, 2008, p. 550). Esse era o caso da Dalva e Érica, a primeira relação sexual.

Três dessas mulheres que engravidaram com mais idade, já tinham conhecimento, usavam algum método contraceptivo em suas relações. Porém por *descuido*, como algumas expressaram, a gravidez ocorreu. Ilustramos com a narrativa da Joana: “No momento [do namoro] era com frequência que usávamos, principalmente, a camisinha masculina. Esquecemos uma vez e foi no momento em que eu engravidei da minha filha” (JOANA, 21 a.). O uso de contraceptivos já fazia parte da vida sexual da Joana quando engravidou. No entanto, em uma vez que seu *parceiro* não usou a camisinha – de uso frequente nas suas relações – ficou grávida. Assim, embora afirme que conheça os contraceptivos e tenha feito uso na sua vida sexual, fica evidente que na relação com esse *parceiro* quem usava era ele não ela.

Ana, que se encontrava morando com seu parceiro, também conhecia os métodos e, como se sentia segura quanto à relação, não utilizava nenhum método contraceptivo, pelo

contrário: tinha o desejo por uma gravidez, pois desejava muito ser mãe. Isto significa dizer que, a *transformação da intimidade*, com o seu processo de liberdade pessoal, também cria ansiedades, como destacou Giddens (1993). Logo, a gravidez da maioria dessas mulheres, que ocorreu de forma indesejada, é marcada pela *ausência*. Cabe, aqui, destacar a análise de Bensusan (2012) em que os pais de fato podem escapar da paternidade indesejada, as mães nem sempre. Cabe a elas a delimitação histórica instituída nas relações de gênero, do cuidado com a prole.

Os grandes desafios, que começam com a transformação do corpo pelo processo de gravidez, a insegurança em contar para os familiares, de se verem jovens mães, da ausência dos genitores de suas/seus filhas/os, recaíram sobre essas mulheres em Tefé. Não cabe vê-las somente como vítimas da desigualdade de gênero, mas como mulheres fortes, que passaram por momentos difíceis. Mulheres que, apesar das adversidades, seguiram em frente e, com ajuda de seus familiares e outros parceiros, criaram/criam estes *filhos da mãe*.

Assim, embora sejam vítimas da falta de informação sobre sexualidade e contracepção, da ausência do Estado, de uma cultura/sociedade que perpassa o resquício patriarcal organizada a partir de modelos heterossexuais e do machismo, para a ausência encontram solução.

A descoberta da gravidez teve momentos de angústia, dúvidas, desespero, insegurança, alegria, comuns à idade e desencadeados pelo possível conflito familiar, por serem solteiras, pela vontade de serem mães, por se tratar de uma primeira gestação, etc.

Dalva e Érica afirmaram só se descobrirem grávidas após 04 e 05 meses de gestação, respectivamente. Embora elas façam esta afirmativa, é evidente que já viessem sentido os sintomas da gravidez, porém sem saber o que estava acontecendo direito. No entanto, essa asseveração corresponde à confirmação da gravidez por exames e quando a família toma conhecimento do fato. Em face do que foi colocado, destacamos a seguinte narrativa:

As pessoas queriam me levar no médico, pois eu andava meio doente, mas eu tinha medo, porque eu já imaginava estar grávida. Queriam me levar, mas eu não queria ir. Logo no começo, imaginei um monte de coisa. Para mim, tudo se acabaria porque eu era muito nova; não sabia de nada. Quando eu soube que estava grávida, para mim sei lá, eu tinha medo, não sabia de nada, não tinha com quem conversar. Só era comigo mesma e quando papai descobriu ele ficou um pouco chateado comigo, um pouco né? Me expulsou de casa (DALVA, 17 a.).

Dalva passou por momentos difíceis, antes de a família ter conhecimento a respeito da gravidez. Ela se sentia sozinha, sem ter com quem conversar. Esta situação persistiu após a descoberta, pois assim que soube da gravidez seu pai a expulsou de casa, mais tarde permitindo que voltasse. Nesse aspecto Mota (2011, p. 34) analisa que “sobretudo os pais [homens], representam muitas vezes uma fonte inicial de ansiedade e medo quando do confronto com a notícia da gravidez. O choque e a zanga são reações habituais, sendo frequentes as crises familiares, apelando à necessidade de adaptação e a reajustes relacionais”. É válido ressaltar que o pai também expulsou o parceiro que morava na mesma casa – este, realmente, foi embora. O pai de Dalva só retomou uma relação sem conflito, após o nascimento da neta.

Eliza e Irene também ficaram preocupadas e apreensivas com a gravidez. Em sua narrativa, Eliza (17 a.) destaca que “foi... foi assim, tipo uma reação muito grande de surpresa. Não queria ter não, ainda nem tinha terminado os estudos”. Por se sentir muito nova, sem ter concluído o ensino médio, ela se surpreende, pois não queria uma gravidez naquele momento de sua vida. Nesse particular, Irene (42 a.) também narra que,

na verdade, eu tinha apenas 16 anos naquela época. Para mim foi uma surpresa. Naquela época nós não tínhamos noção da gravidade e do risco. Tive relação sexual apenas uma vez e nunca pensei que poderia engravidar naquele momento ali, não é? Engravidei com pouca idade. Não foi uma coisa planejada, foi coisa de momento, que se tornou uma realidade.

Em face desta narrativa, temos a expressão do inesperado, da surpresa, pois a informante não imaginava que tal fato poderia acontecer naquele momento. A relação sexual e a busca pelo prazer momentâneo acabam direcionando a vida para outros contornos, desencadeados pela gravidez e a realidade do nascimento da criança.

Na contramão das outras entrevistadas, Joana e Ana recebem a notícia da gravidez com alegria. Para Joana, embora não fizesse parte dos seus planos naquele momento, tal ocorrência também lhe deu alegria: “no momento que eu descobri que tava grávida, fiquei meio preocupada, um pouco feliz. Eu me senti feliz, mais do que triste, porque eu acho que um filho é uma felicidade para nós”.

Embora estivesse na mesma condição que as outras mães – solteira e jovem – a descoberta da gravidez, para Joana, não foi tão desconfortante. O fato lhe trouxe a alegria de saber que seria mãe. O mesmo aconteceu com Ana (31 a.), que tinha uma relação estável e pretendia ser mãe: “eu fiquei muito feliz, porque eu queria, o meu sonho era ter uma criança dele, que eu achava que era o amor da minha vida. Fiquei nas nuvens, Deus me livre fiquei

muito feliz”. A idealização do amor eterno também se apresenta nesse contexto da descoberta da gravidez. Nesse sentido, tal acontecimento não foi um desconforto para Ana, pois tinha o desejo de ser mãe, especialmente do homem que julgava ser o amor da sua vida.

Em síntese, é possível perceber as angústias e alegrias dessas mulheres no princípio da gravidez, o que não poderia deixar de ser normal, haja vista todas as circunstâncias em que engravidaram. Em tal conjuntura, da gravidez de jovens, Mota (2011, p. 14) enfatiza que,

a primeira tarefa a cumprir é aceitar a realidade da gravidez. Independentemente, do desejo e/ou planejamento da mesma, o reconhecimento que a concepção ocorreu, faz com que, numa fase inicial, a mulher se sinta ambivalente entre o desejo e o receio da gravidez. Ambivalência em relação a acreditar na viabilidade da própria gravidez; ambivalência em relação à aceitação do feto; ambivalência em relação às mudanças que o novo estado implica e em relação à própria maternidade.

Os processos iniciais para as jovens mães são marcados por esses aspectos, muito embora não seja uma regra. Duas de nossas entrevistadas não passaram por esses questionamentos. Passemos, agora, a identificar o genitor biológico na *ausência* e como esta ausência impactou e impacta na vida das mulheres entrevistadas.

3.2 – O genitor biológico ausente para mãe: o acontecimento e o que isso significa?

Os registros civis de nascimento são importantes para visualizarmos o panorama de Tefé e a ausência jurídica dos *pais*. No entanto, no decorrer do amadurecimento da ideia de ausência e com a pesquisa em campo, percebemos que esta em registro é limitada. Em outras palavras, percebemos que a paternidade enquanto função não se constrói pura e simplesmente com o nome oficializado em registro. O fato é que esses homens geraram as/os filhas/os dessas 06 mulheres, se ausentaram e eximiram de qualquer compromisso parental. Este tópico busca mostrar o contexto e impacto da ausência na narrativa das mulheres, bem como os significados que elas próprias imputam a ele.

Nessa acepção, é importante mostrarmos como a ausência está estruturada, sendo que o registro não conseguiu demarcar os papéis de parentalidade das/os filha/os de algumas entrevistadas. Desse modo, apresentamos a seguir dados tabelados sobre essa configuração em torno do *pai* na vida das mulheres e suas/seus filhas/os.

Tabela 05 – Características da questão do *pai*.

Entrevistadas	Idade da/o filha/o	Ausência do Genitor biológico	Loc. de Mor. Genitor	Pai social
Elisa	03 meses	Parcial	Tefé/AM	Tio
Dalva	06 anos	Total até 04 a.	Tefé/AM	Padrasto
Érica	05 anos	Total	S/L ⁴²	Avô
Irene	26 anos	Total até 10 a.	Manaus/AM	Avô
Joana	01 ano	Total	Manaus/AM	Avô
Ana	11 e 13 anos	Parcial	Manaus/AM	Tios e Avô

Fonte: Entrevistadas

As/os filhas/os variam entre: crianças, adolescentes, e adultos, pois suas mães são de diferentes gerações. Em relação à ausência do genitor, colocamos os itens total e parcial. Isto significa que existem genitores que não tem nenhum contato com a/o filha/o e outros que o mantém de alguma forma, porém sem contribuir na criação dos mesmos. É importante destacarmos, aqui, o registro civil de nascimento e sua limitação. As/os filhas/os de Eliza e Érica não possuem nome do genitor neste documento; as/os de Dalva e Irene foram reconhecidos oficialmente após 04 e 11 anos após seus nascimentos; as/os de Joana e Ana foram registrados pelos genitores no momento do nascimento.

Quanto à moradia desses genitores, as mães informaram que moram em Tefé e Manaus. Érica desconhece o local de moradia do pai de seu filho. Diante da ausência do que gerou, existe a paternidade social, ou seja, a função do pai ganha novos atores que vão assumir esse papel: avôs, tios e outro parceiro, (este item será discutido abaixo no tópico 3.4). Assim se estrutura esse aspecto da ausência na vida dessas mães e filhas/os.

3.2.1 – Ser ausente como pai: a escolha dos genitores

O afastamento dos pais para com essas filhas e esses filhos se dá em conjunturas diversificadas. Eles se ausentam em diferentes momentos, por suas escolhas ou quando as parceiras decidem romper o relacionamento, seja de namoro ou casamento, ou então porque não tiveram conhecimento da paternidade. Cabe, aqui, ressaltar que as escolhas das mães era em relação à ausência de parceria quanto à conjugalidade, não à função de pai. No entanto, com a separação, os laços de parentalidade masculina também são quebrados, ou nem foram construídos.

⁴² Sem Local, pois essa informação foi colhida nos depoimentos das entrevistadas e essa mãe em específico afirmou que não sabe em que local o genitor biológico de seu filho está morando.

O caso específico do genitor biológico do filho de Érica, que *ficou* com ela apenas uma vez é singular. Ele nunca teve a confirmação de que este filho fosse seu. Quando tentou tirar essa dúvida, quando uma amiga de Érica o deixou ciente dois anos após o nascimento do filho, esta negou veementemente. Érica ressalta,

o pai dele soube... soube que eu fiquei grávida, mas nunca, nunca soube que o filho era dele. Foi um tempo desses que o D⁴³. já tinha dois anos e pouco, ele veio perguntar. Eu disse que era mentira, não era dele, era de um outro cara. Eu menti, porque na hora que eu mais precisei dele, ele foi embora (ÉRICA, 20 a.).

Em relação à negação desse fato, fica evidente que ela tinha expectativas de ter um relacionamento mais profundo com esse parceiro, pois o culpa por não estar presente quando ela mais precisou. Ele apenas transou uma vez com ela e nunca mais apareceu. Portanto, não tinha direito de ser o pai de seu filho.

Com as outras mães essa questão se dá em outros contornos. A dúvida sobre a paternidade foi alegada pelos parceiros de Dalva e Irene. Desse modo, o momento de descoberta do genitor sobre a paternidade é negada, pois não aceitavam que a/o filha/o pudesse ser seu, gerado na única relação sexual que ocorrera. Seguramente, essa é uma tentativa preconceituosa de negar a paternidade, colocando em dúvida tanto a afirmativa da mulher quanto sua conduta, subliminarmente sugerindo que esta possa ser promíscua. Sabemos que a quantidade de relações sexuais não possui relação direta com a fecundação de um óvulo e, conseqüentemente, com a gravidez. No entanto, essa é a justificativa dada por esses parceiros, como fica expresso na narrativa da Dalva (17 a.): “...eu fiquei só uma vez com ele. Por isso, hoje em dia ele diz que a filha não é dele, porque eu fiquei com ele só uma vez, foi de repente. Ele somente reconheceu a paternidade porque ele não tinha dinheiro para pagar o exame de DNA, por isso”.

Essa entrevistada, em primeira instância, registrou a filha somente em seu nome. No entanto, recorreu na justiça para que o genitor a reconhecesse⁴⁴. Este, por sua vez, insistia na ideia de negar a paternidade. Porém, durante o processo judicial, a reconhece e registra segundo Dalva, por não ter dinheiro para pagar o exame do código genético – DNA.

É evidente que qualquer juiz/a trataria esse caso com delicadeza, pois se tratava de uma mãe que engravidou aos 11 anos de idade de um homem na fase adulta. É muito

⁴³ Abreviatura do nome verdadeiro.

⁴⁴ O reconhecimento ocorreu em janeiro de 2011.

provável que na insistência de afirmar não ser o genitor biológico, o/a juiz/a tenha solicitado que o suposto pai genético, com seus próprios custos provasse o contrário da afirmativa da mãe. A narrativa de Dalva nos leva a concluir isto.

Todas as situações apontadas dão margem a outras discussões não aprofundadas neste trabalho, entre elas a credibilidade na afirmação da mulher mãe – Dalva no caso específico – assegurada pela juíza ou juiz, um avanço numa sociedade na qual historicamente, nas instâncias judiciais, a mulher precisava encontrar meios de provar a paternidade de uma filha/o ilegítima/o.

O parceiro de Irene também teve a mesma atitude. Não reconheceu a paternidade em registro até os 11 anos do filho. Irene afirma que após a gravidez ele desapareceu e, mesmo sabendo que era o genitor, negava tal fato. Na sua narrativa Irene afirma descobrir porque o parceiro não quis se *juntar* com ela e concomitantemente, narra suas angústias pelo afastamento total durante os 11 anos:

Eu descobri depois que ele era um homem casado, mas quantas vezes eu não sentei lá no barranco da casa do meu pai e olhava aquele barco saindo. Aí eu ficava pensando... será que ele vem essa viagem... e ele não voltou mais. Mas assim, eu senti muita falta dele, assim nesse ponto de ser um pai presente, conhecer o filho dele, estar junto comigo ali, porque a gente criar um filho não é fácil, com muita luta dificuldade, às vezes adoce, na doença principalmente nós lembramos muito do pai do nosso filho. Mas é assim mesmo, eu acredito que não fui a única, aconteceu com muitas outras e todas nós sobrevivemos. Quando ele voltou depois de dez anos, ele até chorou muito por ter abandonado o filho, porque na época ele não acreditou que era filho dele (IRENE, 42 a.).

Nesse contexto, percebemos que o genitor biológico se ausenta em primeira instância, com a negação da paternidade. No entanto, existiam outras questões que o impediam de assumir qualquer compromisso com Irene: já era casado, tinha a sua família em Manaus e não quis assumir vínculos paternos com seu filho. Com efeito, Irene que tinha expectativas quanto à parentalidade masculina desse parceiro, ressalta que dele sentiu falta como pai, especialmente nos momentos difíceis que passou com o filho.

Em síntese, os casos da filha da Dalva e do filho da Irene se singularizam pela negativa do genitor biológico quanto à paternidade, ao mesmo tempo em que possuem ligação direta com o vínculo no registro civil. Ancorados nessa perspectiva, percebemos a dificuldade dos homens genitores biológicos em assumir as/os filhas/os tidos fora do casamento. Como analisa Thurler (2009, p. 102), “filhas e filhos de pais casados entre si tem a paternidade estabelecida automaticamente, enquanto crianças filhas de pais não casados entre si têm a paternidade estabelecida – ou não – pelo reconhecimento voluntário ou judicial”. A

marginalização das/os filhas/os se envolve com a representação da procriação estabelecida no âmbito tradicional da família. Se não nascem nesse âmbito, as/os filhas/os são relegados à dúvida e a marginalização por parte do genitor biológico e da sociedade.

O afastamento dos genitores biológicos das/os filhas/os da Eliza e Ana se deu de forma diferente, pois estas optaram pelo desligamento de uma relação com tais parceiros. A primeira assevera: “Quando eu fiquei grávida, eu enjoei dele, eu enjoei dele e aí a gente brigou, ele veio atrás de mim, mas eu não quis mais não, não deu mais, não deu mais” (ELIZA, 17 a.). Já com a segunda, os fatos se deram da seguinte forma:

Foi um processo de desgaste, a ausência dele dentro de casa, com a criança. Ele não me apoiou na gravidez, depois que a menina nasceu também, nem na doença dela, porque minha filha nasceu com um problema no olho. Quando tinha que levar para o hospital, não dava a importância que um pai deve dar para um filho né! Eu via tudo muito estranho e isso foi desgastando o casamento. Aí eu decidi me separar. Quando nos separamos, ele quis voltar, eu não quis. Aí ele foi embora daqui de Tefé, tanto é que ele não viu o nascimento do segundo filho: para ele registrar, eu tive que mandar o documento para Manaus que ele pediu, ali ele registrou e mandou por sedex⁴⁵. Quando o meu filho estava com sete anos, ele o viu pela primeira vez. Sempre que eu ia a Manaus, levava só a mais velha, não levava o menor, sempre não dava para levar ele. Até que um dia eu conseguir levar o mais novo, foi quando ele viu (ANA, 31 a.).

O desligamento do genitor da relação com mãe foi o ponto inicial para o afastamento também com a filha e o filho. Como é possível perceber, as mulheres não satisfeitas com a relação, não se sentem obrigadas a ficar ao lado dos parceiros e se separam. A partir desse fato, as/os filhas/os também perdem a parentalidade do genitor biológico, embora nesses casos específicos as mães não façam nenhuma interferência na aproximação entre genitor e a/o filha/o.

O caso de Joana se processa de forma diferente dos demais. Ela passou a morar com seu parceiro após quatro meses de gravidez. No entanto, ele vai embora e a deixa, com a filha na casa dos pais dela. Na sua narrativa ressalta:

Chegamos a morar juntos, morei com ele mais ou menos sete meses, uns sete meses e aí nos separamos. Morávamos na casa do pai e da mãe dele. No período da gravidez, moramos juntos. Aí teve um momento em que ele começou a trabalhar em campanha política, para um [candidato a] vereador. Aí ele já foi se afastando de nós. O mundo virou a cabeça dele e nos separamos. Mas também teve um motivo, foi que ele teve uma discussão com a avó dele [que morava do lado da casa dos pais dele], o pai dele não gostou e enxotou ele de casa, botou ele para fora de casa e eu saí junto, porque também me senti expulsa. Ele me deixou na casa dos meus pais, não falamos em separação, mas ele não voltou. Ele disse que iria trabalhar para

⁴⁵ Serviço de Encomenda Expressa. É um serviço da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de despacho expresso de documentos e encomendas.

alugar um quarto para nós. Ele não vê nem a filha dele, não vem aqui em casa. A partir do momento em que ele foi embora, passou 06 meses sem vê-la, sem conversar comigo, sem contato nenhum, mas ele já apareceu, mas não quis nem saber mais de nós. (JOANA, 21 a.)

Nos aspectos que levaram ao abandono por parte do genitor é possível percebermos os que Heilborn et al (2005) destacaram, sobretudo a dificuldade dos jovens em coabitar, especialmente porque não estão preparados economicamente. Neste caso específico, os dois não possuíam moradia, dependiam dos pais dele para morar e, quando perdem esse lar, não conseguem permanecer juntos. Assim, o genitor vai embora com objetivo de voltar para agregar sua família novamente, porém esse fato até a efetivação dessa entrevista não tinha acontecido.

Em síntese, a ausência se constrói das mais diversas formas. Recorde-se que houve genitores que não sabiam da paternidade, que negaram a paternidade, acordos de separação entre os parceiros que levaram à ausência como pai, etc. Diante disso, vemos a construção da parentalidade masculina como uma escolha. Nos casos dos parceiros da Eliza, Dalva, Ana, Irene e Joana, eles optaram por não construir os laços de paternidade com essas filhas e esses filhos, pois nada os impedia disso. Somente o caso do genitor do filho de Érica tinha a peculiaridade de nunca ter tido a confirmação da paternidade.

3.2.2 – As marcas da ausência e as escolhas das mães

As *marcas* deixadas pela ausência estão direcionadas às seguintes questões: o que poderia ter sido diferente, na perspectiva das mulheres, se estes genitores estivessem presentes? Quais são as suas escolhas a partir da ausência, quanto à relação entre esse genitor e suas filhas/os?

As respostas às perguntas supracitadas recaem preferencialmente na questão econômica, no entanto, esta resposta não é unívoca. Para algumas mulheres, esses homens genitores contribuiriam para o sustento dentro de casa, pois nesse aspecto há certas dificuldades. Esta contribuição faria toda diferença, pois são mulheres cuja família tem poucas condições financeiras.

No entanto, ao mesmo tempo, algumas dessas mães gostariam que esses genitores estivessem mais presentes na vida dessas filhas/os. Em decorrência desse afastamento, mesmo relatando a dificuldade quanto à questão financeira, essas mulheres não buscam nesses *parceiros* tal ajuda.

A questão financeira aparece enfaticamente na narrativa da Eliza e Joana. Para elas seria diferente se os genitores contribuíssem financeiramente com as despesas da casa e da/o filha/o. Porém, no caso de Eliza, ela também ressalta os cuidados compartilhados. Embora tenha os seus familiares, sendo o genitor presente contribuiria muito. Em sua narrativa enfatiza:

É porque tipo assim, aqui em casa mora eu, meu filho, minha irmã, a mamãe e mais um primo nosso que é pequeno. E assim, só a mamãe que trabalha e tem um dinheiro que meu pai manda para mim todo mês, mas é pouco, não é suficiente. Se ele [genitor biológico] estivesse aqui, ajudaria e muito, acho que evitaria mais problema para a mamãe, assim no negócio do dinheiro para comer, essas coisas. Ajudaria a comprar as coisas do neném. Ele poderia ajudar no negócio de dinheiro para pagar essas coisas de luz, essas coisas assim. Ele também faz falta porque ele poderia cuidar do bebê junto comigo, tipo que ele me ajudasse um pouco na hora que eu fosse almoçar, jantar, fazer outras coisas dentro de casa, essas coisas assim. Eu sei que separamos algumas coisas ele agora não pode fazer, mas ele poderia ajudar com alguma coisa. Mas os pais dele me ajudam, sempre compram fralda para o neném (ELIZA, 17 a.).

Nessa narrativa, Eliza adentra na história familiar para destacar o contexto econômico e a importância da contribuição do genitor biológico para sustentar o filho, pois a única contribuição que recebe da parte do genitor são fraldas doadas pelos avós. Sabemos que uma criança não precisa somente de fraldas, logo, todas as despesas recaem para a família materna. A mãe de Eliza sustenta a casa praticamente só, pois seus pais são separados e a contribuição mensal do seu pai não é suficiente para o sustento da família. Eliza tem mais dois irmãos que não moram na mesma casa que ela. Ambos, já constituíram suas famílias e não contribuem mais financeiramente com a mãe, ficando a cargo desta a maior responsabilidade no sustento da casa. Nesse sentido, ela julga que seria importante a ajuda do genitor de seu filho. Nessa mesma ordem de arguição, Joana (21, a.) também analisa,

Se ele tivesse voltado, para mim seria melhor, porque ele me ajudaria. No meu pensar ele me ajudaria a cuidar dela. As dificuldades seriam menores. As dificuldades, assim financeiras, ele me ajudaria a comprar as coisas para ela, roupa, sapato, ajudaria na alimentação, seria mais fácil. Ele, em um dia que eu falei com ele, disse que queria cuidar dela, queria acompanhar o crescimento, desenvolvimento dela, ele falou que queria me ajudar nas coisas, para eu pedir o que ela precisar, mas eu não peço não. Nunca cheguei a pedir nada não dele. Também assim, se ele estivesse por aqui ela [filha] não teria, vamos supor assim que ela tivesse a presença do pai, futuramente não sentiria a falta do pai. Porque um dia talvez ela sinta né! Até agora não, ele não fez falta, porque ela ainda é muito criança. Portanto, no momento, para mim, ele não faz falta. Antes estar sozinha do que mal acompanhada. Hoje, nem para mim, nem para ela, tem a dificuldade financeira, mas superamos. Agora não sei futuramente se ele vai fazer falta para ela, eu creio que sim.

Joana também mora com a família (que compõe o caso desse estudo, apresentado no item 3.3), que a sustenta, juntamente com sua filha. Contudo, também narra às dificuldades financeiras que poderiam ser amenizadas caso o genitor biológico contribuísse com a criação da filha. Porém, Joana é enfática quanto à possível *falta* que a filha sentirá desse genitor ausente, que hoje ainda não sente. No entanto, nessa narrativa temos um dado importante, que é o fato de, mesmo na necessidade econômica, Joana não ir atrás do genitor. Ela deixa a critério dele contribuir ou não: como deixou evidente, ela nunca foi atrás.

Em face do que foi exposto por Joana, percebemos outra ligação dessas mães, filhas/os, genitores e registros civis. No caso dessa entrevistada, como a paternidade da sua filha é reconhecida em registro e o genitor é ausente na vida cotidiana, à mãe caberia a possibilidade de recorrer a um processo judicial, solicitando pensão alimentícia para sua filha. Como ficou evidente, ela opta por não ir atrás desse *direito*. Nesse aspecto, cabe aqui ressaltar a narrativa da Ana, que também faz essa opção,

os dois filhos são registrados normais, todos no nome dele, mas também eu nunca coloquei na justiça não, nunca quis. Na minha concepção, o pouco que eu tinha dava pra gente se manter. Só que ninguém compra o amor, essa parte eu queria que ele desse pra as crianças, não deu, a outra parte só financeira também não quis não (ANA, 31 a.).

Quanto às marcas da ausência ela ressalta,

Para mim, ele não faz nenhuma falta. Eu acho que se eu estivesse com ele seria diferente para o lado pior, eu acho, porque com ele a minha vida só fazia era atrasar: não deixava estudar, quando eu quis estudar ele não deixou mais, ele só fazia empatar um pouco. Foi melhor depois da separação. Mas para as crianças eu acho que faz falta sim, principalmente dia dos pais que eles ficam comentando. Mas no processo de crescimento deles não foi uma coisa impactante não, estão estudando normal, não repetiram de ano nenhuma vez. Mas a minha filha, logo após a separação, ela tinha dois anos e meio, entrou em depressão na época. Ela passava o dia todinho na porta, esperando ele chegar na escada, não queria comer, ficava o tempo todinho na escada, dava meia noite tirávamos ela – e ela chorava, porque queria estar na porta esperando ele. Ela ficou bem magrinha, foi para o soro. Mano naquela época não foi fácil não, ela ficava [e dizia]: não papai, vem me buscar. Ela amava aquele pai, ele não dava tanto amor assim pra ela, mas ela era louca por ele (ANA, 31 a.).

As escolhas das mães são importantes para percebermos que as mulheres encontram estratégias no contexto familiar para criar esses *filhos da mãe*, não ficam na dependência do genitor. Porém, o que fica evidente é que essa cobrança quanto à ajuda, não significa que estas mulheres não tenham condições financeiras para nada, mas sim que, se o parceiro contribuísse, as coisas melhorariam. Percebemos também que nos casos de Joana e

Ana, elas se preocupam com a construção da parentalidade entre as/os filhas/os e o genitor, pois acreditam que a ausência pode afetar de forma negativa as/os filhas.

A esse respeito, Dalva, Érica e Irene entendem a ausência como abandono, na primeira instância, como já evidenciamos. Nesse sentido, para elas esses homens fizeram falta na ausência do companheirismo, desde a gravidez até a criação da/o filha/o. Este último caso é evidenciado na narrativa da Irene, que gostaria que o pai fosse mais presente e ajudasse nos momentos difíceis. Dalva e Érica não relatam nada em específico sobre a possível falta gerada pela ausência do genitor, mas se sentem abandonadas. Dalva destaca: “ele [o genitor biológico] já me fez tanto mal, que eu desejava a morte dele. **Que mal que ele fez? Podes relatar?**”⁴⁶ De me engravidar e me deixar sozinha”. Dalva vê o abandono como uma maldade por parte do parceiro, derivando daí todo o rancor que sentiu por ele. Na mesma perspectiva, temos a concepção da Érica, que se sentiu abandonada *no momento que ela mais precisou* como já aferimos no item anterior.

Na circunstância da ausência, essas mulheres divergem quanto à aproximação entre as/os filhas/os e os genitores. A ausência é encarada de diferentes formas por essas mulheres e isso caracteriza de certa forma, como elas percebem esses *parceiros* que as engravidaram e não criaram laços parentais, embora ausentes, alguns não estão distantes. As mulheres, na sua grande maioria, sabem onde eles moram e de alguma forma falam com eles. Nesse sentido destacamos as suas narrativas quanto ao contato com esses genitores:

Só quando eu encontro ele na rua, às vezes, de vez em quando né? Mas eu falo com ele normal, se ele vier falar comigo (JOANA, 21 a.). Eu tenho o número dele, mas eu evito o máximo possível, só quando é alguma doença das crianças aí eu ligo avisando, mas também não dá jeito nenhum, porque ele não faz nada. É está bom, só diz assim (ANA, 31 a.). Eu tenho contato sim com ele, de vez em quando ele até vem aqui ver o filho dele. Não tenho problema com ele não, tudo é coisa do passado (ELIZA, 17 a.). Eu encontrei ele nas audiências de reconhecimento da paternidade. Mas é ruim porque eu não gosto de falar com ele. Ele vem falar comigo e eu vou de ignorância com ele. Eu mando ele ir embora, porque não é para mim estar de confusão. (DALVA, 17 a.). Olha a gente quase não conversamos, porque ele mora em Manaus eu moro aqui em Tefé. É muito difícil a comunicação, mas hoje em dia nos damos bem, conversamos. Ele se dá bem com o filho também. Eu sempre tive esse pensamento, que um dia se ele quisesse conhecer o pai, eu nunca iria impedir (IRENE, 42 a.).

Essas narrativas mostram as formas de contato que essas mulheres têm com os genitores e como reagem a isso. De forma tranquila e sem mágoas são os contatos entre Eliza, Joana, Irene e seus *parceiros*, elas não demonstram rancor quanto a eles na atualidade. Na

⁴⁶ Pergunta feita pelo pesquisador.

contramão disso, Dalva e Ana ratificam insatisfação com os genitores de suas/seus filhas/os, seja pela magoa que guardam em relação ao abandono na gravidez, no caso da Dalva, seja pela omissão de compromisso nos cuidados e atenção para com a filha e o filho, no caso da Ana. É evidente que Érica não aparece nas narrativas, pois não tem contato nenhum com o *parceiro*. No entanto, ela sinaliza o rancor em relação a ele, justificada na inferência sobre uma possível possibilidade de o filho conhecer o genitor biológico, em seu depoimento destaca:

Mano pra mim todos os filhos tem direito de conhecer o pai, mas eu não quero, mas se um dia ele quiser vamos no que vai dar. Tu sabes por que eu não quero? Porque, como eu já disse, na hora que eu mais precisei dele, ele foi embora. Então por mim não, mas se um dia ele quiser conhecer, quiser conhecer o pai. Talvez um dia, se qualquer coisa acontecer, ele vai ter como saber quem é o pai dele, hoje em dia a ciência está muito avançada, faz um teste de DNA né? (ÉRICA, 20 a.).

Diante disso, percebemos que por sua vontade o filho não conheceria o genitor biológico. No entanto, caso o filho venha questionar essa paternidade ela ressalta que não será contra, pois em sua opinião todas/os as/os filhas/os têm direito de conhecer o *pai*. A esse respeito outra entrevistada, Dalva, também não gostaria que a filha tivesse qualquer aproximação com o genitor. Suas justificativas correspondem à dificuldade de aceitar o abandono do genitor.

Na contramão dessas duas entrevistadas, as outras quatro não manifestam qualquer opinião de negação quanto à aproximação do genitor com a/o filha/o. Ancorados nessa perspectiva, percebemos que essas mães até gostariam da presença do genitor biológico, para que isso não se torne, em suas concepções, um problema no futuro próximo para esses *filhos da mãe*.

Portanto, vemos concepções díspares quanto à *falta* na ausência, o relacionamento do genitor com a mãe e a opinião desta quanto à aproximação entre genitor e filha/o. Cada mulher mãe encara esse fato em sua vida de forma específica, porém alguns pontos convergem em igualdade. Nesse aspecto da igualdade, constatamos que essas filhas e esses filhos não ficaram sem pais, a paternidade enquanto função foi exercida por outros agentes, bem como com a ajuda familiar, que dá outro tom à concepção dos estudos sobre mães solteiras. Assim, ser mãe e ao mesmo tempo solteira, não significa estar sozinha e abandonada – o que passaremos a discutir abaixo.

3.3 – A vida com maternidade solteira: estratégias e soluções para a ausência

A maternidade teve ação transformadora na vida dessas mulheres. Em suas narrativas, elas destacam as mudanças de comportamento, privações e transformações psicológicas ou amadurecimento, na forma de ver o mundo. Os comportamentos tiveram que mudar devido aos cuidados com a/o filha/o. A forma de pensar, também, pois a partir do nascimento, não poderiam mais pensar de forma individual. As mudanças são recorrentes na vida das jovens mães, Witter e Guimarães (2008) em pesquisa com 22 mães adolescentes chegaram ao seguinte dado; “68,1% das adolescentes afirmaram que *a gravidez mudou* tudo em suas vidas, 9,0% afirmaram que a gravidez *não mudou nada*, não mudou quase nada, mudou a responsabilidade, e, com o percentual de 4,5%, *que mudou a relação com a família e a escola*” (p. 555).

No caso específico da Joana, a maternidade lhe trouxe uma satisfação pessoal. Assim, após todos os transtornos iniciais, ela vê na filha certo preenchimento na sua vida. Em relação a esse acontecimento certifica:

É antes assim, vamos supor eu me sentia um pouco só. Às vezes eu me sentia tão só e eu estudava e tudo, mas me sentia só. Com o nascimento da minha filha, minha vida mudou um pouco, eu não estou estudando no momento e nisso acho que me prejudiquei, mas ela trouxe alegria pra minha vida e trouxe... Ai! Não sei não (nesse momento a entrevistada chora) até agora ela é minha alegria (JOANA, 21 a.).

A maternidade preenche o vazio de sentir-se só. Assim, Joana destaca que o nascimento da filha lhe trouxe alegria, embora a gravidez tenha contribuído para que ela não seguisse na escola. Decorrendo desse fato, temos a análise de Mota (2011, p. 34), para quem a gravidez na adolescência e juventude “habitualmente trata-se de uma gravidez não planejada, mas que pode progressivamente tornar-se aceita; o bebê antes do nascimento tem uma função narcísica, preenchendo um sentimento de vazio afetivo, característico do mundo interno das adolescentes e jovens”.

A privação de algumas coisas foi inevitável, pois a maternidade fez com que as mulheres se dedicassem muito aos cuidados com as/os filhas/os, embora elas recebam ajuda dos familiares, a elas cabe a maior dedicação, pois como destaca Maués (2004, *apud* CARDOSO, 2010) o comportamento de cuidado compartilhado entre os familiares, varia em algumas horas, uma manhã, uma tarde, uma noite, ou permanente, todos os dias, mas não de

forma integral. Confirmando tal inferência, temos a resposta de Eliza (17 a.) quanto ao que podia fazer antes, mas que não pode mais depois de ser mãe,

sair, eu saía no final de semana, eu pedia da minha mãe ela deixava, qualquer canto que eu fosse ela permitia. Sair com meus amigos, isso eu podia, agora eu não posso mais, agora eu não posso porque tem que cuidar dele, se eu sair não tem que demorar. Todo o meu tempo eu dedico a ele, todo tempo eu to do lado dele, mas eu gosto!

A liberdade de sair foi o foco da narração da Eliza. Desse modo, destaca que antes da maternidade podia sair nos finais de semana, passear com os amigos, etc. com o nascimento do filho isso ficou restrito. Ela também destaca que agora vive para cuidar do filho, mas que não se importa.

As mudanças nos modos de se comportar diante da vida também são percebidas pelas mães. Nessa perspectiva, Irene infere:

A vida de uma mulher muda muito quando ela se torna uma mãe. Pra mim foi assim, quando eu não era mãe eu *tinha uma cabeça* e quando eu fui mãe eu *tive outra cabeça*. Eu acho que a mulher ela madurece mais, ela tem mais responsabilidade, ela começa ver o mundo de outra forma, assim mais responsável (IRENE, 42 a.).

Irene percebeu que sua forma de pensar mudou com a maternidade. Assim, afirma que se sentiu mais madura e responsável. Nessa mesma perspectiva é a apreensão da Ana, para quem as responsabilidades cresceram, inclusive tendo que trabalhar para contribuir no sustento da sua filha e do filho. Ela narra:

Bom, mudaram muitas coisas. Antes, a minha mentalidade era só de sair, curtir e passear, sem ter aquela obrigação de ter alguém para cuidar e para educar. A partir do momento que nasce minha primeira filha, mudou tudo na minha visão. Assim, eu tenho uma pessoa que, bem ou mal, eu tenho que educar, tentar criar, dar uma estrutura para aquela criança. Mudou aquela minha visão, não pensava só em sair e curtir não, tenho que trabalhar porque agora eu tenho alguém que depende de mim, tenho que dar exemplo para os meus filhos. Se eu mando estudar, então eu tenho que estudar. Eu tenho na minha cabeça assim, mostrar um exemplo para os meus filhos. Mudou minha visão, antes não pensava assim, depois que ela nasceu, eu nunca tinha trabalhado, tive que trabalhar (ANA, 31 a.).

Para Ana as mudanças também são marcantes quanto à forma de ver a vida. No entanto, aparece um dado interessante quanto à maternidade na vida dessas mulheres: o trabalho formal, caso recorrente na vida das mães adolescentes e jovens (MOTA, 2011; WITTER e GUIMARÃES, 2008). Irene e Ana foram as únicas que, após a gravidez, começaram a trabalhar para sustentar as/os filhas/os. Tanto que na narrativa de Eliza, acima, ela destacou a dedicação exclusiva ao filho. O mesmo é válido para Dalva, Érica e Joana. A

primeira atualmente trabalha, no entanto, a maternidade não a impulsionou a isso, a contribuição financeira da família é fundamental.

É plausível pensarmos que ser mãe solteira exige, eventualmente, soluções adaptativas diferentes daquelas usadas por mães casadas. No entanto, no caso específico da Amazônia e delimitado ao espaço geográfico do município de Tefé, constatamos especificidades como a destacada anteriormente, que desconstrói a ausência do genitor como um impacto negativo na vida da mulher. Constatamos que elas não estiveram sós, abandonadas, nem marginalizadas pela sociedade local, como afirmaram nas entrevistas. Muito embora tenham se sentido sós e inseguras na descoberta da gravidez.

Maternidade solteira tem um caráter histórico tanto no âmbito científico, quanto do senso comum de ser vista sob uma perspectiva negativa. Há pesquisadores que demonstram esse fato, pois em suas pesquisas constataam essa negatividade, tais como (SOUZA 2002, FERRARI, 2001, AMORIM, 1992 *apud* MARIN, 2005 e MOTTA, 2001).

Souza (2002 *apud* MARIN, 2005) destaca que a gravidez sem planejamento geralmente incorre na ausência do *pai*. Nos depoimentos de suas entrevistadas, identificou temas referentes à desumanização, preconceito, estigma, solidão, humilhação, pobreza e desamparo, aspectos que apontam para uma vivência negativa da maternidade solitária.

Ferrari (2001 *apud* MARIN, 2005), fez uma comparação entre mães solteiras e mães casadas, chegando à conclusão de que a experiência da maternidade foi mais sofrida para as mães solteiras, que relataram sentimentos de tristeza, ansiedade e revolta.

Amorim (1992 *apud* MARIN, 2005), por sua vez, aponta outra questão: ser solteira mãe, incorre em preconceito no Brasil, pois há uma tendência de ver o casamento como real destino feminino, implicando em discriminação o fato de ser solteira e mãe.

Por fim, Motta (2001, p. 51) afirma que “historicamente a presença de uma gravidez não desejada passa a ser resolvida com o infanticídio, o abandono ou a *exposição* da criança, e as mulheres que permaneciam com seus filhos eram marginalizadas nas sociedades urbanas ocidentais”.

Esta última autora, que fez sua pesquisa com mulheres que entregaram a filha/o para a adoção na cidade de São Paulo constatou ainda que,

quando gravidezes não planejadas ocorrem, as mulheres que não preenchem alguns requisitos [morais e sociais] encontram-se fora não só das normas como também das margens da sociedade aceitável. Faltando-lhes poder e *status* para definir regras,

muitas jovens solteiras encontram sua esperança de voltar à sociedade normal ocultando e entregando seus filhos não planejados (p. 108).

Algumas regras morais não aceitam as mães solteiras. Esta autora constatou que muitas entrevistadas estavam literalmente sós. Assim “muitas referiram que se tivessem companheiro talvez ficassem com a criança. Outras pensaram em entregar o filho que esperavam em adoção logo após terem sido abandonadas ou terem deixado o companheiro” (p 155), esses são casos bem contundentes do abandono e da solidão que, não deixa brechas as mães, a não ser entregar a/o filha/o para adoção. Nesse sentido, temos os contextos históricos das filhas e dos filhos abandonados no Brasil, na *roda dos enjeitados* (THURLER, 2009), situação que ainda prevalece em alguns contextos como destacou a autora acima citada.

A organização familiar estruturada pela ordem capitalista também contribui com esse estigma. Em relação a isso, Bruschini (1989, p. 02) ressalta que há um padrão para as organizações familiares na sociedade moderna. Segundo ela,

o isolamento da família nuclear moderna acentua o peso do papel da mãe, na medida em que esta não conta com parentes para ajudar e o marido se encontra fora trabalhando. Apesar de não ser de todo incomum encontrar um dos cônjuges sozinho ou o parente de um deles, pai ou mãe, irmão ou primo, vivendo com a família, este arranjo seria estatisticamente secundário, fugindo aos padrões familiares considerados típicos da sociedade moderna.

Nesse sentido, não há espaço para o compartilhamento das responsabilidades nas sociedades economicamente desenvolvidas. A estrutura familiar tem um padrão individualista e isolador, na qual nem sempre os parentes estão juntos ou próximos para se ajudarem, muitas vezes não tendo como dividir as responsabilidades dos cuidados com a/o filha/o. No entanto, para o interior da Amazônia ainda é possível percebermos os laços de comunidade, muito presentes na Amazônia profunda em sua forma de sobrevivência. Nesse aspecto Wagley (1988, p. 52) destaca que,

Os laços de família frequentemente constituam fator importante para determinar a moradia das pessoas de um bairro e para assegurar a assistência recíproca entre os habitantes, tais bairros não são grupos de família, como não são grupos sociais de clã. A residência em comum, a amizade e o *parentesco espiritual* entre padrinho e afilhado constituem vínculos tão forte quanto os de parentesco real entre esses vizinhos.

Embora Wagley se reporte a uma Amazônia distante em relação ao tempo, essa questão ainda tem representatividade hoje. Para Silva (2013), “famílias comunitárias, sejam elas de tradição indígena ou não, essas famílias na verdade, elas são ainda predominantes [na

Amazônia]”⁴⁷. Desse modo essas famílias, dão outros sentidos para a configuração dos *filhos da mãe*.

É acompanhando essa lógica de argumentação é que, contrapomos esse abandono, pobreza, sofrimento (SOUZA 2002; FERRARI, 2001; AMORIM, 1992 *apud* MARIN, 2005, MOTTA, 2001), em relação à Amazônia e com os dados das mulheres de Tefé, ou seja, os laços de solidariedade encontrados no âmbito familiar e de vizinhança que dão outro sentido à ausência estigmatizada pela sociedade ocidental.

O conturbado período de aceitação no momento inicial da gravidez, todas as dúvidas e medos fazem parte do passado dessas mulheres. As dificuldades normais da vida de qualquer ser humano persistem. No entanto, elas encontraram as soluções possíveis para lidar com a ausência.

Cabe, aqui, ressaltarmos novamente o impasse entre o registro civil e a vida prática, pois os acordos feitos com afeto são bem diferentes dos acordos judiciais. Pela ótica estatal, todas/os essas filhas e filhos do Brasil com ausência do genitor no registro – que não deixa de ser um aspecto de cidadania incompleta – não tem *pai*. No entanto, o que eles não têm é o genitor biológico, já que a paternidade enquanto função pode ser construída por qualquer indivíduo (SILVA, 2010; PARSEVAL, 1986).

Diante disso, é perceptível que, quando o genitor *sai de cena* entram outros atores para atuar como pais. Nos casos dessas mães solteiras de Tefé todas/os as/os filhas/os têm um ou mais homens na função de pai. O biológico e o oficial ficaram em segundo plano, pois na organização familiar a paternidade ganha novos contornos: tios, avós e outro parceiro exerceram e exercem a função de cuidador, provedor, etc.

Os avós são os que prevalecem como substitutos dos genitores. Desse modo, as/os filhas/os da Irene, Érica, Joana e Ana possuem assegurada a paternidade na figura do avô materno: no caso dos filhos da Ana, a figura paterna também é assumida pelos tios. O filho de Eliza tem, em específico, um tio nesta função. A filha de Dalva tem a paternidade assegurada pelo padrasto, pois após oito meses do seu nascimento, a mãe se casa e seu parceiro assume a função de pai.

⁴⁷ Frase transcrita, da arguição da Prof^a Dr^a Marilene Corrêa da Silva, no meu exame geral de qualificação, que ocorreu em 05/08/2013 na sala de reunião do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas.

O lugar deixado pelo genitor biológico não fica vazio, como é expresso pelas mães. Os novos pais não são escolhidos por mero acaso, mas por estarem atuando na função. Nesse sentido, Eliza narra: “olha mano, eu vejo o meu irmão, como sendo o pai dele. Por ele dar as coisas também, ele ficar sempre do lado dele, dar carinho pra ele. Meu irmão mora aqui atrás de casa e sempre ele está por aqui. Então assim, eu acho que é o mesmo que ser um pai para o meu filho” (ELIZA, 17 a.).

O apoio do irmão faz com que Eliza o considere como um pai para o seu filho. Desse modo, ela destaca que as funções exercidas pelo irmão, tais como contribuir com alguma coisa material, ficar sempre ao lado e dar carinho fazem com que ele represente a figura paterna já que o genitor biológico é ausente. A esse respeito, Joana também destaca esses aspectos, porém com a figura do avô. Conforme ela ela: “o meu pai considero assim, ele como o pai dela também, porque ele me ajuda com ela. Então, o meu pai é como se fosse o pai dela, mesmo sendo o avô” (JOANA, 21 a.).

O avô nesse caso que tem a função de pai. Nesse sentido, a paternidade é representada a partir do compromisso de provedor e do afeto que o avô tem em relação à neta. Nesse aspecto, é importante percebermos que o avô geralmente é a figura masculina mais próxima, pois as mulheres geralmente continuam morando com os pais. Desse modo, a paternidade também é construída enquanto função, pelo espaço físico que as/os cerca. Porém, essa função também vai além desse espaço, pois no caso dos filhos da Ana a função da paternidade é exercida tanto pelo avô quanto pelos tios, embora ela deixe claro aos filhos a paternidade biológica. Nesse sentido ela afiança,

O avô, que é o meu pai, é como se fosse o pai deles, mas eles chamam de avô, porque eu sempre deixei claro que é avô. É criado como pai, mas chamam de avô. Sempre deixei bem claro na cabecinha deles: teu pai está longe, mas é teu pai, nunca os coloquei contra o pai. Ah, os meus irmãos também, assim quando tem que pegar o boletim no colégio que a mamãe não pode ir nem eu, porque estou trabalhando eles vão ao colégio, fazer matrícula, às vezes levar no hospital, eles levam e o meu pai também a mesma coisa. Contribuem financeiramente, também quando eu não posso, eles vão lá ajudam é uma família assim, que se não fosse a família não teria conseguido (ANA, 31 a.).

Nessa perspectiva, a ajuda e a paternidade enquanto função que é exercida pelo avô e tios, são os focos da narrativa sobre a questão para a solução da ausência. Cardoso (2010, p. 99) ressalta que “a ausência do *pai* [genitor biológico] não significa necessariamente falta de autoridade paterna no cotidiano dos pequenos, pois o avô ou até mesmo um tio tende, de alguma forma, a assumir essa função”. Ana também destaca a contribuição de toda sua

família nessa criação. Não somente Ana, mas todas as entrevistadas tiveram esse apoio fundamental, segundo suas narrativas. Somente Dalva teve o problema inicial de aceitação do seu pai, no entanto, em seguida, ele foi fundamental na criação da neta. Desse modo, destacamos a ajuda assegurada por uma *rede* de solidariedade entre essas mães e seus parentes, na criação dos *filhos da mãe*.

Mãe, pai, irmão, cunhada, vizinhos, são os agentes que contribuíram ou contribuem com a criação dos *filhos da mãe* no ambiente que cerca essas seis mães solteiras de Tefé/AM. A contribuição consiste em ajuda nos cuidados, na moradia, na alimentação, vestimentas, etc. Confirmando tal constatação, temos a narrativa da Ana, que mostra a família nas mais diversas formas de ajuda, nessa rede de solidariedade. Para ela,

Se não tivesse a minha família, principalmente meu pai e minha mãe, teria sido muito difícil, porque com a ajuda dos meus pais eu quase não senti falta do marido e do pai, porque eu tinha apoio para tudo: para estudar, trabalhar, sair, ficar com as crianças. Eles foram os grandes esteios da minha vida a partir do nascimento dos meus filhos. Logo quando nasceu a minha filha, quando eu saí do hospital, fui para a casa da minha mãe, aí os meus irmãos praticamente foram morar no quarto que eu estava com o bebê. Eu fiquei 15 dias de resguardo na casa da minha mãe. Um atava a rede por cima do colchão, outros dormiam do lado, não saiam de perto do bebê, foi a primeira neta, aí foi querida por todos. Aí tinha dia que um dava banho, no outro dia já era o outro, assim era. Eu quase não pegava na criança, só pra amamentar mesmo, era disputado o bebê, todos os irmãos – porque eu sou a única filha mulher e quatro homens – quando nasceu uma menina todos os tios ajudavam em tudo. Do segundo, do mesmo jeito eles disputavam essa função, até mais que a menina, pelo fato de eu já estar separada, já fui morar com a minha mãe, desde o primeiro mês da gravidez. Eu fui para lá e eles acompanharam mais, parecia que era eles que estavam grávidos junto comigo. Ainda hoje eu moro junto com minha mãe, e eles assim vão ao colégio, vão à reunião de pais e mestres junto comigo: se não vai um, porque não pode, vai o outro. É sempre assim, sempre estão ajudando e conversando. Quando eles veem que eles estão fazendo alguma coisa errada, eles vão lá conversar com eles e eles dois respeitam muito os tios é como se fossem pais (ANA, 31 a.).

O pai, a mãe, os irmãos estiveram presentes e se responsabilizaram pela criação dos filhos da Ana. Nesse sentido, ela se mostra agradecida pelo apoio familiar. Assim, ressalta que o apoio foi fundamental para amenizar ou nivelar a ausência do genitor biológico. Nessa mesma perspectiva foi a narrativa da Joana (21 a.), segundo ela,

Existem pessoas que me ajudam até hoje, eu agradeço a Deus por isso. Aí eu acho que é esse apoio que não me faz sentir falta dele [genitor biológico], eu me sinto segura assim com eles, me ajudam no que for preciso. Assim, quando eu quero fazer alguma coisa eles ficam, eles nunca negaram nada. Eles dão roupas, dão sapatos para minha filha, eles me ajudam, assim, bastante. Quando eu peço para eles ficarem com ela, para cuidar dela enquanto eu estou muito ocupada eles ficam, eles agradam, dão carinho, nunca negaram nada, não para ela. É a alegria da família, vamos supor assim. Em nenhum momento me deixaram, eles sempre me apoiaram desde o princípio. Eles me apoiaram, me deram muitos conselhos, só pra evitar mesmo outros filhos – e se caso eu quisesse ter outros filhos que procurasse um

companheiro de boa índole né! Que fosse companheiro mesmo, fosse uma boa pessoa, trabalhasse, tudo isso (JOANA, 21 a.).

O agradecimento pelo apoio é o reconhecimento pela solidariedade demonstrada em todos os momentos. Assim, Joana se respalda em tudo o que os pais fazem para ajudá-la a criar a filha, também ressalta os conselhos para que outra gravidez não possa ocorrer e incorrer na mesma situação em relação ao genitor.

Ainda quanto ao apoio familiar, no caso da Dalva e sua filha além de contar com o apoio de sua avó e do seu pai também teve a parceria do novo companheiro, como assevera:

Sobre a criação papai que conversava comigo, como era para ser, como era para mim cuidar dela, ele e a vovó. Depois de 08 meses que ela nasceu eu me casei com esse meu marido. É ele hoje, o meu marido, que cuida dos meus filhos, até mesmo porque agora eu estou trabalhando. Quem fica mais com eles é o pai deles, quando eu chego é de noite e já estão todos dormindo (DALVA, 17 a.).

Portanto, constatamos que há uma rede solidária em torno dos *filhos da mãe* nos casos de Tefé. Assim, destacamos que, embora a amostra dos dados seja pequena devido à opção pela técnica qualitativa, esses dados nos remetem à estruturação histórica da família na Amazônia e podem nos dizer muito sobre a realidade das mulheres que se tornam mães e cujo genitor biológico não constrói a parentalidade.

Acompanhando essa lógica de argumentação, destacamos um trecho das anotações do caderno de campo. Não pretendemos aqui nos equiparar ao etnólogo Roberto Da Mata⁴⁸, mas acreditamos que essa anotação de campo seja o que ele denominou como sendo o momento da *descoberta etnográfica*. Ele define que esta descoberta se dá “quando o etnólogo consegue descobrir o funcionamento de uma instituição, compreende finalmente a operação de uma regra antes obscura” (1978, p. 31). Nesse sentido, como é possível perceber no decorrer do trabalho, não estamos caracterizando nossa pesquisa em sua estrutura geral metodológica como etnológica. Apenas estamos mostrando uma explicação possível de uma *descoberta* que vemos como a chave para entendermos os impactos negativos da ausência, como ilusão. Assim, transcrevemos o trecho do caderno de campo, escrito em novembro de 2013 em Tefé/AM:

Dois fatos importantes aconteceram nas minhas visitas à casa da Eliza. O primeiro foi em um domingo à tarde quando eu fui fazer a entrevista com ela. Quando cheguei e ela não estava, havia saído para a praia, eu fiquei a aguardá-la. Seu filho

⁴⁸ Roberto Da Mata faz essa mesma descrição para conceituar a descoberta etnológica. Na ocasião ele usa seu caderno de campo para mostrar a descoberta de como operava a regra da amizade formalizada entre os Apinaye.

começou a chorar, seu irmão (tio) e sua cunhada começaram a agradá-lo, no entanto, ele não parava de chorar. Foi aí que a cunhada que é mãe de uma criança de dois anos começou a amamentá-lo, pois a causa de seu choro era fome. Como sua mãe não chegava a cunhada foi quem ajudou a acalmá-lo alimentando-o com o leite dela. Em outra visita também em um domingo, cheguei por volta de 13 horas em sua casa, ela estava almoçando junto com sua mãe e sua irmã e quem cuidava de seu filho para que ele pudesse almoçar era um primo dela que mora na casa ao lado da sua. Esses são fatos que mostram uma rede de cuidado, junto com a mãe solteira, que não tem ou teve a ajuda do companheiro. Existem parentes e vizinhos que de certa forma estão por perto fazendo parte dessa rede solidária que ajuda a criar esses filhos da mãe.

Nessa perspectiva de ajuda, solidariedade e família, decidimos trazer para os dados o caso da família de uma das entrevistadas. Buscamos contextualizar esse acontecimento na perspectiva de outros agentes, que apresentamos a seguir.

3.3.1 – Uma família e dois casos

Os pais de Joana foram os entrevistados para compor o quadro de dados sobre a família. Eles foram escolhidos pelo fato de, há duas gerações, cuidarem de netos *filhos de mães*. As gerações são representadas pela filha mais velha, que teve o primeiro filho há 28 anos, além de Joana, que foi mãe recentemente. Apresentamos a seguir algumas características desses pais.

Os pais de Joana, por serem casados durante toda a vida, possuem dados semelhantes. Somente a idade os diferencia: possuem poucos anos de estudo formal, são aposentados, tiveram sete filhas/os, dos quais apenas Joana e outra irmã moram com eles. Criaram/criam dois netos de filhas diferentes, que não tiveram a paternidade construída pelos genitores biológicos. O primeiro neto, hoje, é independente e já formou outra família. Logo, moram na mesma casa somente cinco pessoas.

No Brasil, de modo geral, os avós estão cuidando mais dos netos, seja de forma integral ou parcial, especialmente pela expectativa de vida que tem aumentando nas últimas décadas. Uma das causas que levam os avós a se responsabilizarem pelos netos é a gravidez precoce e conseqüente despreparo dos pais para cuidar das/os filhas/os (LOPES, NERI e PARK, 2005 *apud* CARDOSO, 2010). É nesse aspecto que se enquadra este caso de Tefé, no entanto, os casos apresentam peculiaridades quanto às formas do acontecimento. O primeiro neto, que é considerado filho, nasceu quando sua mãe tinha 15 anos. Ela nunca procurou o genitor biológico. Dois anos após o nascimento do filho, ela se casou e os avós não permitiram que ela levasse o filho. A segunda neta é criada por eles, juntamente com a mãe (Joana). A avó a considera neta e o avô filha.

A notícia da gravidez das duas filhas é recebida com angústia. Esses avós relatam que se sentiram tristes com a situação, envergonhados, sendo difícil entender a situação nos primeiros momentos. Destacamos a narrativa da avó, quanto à gravidez da primeira filha:

Quando ela saiu gestante, ave Maria! Fiquei muito triste, muito triste mesmo, porque eu não esperava esse neto ainda para mim criar (nesse momento a entrevistada chora). Ela era muito novinha, ela tinha 15 anos, mas se a sorte dela foi essa, precisamos nos conformar e ajudá-la, quem tinha que ajudar éramos nós. Criamos, mandamos ensinar até onde nós pudemos e está aí (JÚLIA, 65 a.).

O impacto também ocorre com a segunda filha, tanto da mãe quanto do pai. Os pais não esperavam que elas ficassem grávidas, mas ao mesmo tempo destacam a solidariedade para com as filhas. Narraram que as filhas não foram tratadas com indiferença após a gravidez: do mesmo modo que eram antes, foram tratadas depois, ao mesmo tempo em que estiveram acolhidas com seus filhos.

Assim, após o nascimento esses avós se tornam grandes contribuidores na criação desses dois netos. Como já ressaltado, o primeiro tornou-se filho: a segunda tornou-se somente para o avô. Estes contribuíram e contribuem com carinho, amor, despesas materiais, etc. Essas filhas e netos jamais foram desamparados pelos familiares, como destacam os avós:

Ah, eu agrado, fico para a mãe fazer algum serviço, tudo isso faço, eu carrego ela, vivo carregando. Quando eu chego da rua, que às vezes eu saio, mas quando eu estou aqui quase toda hora eu fico cuidando dela. Do primeiro, como eu trabalhava muito nas roças, no lago, porque morávamos no interior nessa época, eu só ficava mais no final de semana, mas eu trabalhava, o leite dele nunca faltou (JOÃO, 70, a.).

Nós cuidamos bem das duas, essa de agora, quando é possível cuidar, eu cuido, quando não é a mãe, é o avô, é todo mundo. Desde o nascimento dela, eu dava banho, lavava roupa, fazia o almoço, o jantar, a merenda para a mãe dela, porque ela estava de resguardo né! Cuidei bem dela. Já do outro, eu cuidava dele assim, porque eu dava banho, o ajeitava todinho para mãe no resguardo, aí quando ela já pôde cuidar dele, ela que tomava conta. Quando ela tinha alguma coisa para fazer fora de casa, eu ficava com ele, ir pra festa, ela gostava de ir pra festa, nós levávamos. Eu tomava conta a noite todinha do garotinho, ela ia dançar, dançava, dançava, quando era madrugada ele acordava e começava a chorar e eu a chamava. Nós procurávamos a cozinha, pois ela tinha vergonha de amamentar na frente das pessoas, lá que ela dava o peito para ele, aí pronto dormia até de manhã. Nós cuidávamos bem dele, eu, ela e minha outra filha pelo meio também que já era mocinha (JÚLIA, 65 a.).

O cuidado torna-se um ponto chave na narrativa dos avós em relação à contribuição da criação destes netos. Assim, narram como as tarefas eram/são divididas, entre, avó, mãe, avô e irmãos. Em relação ao primeiro neto, a avó atuava mais nos cuidados junto à mãe, enquanto o avô, por trabalhar fora de casa tinha menos contatos físicos. Sua função era de provedor e sustento desse neto. Já com a segunda, os dois são bem atuantes nos mais

diversos cuidados. Construíram a maternidade e paternidade do primeiro neto e da segunda, embora somente o avô assevere que se vê como pai.

Diante do fato destacado, a relação entre os avós e o genitor biológico é marcada por afastamento e desconhecimento. Somente a avó conheceu o genitor do primeiro neto, o da segunda, os dois conhecem. Porém, com nenhum tiveram relações próximas, guardam certas mágoas destes sujeitos. Quanto ao genitor da última neta ressaltam:

Eu conheço o pai da N⁴⁹. Conheci e bem, só que parece que ele não quer prestar. **O que é não prestar?**⁵⁰ Assim, porque ele não assumiu aquela responsabilidade de pai, porque a menina ainda nasceu na companhia dele, parece que ela tinha dois meses quando ele foi embora para trabalhar e alugar esse quarto, aí não voltou mais, então por isso que eu digo que ele não presta, não assumiu a responsabilidade dele de pai, que tinha essa criança pra ele criar. Ele não deu nada para o resguardo dela, nada mesmo, correu tudo por nossa conta, compramos tudo pra ela (JÚLIA, 65 a.).

Conhecia, ele morava por aqui por essas bandas. Mas ele não vale nada! Ele a deixou aqui, foi embora e, até hoje, nunca mais deu as caras aqui. Arranjou outra mulher, foi para outra cidade, nunca mais apareceu (JOÃO, 70 a.).

A ausência é marcada por rancor em relação ao genitor biológico. Os avós relatam a falta de compromisso do genitor como pai, eles foram os responsáveis pela criação dos netos. Diante disso, embora culpem esses genitores por esta ausência, ao mesmo tempo ressaltam que não acreditam que esse pai tenha feito falta na criação,

Se ele as ajudasse [Joana e a filha] era bem, porque ela não tem trabalho. Então ele como pai deveria dar alguma coisa para ela, porque isso aí eu não vou contra, já disse pra ela; um dia que ele quiser dar alguma coisa ela tem que pegar porque ele é o pai dela, ela tem direito, mas se ele não quiser dar também não pede, porque ele sabe que ele é o pai. Mas nós não precisamos dele não, até agora não graças a Deus, não sei pra frente, que pra frente ninguém sabe mesmo. Já o outro, acho que esse pai não fez falta não. Eu acho que não porque ele nasceu dentro de casa, fazia de conta que era eu que tinha parido aquele filho, criamos como filho mesmo, graças a Deus nunca precisamos dele [genitor biológico] por isso que eu digo que não precisa. Ele não passou como rico, mas graças a Deus que o leite dele nunca faltou (JÚLIA, 65 a.).

A ausência é um fato, a necessidade não, na acepção dos avós. Nesse sentido, Júlia destaca que nunca precisou dos genitores da neta e do neto, embora não descarte a possibilidade de ajuda do *pai* da neta se ele se dispuser de livre e espontânea vontade. No entanto, destaca que eles não fazem falta na vida dos netos, pois todas as necessidades são supridas nesse contexto familiar de criação.

⁴⁹ Nome real abreviado.

⁵⁰ Indagação do pesquisador.

Nessa perspectiva, o avô também não considera que os genitores tenham feito falta como pais para sua neta e seu neto. Ele se considera o pai dos dois netos, pois essa função foi exercida por ele, então afirma;

Eu sou o pai, porque eu o criei desde que nasceu, então ele é meu filho. Ele se criou comigo foi por minha conta mesmo, toda despesa foi comigo. Um dia desses, ele me falou: papai eu tenho que procurar meu pai! Eu disse: tem uma coisa, se você procurar seu pai, de mim você não tem mais nada, porque o pai é aquele que cria não quem faz. Mas eu acho que ele estava brincando. Da menina também, eu me considero um pai, para mim é uma filha minha, tenho ela como filha mesmo. Acho que o pai não faz falta não, de jeito nenhum, se fosse um pai bom, mas não é! Eu posso ser o pai que ele não foi, enquanto eu tiver vida eu sou o pai dela (JOÃO, 70 a.).

A paternidade enquanto função é exercida e reconhecida pelo avô. Ele destaca porque é o pai, narrando uma conversa que teve com neto/filho, em que este cogitou procurar o genitor biológico. O avô/pai se mostra terminantemente contra e afirma para o neto/filho que pai é quem cria, não quem faz. Diante dessa afirmação, constatamos um conhecimento empírico e profundo sobre os sentidos dados à paternidade e sobre a reestruturação familiar a partir da ausência, que assegura a hipótese deste trabalho, dos impactos da ausência como ilusão.

Para os avós também, muito além dos impactos sobre as gravidezes das filhas, estão às alegrias de ter esta neta e este neto sendo criado por eles, nas narrativas destacam:

Ah, eu tenho alegria com ele porque eu gosto dele, tenho ele como filho mesmo, não tenho ele como neto e ele é um menino muito bom conosco, qualquer coisa ele está do meu lado. Se eu adoecer aqui dentro de casa, Deus me livre, ele é o primeiro que está do meu lado. Por isso, não tem divisão nenhuma entre ele e os meus filhos mesmo, para mim é uma coisa só, para mim quem teve aquele filho, porque criei, fui. Está aí, tamanho homem. E essa [neta] também mudou muita coisa porque uma criança, onde tem uma criança dentro de uma casa é muita alegria, é alegre pra gente, divertido mesmo, porque nós não tínhamos mais. Nossos filhos já tão grandes e já com a N. ela faz graça, faz raiva, tudo faz pra gente, qualquer coisa é uma graça pra gente, to feliz com ela (JÚLIA, 65 a.).

Ah, aqui em casa era muito triste. Depois que ela veio pra cá e ela já tá agora maior, depois que ela pegou entendimento, mas é agarrada comigo que só, se eu estou em qualquer canto, não demora ela aparece atrás de mim, agarrada mesmo, parece filho nosso né! Criamos amor mesmo nas crianças né! (JOÃO, 70 a.).

A neta e o neto para esses avós são vistos como pontos positivos para suas vidas, tanto pela pessoa que o primeiro neto se tornou, como destacou Júlia, quanto pelas alegrias que a segunda neta trouxe na convivência familiar, como destacaram os dois avós. Nessa perspectiva, para Peixoto (2000) (*apud* CARDOSO, 2010, p. 99) “os avós acabam recomeçando uma segunda *carreira de pais* e se dizem muito apegados aos netos que passou

a criar”. Desse modo, os avós se reestruturaram e modificam a sua condição de avós entrelaçada à função de pai e mãe. Para Pinto e Rodrigues (2006) (*apud* CARDOSO, 2010, p. 84/85) esse acaba sendo um ponto positivo para os avós, pois “a atividade de continuidade de papéis familiares representa uma tarefa que não só proporciona prazer, alegria, distração, satisfação e gratificação, como também contribui para o desenvolvimento intelectual, social, recreativo e solidário nos avós idosos”.

Ao sabor da discussão que estamos desenvolvendo, finalizamos a discussão dos avós com a percepção da condição de ter duas filhas como mães solteiras. Desse modo suas apreensões quanto à questão é que foram acontecimentos tristes nas primeiras instâncias, mas que se resolveram no decorrer do tempo. Para Sr. João, o fato de ter filha solteira nenhum pai aceita logo, mas ele amparou suas filhas e as tratou normalmente, elas e seus filhos. Quanto a isso, dona Júlia destaca,

Eu não posso fazer nada, porque a gente não quer, mas elas fazem, eu não sei se é sorte se é sem-vergonhice, eu não sei. Eu acho que já é comum mesmo, conheço muitas. Só ali a minha cunhada tem três tudo assim mãe solteira, em todo canto acho, só vejo essas pobrezinhas *buchudas*⁵¹, pai não tem, porque não aparece. Da primeira eu ficava pensando, tinha vergonha do pessoal falar da minha filha assim: olha já tem filho, uma mãe solteira, ainda nem casou e já tem um filho. Ao mesmo tempo eu pensava: ah, se falarem deixa pra lá...(JÚLIA, 65 a.).

O primeiro fato ressaltado pela avó é que os pais não desejam para suas filhas a maternidade solteira, no entanto a aceitam. Seguindo sua narrativa, analisa como esse fenômeno se tornou comum na realidade de hoje, ao mesmo tempo em que contrasta as gravidezes das filhas no contexto dos acontecimentos diferenciados, sendo que em relação à gravidez da primeira filha, se sentia mais envergonhada pelo que as pessoas poderiam dizer, ao mesmo tempo em que se conformava com a situação.

Ainda de acordo com a narrativa dessa avó, vemos o termo *pobrezinhas*, para se referir às mães solteiras que ela vê no contexto de Tefé. É perceptível a construção da ideia do abandono e da marginalização das mães que não são casadas. Mesmo sendo mãe de duas mulheres que tiveram filhas/os sem casamento, essa afirmação demonstra como dona Júlia percebe esse fenômeno ao seu redor, sem perceber que ela mesma desconstrói essa ideia no contexto dos acontecimentos da sua própria família.

⁵¹ Grávida.

3.3.2 – A ausência e a ilusão

Os impactos negativos são desconstruídos a partir dos dados que as mulheres no forneceram com suas narrativas. Desse modo, vemos o contraste entre a noção geral do senso comum e o Estado, que acreditam em uma ausência *opressora*, pois como coloca Vieira (2012, p. 02) “por vezes se utiliza o estado civil ou o status conjugal da mãe para inferir a presença paterna na vida dos filhos, supondo que filhos de mães solteiras ou separadas/divorciadas necessariamente se encontrariam em situação de maior vulnerabilidade”.

Os dados desta pesquisa apontam para o fato de que ser mãe de um *filho da mãe*, na Amazônia, rompe com a visão da ausência opressora. Silva e Barros (2003, p. 103) apontam que:

...analisar e refletir as formas de relações pautadas em torno da família não é algo simples, principalmente quando se relaciona à família no meio rural, e especificamente na região amazônica, que envolve uma forma de organização social e de parentesco que se apresentam com características próprias. A família é uma instituição social de grande importância para o estudo das comunidades rurais. A organização do parentesco, presente nos diferentes tipos de famílias, está construída, sobretudo em bases culturais. Apesar de as sociedades humanas terem se organizado sob alguma base familiar ou de parentesco, estes se apresentam de diferentes formas, podendo ter significados extremamente diversos de uma sociedade para outra, variando de acordo com seu padrão cultural. Na Costa do Canabuco⁵², assim como em toda região amazônica, o sistema de relações familiares está construído tanto em bases de laços biológicos de filiação como em laços de compadrio.

A compreensão da estrutura organizacional familiar da Amazônia, com suas características históricas e singulares, é fundamental para entendermos os outros caminhos para um *filho da mãe*, longe e distintos da marginalização e do abandono. Nesse sentido, destacamos no final deste tópico a opinião das mulheres quanto ao fato de ser mãe solteira, pois consideramos fundamental compreender como essas mulheres se percebem nessa condição e nas mais diversificadas implicações para as suas vidas.

A maternidade, para essas mulheres, não foi um processo fácil, especialmente por estarem *despreparadas* para esse fato no momento da vida em que se encontravam. Todas destacaram que não se arrependem de ter tido a filha/o, no entanto gostariam de ter postergado a maternidade, essencialmente por se sentirem muito jovem na primeira gravidez. Talvez, nesse ponto haja um *problema* a ser pensado, pelo viés das consequências da ocidentalização da Amazônia. A maternidade enquanto escolha e não como destino. Esse é

⁵² Locus de pesquisa dos cientistas, comunidade do interior do Amazonas.

um discurso recorrente nos mais diversificados campos da ciência, pois a gravidez não desejada ou não prevista não desapareceu nem nos países desenvolvidos. Em todos os lugares continua a existir, principalmente entre as adolescentes, sendo considerado um problema social a ser resolvido (BOZON, 2004).

Temos aqui a representação de um problema social ocidental, não da Amazônia indígena, pois como vimos nas sociedades indígenas isso não é um problema, porém se for ele será resolvido com os meios possíveis para interromper a gravidez, ou não. Nesse sentido, estamos perdidos nas consequências da colonização e da *transformação da intimidade invertida*⁵³, pois ao mesmo tempo que vemos a gravidez adolescente como problema, não encontramos meios eficazes para solucioná-la, pois ainda não sabemos lidar com as consequências da ocidentalização.

No entanto, a questão do *pai ausente*, no sentido biológico, para essas mães e filhas/os foi mais uma situação a superar e algumas delas temem pela filha/o os impactos que a ausência pode acarretar. Cabe, aqui, já abrir parênteses para futuras pesquisas sobre os possíveis impactos que a ausência *paterna* ocasiona na vida das filhas/os, buscando uma leitura integrativa entre sociologia e psicologia. No entanto, para as mulheres entrevistadas, os impactos negativos da ausência são barrados, especialmente porque se analisarmos nas entrelinhas de suas narrativas percebemos que a ausência de pai não existe.

O Estado tem um grande *problema* para as suas expectativas com *os filhos da mãe*, que é a regulamentação da família através do registro, pois sua missão é assegurar o direito à cidadania a todas e todos. Na Amazônia, como no Brasil todo (THURLER, 2009) há inúmeros *filhos da mãe* que fazem parte desse *problema* que o Estado tenta resolver, por exemplo, com a Lei n. 8.560, em vigência desde 1992 e o projeto *Pai Presente*⁵⁴ do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançado em 2010. Desse modo, vemos pontos importantes para o pleno exercício da cidadania brasileira, no entanto, o problema que tentamos discutir vai além do registro, pois a paternidade não se constrói apenas com *o nome do pai*.

⁵³ Grifo Nosso.

⁵⁴ De acordo com Vieira (2012, p. 01) “O Conselho Nacional de Justiça lançou em 2010 o projeto *Pai Presente* que objetiva reduzir o número de pessoas sem paternidade reconhecida no Brasil, especialmente menores de idade. Esta iniciativa visa potencializar o que já determinava a Lei n. 8.560, em vigência desde 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento”. E visa também assegurar a *paternidade* daqueles *filhos da mãe* encontrados nas escolas brasileiras, pois “segundo levantamento encomendado pelo CNJ ao Ministério da Educação, cerca de 4,8 milhões de estudantes não tinham o nome do pai em seus registros. Dentre estes estudantes, mais de 3,5 milhões eram menores de idade”.

Apoiados na aceitação desse princípio, afirmamos que, enquanto o Estado tenta enquadrar essas mães com as/os filhas/os na *normalização familiar*, elas já estão além, no respaldo de seus familiares, parceiros e vizinhos, cuidado e criando seu/sua filha/o. É preciso compreender que,

o Estado não tem como apreender a sobrevivência da família comunitária do Brasil, é muito mais fácil para o Estado hoje ter a família, um homem a mulher e os filhos, do que a família comunitária, porque a família comunitária, ela de certa forma subverte a ordem do Estado em termos de sobrevivência, em termos de reprodução, em termos de digamos assim, de aquisições de bem de meio de subsistência (SILVA, 2013)⁵⁵.

Assim, as ações governamentais tentam solucionar o *problema* que, historicamente, as mulheres, pelas próprias construções e delimitações de gênero, tiveram que solucionar. Na verdade o problema não está na ausência. Se olharmos para o Estado, vemos necessidades de políticas públicas que atendam aos anseios dos jovens com a intimidade transformada e lhes assegure uma vida sexual saudável, que lhes garanta o prazer e não filha/o. Logo, vemos Estado/Sociedade/Família frágeis para lidar com a *transformação da intimidade*. Porém, quanto à ausência existem soluções.

Na Amazônia, *os filhos do boto*, *os filhos da fortuna* Agassiz (1985/6) e os registros cartoriais de Tefé sem o nome do *pai*, nos mostram o panorama da ausência, demarcado pelos papéis de gênero. Certamente, não podemos *fechar os olhos* para questões específicas que esses fenômenos também camuflam, tais como abusos sexuais, incesto e a *ultramoderna*⁵⁶ pedofilia. No entanto, este trabalho não tem como propósito discutir essas questões, logo não podemos dimensionar suas consequências.

Mas, na Amazônia, temos marcos histórico desse fenômeno e as mulheres, no contexto familiar, como as agentes administradoras dessa situação. É fato que há certa tendência, comprovada por alguns estudos, de que a mãe solteira e seus filhos estejam propensos à marginalização e sofrimento no Brasil. No entanto, no interior da Amazônia vemos esses impactos negativos com ilusão.

Nossas análises, que fundamentam esta afirmação, estão pautadas nas estratégias do *filho do boto* de uma Amazônia profunda e contemporânea, nas repostas das mães dos

⁵⁵ Arguição da defesa no meu exame geral de qualificação.

⁵⁶ Grifo Nosso.

filhos da fortuna, – sem tom de tristeza ou sofrimento – dadas Agassiz no século XIX, nos registros de Tefé em que a mulheres não buscaram esse reconhecimento *paterno* tardio e nas afirmações de algumas de nossas entrevistadas, que abordam sobre essa condição em suas vidas:

Bom, no meu caso eu acho que eu não senti nenhum preconceito não, mesmo porque eu também nem ligo para o que as pessoas falam. Hoje tem muita gente que diz que tem homem que não quer namorar com mulher que já tem filho, eu escuto muitos comentários assim, mas comigo nunca aconteceu não, acho até pelo fato de eu falar logo a verdade; tenho dois filhos, sou assim, nunca menti também, se der certo bem, se não, em primeiro lugar os meus filhos, sempre eu dizia isso. Isso [ser mãe solteira] não me atrapalhou em nada na minha vida, tem algumas dificuldades, mas isso é coisa da vida que a gente resolve (ANA, 31 a.).

Ser mãe solteira, pra mim é uma coisa normal, porque não existe só eu de mãe solteira, há milhares. Então pra mim é coisa normal já. Eu, na minha experiência, não vejo nenhuma dificuldade não de ser mãe solteira, até me orgulho disso (JOANA, 21 a.).

Às vezes tipo assim, as pessoas perguntam: cadê o pai do teu filho? Eu falo que nós nos deixamos e pronto. As pessoas perguntam isso, eu acho que é porque, pra uns é normal, para outros não. Mas para mim é normal, eu tenho certas dificuldades, já superei algumas, mas acho que isso não vai atrapalhar não, eu conheço várias mães solteiras e isso é normal (ELIZA, 17 a.).

Ancorados nessa perspectiva, temos que essas mulheres enfocam a questão do preconceito, não sentido por elas pelo fato de serem mães solteiras, bem como a normalidade como veem esse fenômeno, pois se colocam no contexto de que não estão isoladas, existem outras mães na mesma condição.

Vemos a ilusão em diversas perspectivas, tais como: filha/o sem *pai*, mães e filhas/os abandonados, marginalizados, sofredores, coitados, etc. Estas ideias são contrárias às que defendem Maciel (2012, p. 275) sobre a Amazônia, pois segundo esta,

A imagem de ousadia feminina que escolhe seus homens para satisfazê-la é totalmente depreciativa, aos olhos da sociedade, pois o próprio termo *macho* bastante presente no linguajar feminino na Amazônia por si só representa uma relação livre sem os compromissos do casamento formal. Imagem essa que é negada pela moral social. Uma moral burguesa que define o bom comportamento da mulher na sociedade. Dessa maneira, as mulheres que criam seus filhos sozinhas, as chamadas mães solteiras, passam a ser vistas de forma preconceituosa. Realidade que na Amazônia aumenta a cada dia devido aos projetos desenvolvimentistas na Amazônia que trazem grande leva de homens que se deslocam do lugar e seguem as obras dos empreendimentos. Assim, esses homens que estão de passagem estabelecem relações passageiras que na maioria dos casos retornam para suas cidades de origem ou seguem as empresas, deixando para trás as mulheres e os filhos gerados da relação.

A autora começa sua afirmação sobre a *transformação da intimidade* das mulheres da Amazônia e do preconceito que carregam por certas atitudes. Discute a base do preconceito, que é a moral burguesa. No entanto, vemos sua afirmação como perigosa ao fazer generalizações. De maneira clara, ela fala de uma Amazônia. Sabemos que esta não se unifica em suas questões econômicas, sociais. Portanto, quando não delimita o espaço da Amazônia sobre o qual fala, há indução de que todas as mães solteiras e suas filhas/os desse local sofrem preconceito. Na contramão disso, nossos dados dizem outra coisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama da ausência do genitor biológico e as implicações na vida da mãe do que ambigualmente denominamos de um *filho da mãe*, no contexto da Amazônia no espaço geográfico da cidade de Tefé/AM, ou seja, a estruturação causa e impacto desse fenômeno. Desse modo, juntamos teoria e trabalho empírico com dados qualitativo e quantitativo para chegarmos ao mais coerente debate sobre a questão.

A ausência foi pensada a partir da perspectiva estrutural das delimitações de gênero. Desse modo foi imprescindível a discussão da temática família, da gravidez na adolescência e juventude que leva as mulheres em grande proporção a se tornarem mães solteiras, da modernidade, da invenção da maternidade e paternidade, da função de pai, dentre outras temáticas primárias e secundárias.

Na conjuntura brasileira temos significativas expressões quantitativas quanto aos *filhos da mãe* (THULHER, 2009), bem como em Tefé (OLIVEIRA e FERREIRA, 2010) como apresentamos no texto. No entanto, essa realidade nos fez buscar compreender as dimensões da paternidade a partir da função e não da biologia. Com isso identificamos outras possibilidades para o pai nas sociedades tradicionais e até na sociedade ocidental com as novas técnicas de reprodução humana. Tudo isso não está longe da realidade representativa da vida das mulheres entrevistadas.

Na Amazônia esta questão da ausência tem peculiaridades históricas imprescindíveis para compreendermos a condição das mulheres mães solteiras que, entrevistamos em Tefé. Assim, buscamos desconstruir os impactos negativos que recaem sobre as mães solteiras e suas filhas/os, quando percebemos a realidade de Tefé e da Amazônia. Não estamos nos referindo aos impactos correspondentes à descoberta da gravidez, etc., mas os de que, a ausência do genitor regula um estado de abandono e sofrimento para as mulheres mães e filhas/os. O sentido dos impactos corresponde essencialmente aos rearranjos sociais e familiares.

Na Amazônia profunda identificamos uma estrutura organizacional familiar e as atribuições da sexualidade que dão outro sentido a existência de um filho da mãe. Os laços de solidariedade entre a família, vizinhos, etc. asseguram a mãe solteira não estar abandonada. Nenhuma das mulheres que entrevistamos estava só, nem no momento da gravidez nem na atualidade. Elas estavam nas casas de seus pais, ou atuais esposos, um lar cercados por

vizinhança, parentes que, desconstroem a ideia da mulher desamparada. Os pais genéticos das filhas e dos filhos não estavam presentes, porém sua ausência não regula impactos negativos para as mães.

A ausência aconteceu dentro de conjunturas específicas, em ficadas, em namoros, em relações estáveis que, culminaram em gravidezes. As mulheres algumas fizeram a escolha de não ter mais parceria afetiva com os genitores biológicos, outras foram abandonadas por estes. Na gravidez ocorreu um processo de desconforto para algumas mulheres, pois não queriam engravidar. Nesse ponto concluímos que o Estado e a família ainda não aprenderam a lidar com a transformação da intimidade. No contraste com a Amazônia profunda e a indígena atual que, soube e sabe muito bem. Enquanto isso o que ampara as mães e os *filhos da mãe* são as relações familiares e elas/eles não estão abandonadas/os. Logo, a conclusão é que na Amazônia a intimidade foi e é *transformada*, o que acaba diretamente gerando os filhos da mãe. No entanto, se isso é um problema foi gerado pela própria ocidentalização deste local.

Seguramente, esse trabalho não explica todas as dimensões, que envolvem a questão da ausência, do genitor biológico. Muitas perguntas podem ser feitas a partir das discussões e conclusões que fizemos no decorrer do texto. Assim, ficam abertas possibilidades de pesquisa quanto ao ponto de vista do genitor ausente e das/os filhas/os que passam por essa situação. Também não buscamos o viés dos *direitos* estatais para os fins do trabalho, no entanto, fica em aberto às probabilidades de discussão da ausência do Estado e de política pública quanto às próprias questões que envolvem saúde e direitos reprodutivos, embora não vejamos como essencial para a categoria de análise aqui escolhida, mas vemos como uma vertente para outros estudos. Ainda na questão dos direitos vemos possibilidades de discussão em relação à família na organização do Estado em que, dê a possibilidade paterno-filial pelos laços afetivos e não apenas biológicos ou em casos de adoção, pois as dimensões da paternidade ainda são muito restritas no que tange a legalidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, I. G. **A família monoparental formada por mães sozinhas por opção através da utilização de técnicas de inseminação artificial no ordenamento jurídico brasileiro.** [monografia] 69f. Belo Horizonte (MG): Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; 2003.

ADELMAN, M. **A voz e a escuta:** encontros e desencontros entre teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866.** Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

BANDEIRA, L. Um país de filhos da mãe (prefácio). In: THURLER, A. L. **Em nome da mãe:** o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009 p. 15-22.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

BELTÃO, P. C. **Sociologia da Família Contemporânea.** Trad. Ernesto Buzzi. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil, contrastes e intimidades.** (org.). São Paulo: Cia das letras, 2010.

BESUSAM, H. Quem pode fugir dos filhos indesejados? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 313-337, janeiro-abril/2012.

BORGES, M. de L. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis. vol. 13, n. 3 p. 667-676, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kuhner. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

_____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV; 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.6, n.1 p. 1-23, jan/jun. 1989.

BRUSSE, G. P. de L.; VIEIRA, J. M. **O que o que o censo escolar 2010 tem a dizer sobre as crianças e adolescentes sem o reconhecimento paterno?** Disponível em: <<http://www.prp.rei.unicamp.br/pibic/congressos/xxcongresso/paineis/095762.pdf>> Acesso em 15/02/2014 as 11h30 min.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, 2003.

CANEVACCI, M. **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva (introdução)**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CARDOSO, A. R. **Ser avó para “estragar” ou para “educar”?** Um estudo com grupos de avós que cuidam de netos. Tese de Doutorado em Psicologia Social. IPS/UERJ/ Rio de Janeiro, 2010.

CARR, E. H. **Que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alverga, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª ed. 1982.

CARVALHO FILHO, B. J. de. **Marcas de Família, Travessias no Tempo**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

COSTA, H. L. C. da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DAMATTA, R. O Ofício do Etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E.O. (org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. A mão visível do Estado: Notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. In: DINIZ, E. (org.). **O desafio da democracia na América latina: repensando as relações do Estado/ Sociedade**. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1996. P. 417-434.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Trad. Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

FERREIRA, M. de F. et al. Saúde e direitos reprodutivos no médio Solimões. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2009, Tabatinga, AM. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/anais>>. Acesso em: 29 de Dez. 2009 às 12:35.

FERREIRA, M. de F. **Esterilidade e Reprodução Assistida**: No jornal impresso diário e na narrativa de homens e mulheres estéreis no Brasil. Tese de Doutorado em Sociologia. FCL/UNESP/Araraquara, 1998.

FERREIRA, P. M.; ABOIM, S. Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento, **Análise Social**, XXXVII, 163, pp. 411-446, 2002.

FONSECA, C. L. W. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil** (2ª ed.) (pp. 510-553). São Paulo: Contexto. 1997.

FREITAS, F. D. de. **Os efeitos sucessórios da paternidade socioafetiva**. Disponível em:<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/felipe_freitas.pdf> acesso em 02/02/2014 às 21h32min.

FREUD, S. Da horda primitiva à família. In: CANEVACCI, Massino (org.). **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: brasiliense. p. 104-117, 1976.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GALLINO, L. **Dicionário de sociologia**. Trad. José Maria de Almeida São Paulo: Paulus, 2005.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

_____. **Mundo em descontrole.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Sociologia.** Trad. Sandra Regina Netz. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDANI, A. M. Famílias, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, v. 19, n. 1, p. 20-48, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia.** 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, nº 26, p. 29-46, 1998.

_____. Masculinidades uma Revisão Teórica. In: **Antropologia em primeira mão** /Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. -, n. 1 Florianópolis : UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995.

GUEDES, M. E. F.. Gênero e violência: uma reflexão a partir do trabalho com a violência doméstica. In: VIII **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra Portugal, 2004.

GUIMARÃES, M. da G. V. **Vida familiar e profissional:** desafios e perspectivas. Manaus: EDUA, 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas em sociologia.** 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** Sumaré/ANPOCS, Brasília, Capes, p. 183 – 221, 1999.

HEILBORN, M. L. et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, p. 01-04, 1994.

_____. Gravidez na Adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In VIEIRA, Elisabeth M., FERNANDES, Maria Eugenia L., BAILEY, P. e McKAY, A. (orgs.). **Seminário Gravidez na Adolescência, Saúde do Adolescente** - Ministério da Saúde, Projeto de Estudos da Mulher/Family Health International, Associação Saúde da Família. Rio de Janeiro, p. 23-32, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. @Cidades. **Amazonas » Tefé » censo demográfico 2010**: resultados da amostra - população. Página visitada em 04 de julho de 2013 as 21h09min.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Gestão Pública. Rio de Janeiro: IBGE. 2010.

KOLONTAI, A. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEITE, E. O. Fatores determinantes da monoparentalidade. Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. p. 32-72, 1997.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. vol. 08, n. 1 p. 145-158, 2000.

MACIEL, Márcia Nunes. Uma breve leitura sobre a imagem da mulher na Amazônia. **História Agora**, v. 01, p. 262-282, 2012.

MALINOSWSKY, B. A família no direito paterno e no direito materno. In: CANEVACCI, Massino (org.). **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: brasiliense. p. 130-139, 1976.

MARIN, A. H. **Práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares**. 2005,78 f. Dissertação (Mestrado/Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2005.

MARIN, Angela; PICCININI, Cesar Augusto. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Psico**, v. 40, n. 4, 2010.

MARTINS, Benedita Afonso. Imagens da Amazônia: olhares interculturais. **Em Tese**. Belo Horizonte, v. 9, p. 41-50, dez. 2005.

MEAD, Margaret; METRAUX, Rhoda. **Aspectos do Presente**. Trad. João A. Guilherme Lincke. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e contracepção: uma perspectiva sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

MORAES, M. C. de S. **Maternidade na Adolescência na Escola Estadual Getúlio Vargas no Bairro do Abial em Tefé-AM**. 2011, 70f. Monografia (Conclusão de Curso/Geografia). Universidade do Estado do Amazonas, Tefé/AM, 2011.

MORGAN, L. H. A família antiga. In: CANEVACCI, Massino (org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: brasiliense. p. 56-87, 1976.

MOTA, M. R. R. P. da. **Representações sociais da gravidez: a experiência da maternidade em instituição**. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, A. C. do. Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832). **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. vol 15 n. 1 p. 67-83, 2007.

NEVES, A. S. A. das. As mulheres e os discursos *genderizados* sobre o amor. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 15, n. 3 p. 609-627, 2007.

NOBERTO, S.; PESSOA, M. do S. **O mito como afirmação de identidade social e linguística: estratégia do grupo minhas raízes**. s/l e s/d.

NUNES, E. de O. **A Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Zahar, 1978.

OLIVEIRA, R. de S. de; FERREIRA, M. de F. Ausência de paternidade no Médio Solimões. **Relatório de Pesquisa**, UEA/CEST/FAPEAM, 2010.

PARSEVAL, G. D. de. **A parte do pai**. Trad. Theresa Cristina Stummer Porto Alegre: L&PM, 1986.

PEREIRA, R. da C. Direito de família no século XXI. In: FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freire; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (Coord.). **Direito civil: atualidades**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 231 a 239, 2003.

PNUD, IPEA e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>.

ROJAS, Juana E. A. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa – um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

RUFINO, M. R. C. F.; RUFINO, D. M. Elizabeth Agassiz e a Expedição Thayer: uma reflexão sobre a ciência e gênero na Amazônia. In: TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinento dos (orgs.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, p. 16-40, 2011.

SAFIOTTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALIM FILHO, M. T. **Políticas públicas e trabalho no transporte alternativo na Amazônia**. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida feminismo e ciências sociais**. Araraquara: Unesp, 2004.

_____. Maternidade e Paternidade na Era Tecnológica. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra. 17 p. 2004.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.8, p.47-60, 2001.

SILVA, A. B. A. da. **A Civilização Indígena do Uaupés**. Roma: Las – Roma, 2ª ed. 1977.

SILVA, H. H. C. da. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas**. Manaus: EDUA, 2012.

SILVA, J. M. da. **O lugar do pai: Uma construção imaginária**. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, M. C. da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ UniNorte, 2004.

_____. **Metamoforses da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

_____. **Arguição no Exame de Qualificação** de Rônison de Souza de Oliveira. PPGS/ICHL/UFAM, 2013.

SILVA, M. C. da; BARROS, J. F. Uma comunidade da várzea: organização e morfologia social. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 3, n. 1 e 2, p. p. 89-109, 2012.

STRATHERN, M.. Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, s/v n. 2 p. 303-329, 1995.

SZAPIRO, A. M.; FERES-CARNEIRO, T. Construções do feminino após anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 15, 1, 2002, p. 179-188.

TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família brasileira**. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2004.

TORRES, I. C. **As novas amazonidas**. Manaus: EDUA, 2005.

THURLER, A. L. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**, Florianópolis: Mulheres, 2009.

VAVASSORI, M. B. Mudanças e permanências: um olhar antropológico sobre as relações de gênero na cultura brasileira. **Revista Estudos Feminista**, v. 14, n. 2, p. 558-560, 2006.

VIEIRA, J. M. Projeto “Pai Presente”: Reflexões sobre o não reconhecimento paterno a partir de uma perspectiva de gênero. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP**, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens Pelos Rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

WITTER, Geraldina Porto; GUIMARÃES, Edna Araújo. Percepções de adolescentes grávidas em relação a seus familiares e parceiros. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 28, n. 3, p. 548-557, 2008.

WOLFF, Cristina Sheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

Convidamos a Sr. (a). A participar da pesquisa intitulada “Os ‘filhos da mãe’ de Tefé/AM: A Ilusão dos Impactos da Ausência”, desenvolvida pelo mestrando **Rônisson de Souza de Oliveira**, sob a orientação da professora Dra. **Maria Auxiliadora de Souza Ruiz**. O objetivo geral é discutir a ausência do pai genético no contexto das famílias tefeenses, identificando nas narrativas das mães solteiras, as estratégias e soluções desse fenômeno histórico, desconstruindo os impactos da ausência.

Sua participação é voluntária e você terá plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento no decorrer na pesquisa. Será garantida a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestada. A Sr. (a). não terá nenhuma despesa, assim como, não receberá nenhuma remuneração. O local será na cidade de Tefé com local, horário e data combinados com antecedência entre pesquisador e entrevistado. No mais, informamos que a presente pesquisa apresenta baixo risco, seja de ordem emocional ou psicológica, por envolver apenas roteiro de entrevistas semi estruturado com perguntas abertas que será apresentado antes do início da pesquisa para que a Sr. (a). tenha pleno conhecimento do seu conteúdo. Entretanto, caso ocorra algum risco, informamos que os mesmos serão minimizados posteriormente pelo pesquisador, através de encaminhamento a consulta psicológica no atendimento público oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Tefé no Centro de Saúde São Miguel, localizado Avenida Marechal Deodoro, 660, Centro, Tefé-AM, de forma, que não ocasione qualquer constrangimento a Sr. (a). Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo.

Para qualquer outra informação, a Sr. (a). poderá entrar em contato com o pesquisador através do seguinte endereço: Rua Raimundo Lima, 513, Jerusalém, Tefé/AM – telefone (97) (81160299) (92) (93784366), ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CPE/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, após a leitura deste documento, estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos dele provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

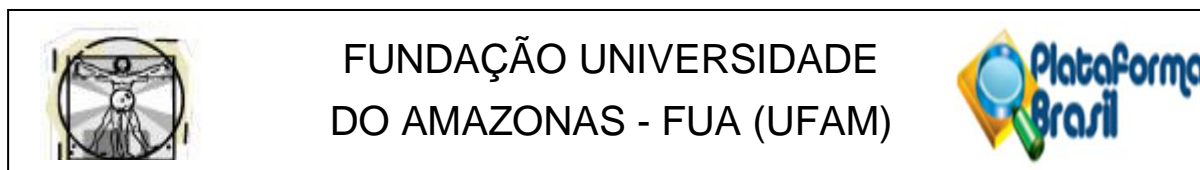
Assinatura do participante

Data: ___/___/___

Assinatura do Pesquisador Responsável



Impressão do dedo polegar

ANEXO B: PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: “OS FILHOS DA MÃ” DE TEFÉ/AM: A ILUSÃO DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA

Pesquisador: RÔNISON DE SOUZA DE OLIVEIRA

Área Temática: SOCIOLOGIA

Versão: 2

CAAE: 25332613.0.0000.5020

Instituição Proponente: INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 517.869

Data da Relatoria: 29/01/2014

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa tem como pano de fundo a ausência paterna no sentido genético da situação na cidade de Tefé/AM, está sendo construído e desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas-PPGS/UFAM. Para que seja efetuado, a discussão partirá dos dados cartoriais do município sobre paternidade ausente em registro civil de nascimento, é válido ressaltar que esses dados já foram coletados, nesse segundo momento o que será investigado é as formas como esse fenômeno é vivenciado na vida vivida das mulheres, que são e/ou foram mães solteiras. Portanto, teremos a análise dos dados quantitativos dos números de registros sem o nome do pai em Tefé e qualitativos, com as narrativas das mulheres mães solteiras, bem como de uma família que envolva esse contexto. Tem como delimitação teórica a sociologia da família, as teorias de gênero e as transformações no âmbito familiar que se encontra com a modernidade e a transformação da intimidade.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Investigar a configuração do ser mãe solteira partindo da ausência do *pai*, dando destaque inicial ao registro civil com esta na família tefeense, analisando os contextos ou ambientes que cercam essa ausência e as estratégias encontradas pelas mães no âmbito dos contextos familiares da vida vivida.

Objetivo Secundário:

Analisar a ausência do pai genético, perceptível hoje em grande porcentagem em registro civil de nascimento, conforme Thurler (2009), identificando de que forma essa ausência é vivenciada pelas mulheres, os ônus e benesses desse fenômeno bem como as estratégias de solução para a questão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com essa pesquisa os riscos que se podem observar previamente, é o envolvimento das mulheres pesquisadas em um jogo de desconfiança dos seus parceiros (que são pais biológicos de seus filhos), pois eles estão totalmente envolvidos na situação, porém alguns excluídos judicialmente da situação da paternidade, portanto, a partir do momento que perceberem que estão sendo expostos, mesmo que de forma indireta, podem gerar conflitos com as parceiras e com os pesquisadores em uma forma de reação e/ou medo das delegações da justiça. Outro risco que se corre é com o abalo emocional das mulheres, ao se verem recordando de fatos que muitas vezes não foram cicatrizados em suas vidas, porém consideramos estes, como abalos emocionais de pequeno porte que não acarretará um transtorno ao longo de sua vida, mas sim como coisa de momento. Entretanto, caso ocorra algum risco de abalo emocional que caracterize um transtorno maior ou grau mais avançado, os mesmos terão a tentativa de serem minimizados, através de encaminhamento a consulta psicológica no atendimento público oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Tefé, no Centro de Saúde São Miguel, localizado Avenida Marechal Deodoro, 660, Centro, Tefé-AM.

Benefícios:

As discussões que a academia levantará podem enveredar por diversos caminhos, atingindo desde uma reflexão interna no local, ou seja, a cidade de Tefé/AM sobre esse fenômeno, até as políticas de ordem estatal, partindo da ideia de que algumas mulheres se encontrem em situação vulnerável quando passam por essa conjuntura.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa em nível de mestrado, desenvolvida pelo pesquisador Rônison de Souza Oliveira através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Amazonas, orientado pela Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora de Souza Ruiz, através de financiamento próprio. O projeto tem como locus da pesquisa o município de Tefé, com enfoque especial para o seu núcleo urbano, que hoje concentra um significativo número de habitantes. O problema de pesquisa implica em abordar parte da ausência paterna e a preocupação surge entrelaçada com os índices no registro civil de nascimento, com o foco ao papel e/ou a situação de mulheres que se responsabilizaram sem a presença do parceiro com a criação das/os filhas/os. Seguramente essa temática envolve três pilares interligados, ou seja, temos como sujeitos principais no centro da questão; mulheres mães (que se responsabilizam pela criação do filho), homens pais (que desertaram dos compromissos com a/o filha/o) e filhas/os (que está sob a responsabilidade legal somente da mãe). O pesquisador pretende trabalhar com a apreensão que as mulheres fazem desse fato, e as formas com as quais elas solucionam essa questão no contexto familiar, pois é histórica a ausência dos parceiros na vida das mulheres e estas por sua vez encontram estratégias várias para solucionar o "problema". O que o pesquisador pretende, portanto, é compreender o cenário de estratégias e a apreensão que elas têm dessa realidade, não partindo de um pressuposto programático (no caso a suposta responsabilidade paterna, como se diz quando nos referimos aos programas de governo hoje, preocupados com essa questão devido aos problemas sociais), mas buscando compreender os pressupostos e os valores onde se assentam, ou seja, os ambientes do acontecimento e a apreensão e estratégias que as mulheres têm sobre esse acontecimento em suas vidas. O foco central da pesquisa diz respeito a uma questão específica nas relações de gênero: maternidade e paternidade configurada em ausência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Adequada. Assinada pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Termo de Concordância: Não consta no protocolo de informações e não se faz necessário, uma vez que a escolha dos sujeitos para realização de entrevistas/obtenção de dados será ALEATÓRIA.

TCLE: Apresentado e adequado.

Instrumento de coleta de dados: Apresentado nas informações básicas do projeto atualizado e anexado neste protocolo de pesquisa.

Critérios de Inclusão e Exclusão: Apresentados e adequados.

Riscos e Benefícios: Apresentados e adequados.

Cronograma: Apresentado e adequado.

Orçamento: Adequado.

Recomendações:

Não há recomendações uma vez que o pesquisador atendeu às solicitações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista que o pesquisador solucionou todas as pendências destacadas no parecer anterior, relacionadas ao TCLE, critérios de inclusão e exclusão, riscos e benefícios, bem como reformulou o cronograma para obtenção de dados e, o projeto está em consonância com as exigências estabelecidas na Res. 466/2012 do CNS, não há pendências ou recomendações a fazer.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 29 de Janeiro de 2014

Assinador por:

**MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD
(Coordenador)**

ANEXO C: LEI DA PATERNIDADE**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.**

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito:

I - no registro de nascimento;

II - por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;

III - por testamento, ainda que incidentalmente manifestado;

IV - por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.

Art. 2º Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

§ 1º O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída.

§ 2º O juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça.

§ 3º No caso do suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação.

§ 4º Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

§ 5º Nas hipóteses previstas no § 4º deste artigo, é dispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público se, após o não comparecimento ou a recusa do suposto pai em assumir a paternidade a ele atribuída, a criança for encaminhada para adoção. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#)
[Vigência](#)

§ 6º A iniciativa conferida ao Ministério Público não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar investigação, visando a obter o pretendido reconhecimento da paternidade. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#) [Vigência](#)

Art. 2º-A. Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. [\(Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009\)](#).

Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. [\(Incluído pela Lei nº 12.004, de 2009\)](#).

Art. 3º E vedado legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.

Parágrafo único. É ressalvado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho.

Art. 4º O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento.

Art. 5º No registro de nascimento não se fará qualquer referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes.

Art. 6º Das certidões de nascimento não constarão indícios de a concepção haver sido decorrente de relação extraconjugal.

§ 1º Não deverá constar, em qualquer caso, o estado civil dos pais e a natureza da filiação, bem como o lugar e cartório do casamento, proibida referência à presente lei.

§ 2º São ressalvadas autorizações ou requisições judiciais de certidões de inteiro teor, mediante decisão fundamentada, assegurados os direitos, as garantias e interesses relevantes do registrado.

Art. 7º Sempre que na sentença de primeiro grau se reconhecer a paternidade, nela se fixarão os alimentos provisionais ou definitivos do reconhecido que deles necessite.

Art. 8º Os registros de nascimento, anteriores à data da presente lei, poderão ser retificados por decisão judicial, ouvido o Ministério Público.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. São revogados os arts. 332, 337 e 347 do Código Civil e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

ITAMAR FRANCO

Maurício Corrêa